

JULIANE CRISTINE ALVES CORREIA

**O SETOR PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS E
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER
(2008-2011)**

**THE NON-PROFITABLE PRIVATE SECTOR AND
THE PUBLIC POLICIES FOR SPORT AND
LEISURE (2008-2011)**

Campinas
2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

JULIANE CRISTINE ALVES CORREIA

**O SETOR PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER
(2008-2011)**

Orientador: LINO CASTELLANI FILHO

**THE NON-PROFITABLE PRIVATE SECTOR AND THE
PUBLIC POLICIES FOR SPORT AND LEISURE (2008-
2011)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação Física, área de concentração Educação Física e Sociedade.

Dissertation presented to the Post Graduation Programme of the School of Physical Education of State University of Campinas to obtain the Master's degree in Physical Education. Concentration area: Physical Education and Society.

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Juliane Cristine Alves Correia e orientada pelo Professor Doutor Lino Castellani Filho.



Assinatura do orientador

Campinas
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
ANDRÉIA DA SILVA MANZATO – CRB8/7292
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA UNICAMP

C817s Correia, Juliane Cristine Alves, 1985-
O setor privado sem fins lucrativos e as políticas públicas de esporte e lazer (2008-2011) / Juliane Cristine Alves Correia. - Campinas, SP: [s.n], 2012.

Orientador: Lino Castellani Filho.
Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Setor privado. 2. Associações sem fins lucrativos. 3. Terceiro setor. 4. Políticas públicas. 5. Esporte. 6. Lazer. I. Castellani Filho, Lino. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital:

Título em inglês: The non-profitable private sector and the public policies for Sport and leisure (2008-2011)

Palavras-chaves em inglês:

Non-profit associations (NPOs)

Private sector

Third sector

Public Policies

Sport

Leisure

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Titulação: Mestrado em Educação Física.

Banca Examinadora:

Lino Castellani Filho [orientador]

Fernando Marinho Mezzadri

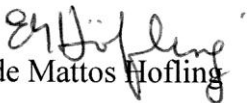
Eloisa de Mattos Hofling

Data da defesa: 25-06-2012

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA

Lino Castellani Filho
Orientador



Eloisa de Mattos Hofling



Fernando Marinho Mezzadri

*Dedico este trabalho à Maria da Conceição e José Araújo,
fontes de minha vida e de minhas forças.*

Agradecimentos

Alcançar o término de uma etapa faz com que recordemos todo o percurso necessário para que ela se concretizasse. Desta forma, revivemos as alegrias e dificuldades que atravessamos ao percorrê-lo e trazemos à memória aqueles (as) que contribuíram para que permanecêssemos firmes no caminho que decidimos seguir.

Sendo assim, não há como deixar de agradecer primeiramente à minha mãe, Maria da Conceição Alves Pacheco e ao meu pai José Aparecido de Araújo Correia, que foram capazes de superar a si mesmos e à sua (sempre) dura realidade de trabalhadores para que suas crias pudessem sonhar. Agradeço à minha irmã Keli Cristina Alves Correia, que sempre afirmou (e me fez acreditar) que “eu tinha tudo pra dar certo”. Ao meu irmão, Gustavo Alves de Lima, que desde suas primeiras horas de vida tornou-me uma pessoa melhor e trouxe um novo significado à nossa família. Ao presente mais recente que a vida nos concedeu, meu sobrinho Lucas Alves Correia Brito, por iluminar qualquer dia nublado com seu sorriso. Além de agradecer, peço-lhes perdão pelas ausências que este trabalho provocou ao longo destes três anos.

Ao professor Lino Castellani Filho agradeço imensamente pela convivência e orientação, assim como por seu comprometimento ético-político que possibilitou a uma estudante-trabalhadora alcançar a pós-graduação.

Aos professores Edson Marcelo Hungaro e Fernando Marinho Mezzadri e à professora Eloisa de Matos Höfling por atenderam prontamente ao convite para as bancas de qualificação e defesa. Suas contribuições foram fundamentais para o término desta dissertação. Ao professor Hungaro agradeço especialmente por sua disponibilidade em transpor a burocracia acadêmica e solidariamente compor a banca de defesa, mantendo, como sempre, seu posicionamento militante.

Às pessoas queridas que acompanharam – cada um a sua maneira – este percurso: Juliana Cristina Barandão, Rodrigo Braga do Couto Rosa, Rebeca Signorelli, Solange Amusquivar, Alexandre Bastos, Paulo Henrique Cavalcante, Lia Castellan, Wilson Lino, Luciano Galvão Damasceno, Danielle Batista, Mariana Martins, Osmar Moreira de Souza Junior, Paulo César Nunes Junior, Olivia Ribeiro, Fred, Flávia Santos, Roberto Liao, e tantas outras com quem pude conviver ao longo dos oito anos de FEF/Unicamp e que me ajudaram a saber que não estava só na busca por uma Educação Física contra hegemônica.

Ao Fernando Xavier Silva agradeço pela paciência, pelo aconchego nos momentos mais difíceis, pelos cafés nas tardes de domingo dedicadas ao estudo, por ler e reler o texto e por, em meio às voltas da vida, estar ao meu lado agora que chega ao fim esta caminhada.

Agradeço aos trabalhadores (docentes e funcionários) das Faculdades de Educação e Educação Física e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

A todos que compõem o Observatório do Esporte e auxiliam na troca de ideias sobre o que a realidade nos apresenta cotidianamente e aos membros do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte com os quais tenho a alegria e o privilégio de conviver e aprender.

Por fim, agradeço a todas e todos os brasileiros que financiaram a bolsa a mim concedida, através da Capes, durante parte do período em que esta pesquisa foi realizada. Espero retribuir-lhes por meio da militância acadêmica comprometida com a produção de conhecimento que tenha como horizonte uma realidade mais justa e bela para todos.

CORREIA, J. C. A. **O setor privado sem fins lucrativos e as políticas públicas de esporte e lazer (2008-2011)**. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RESUMO

O intenso crescimento do setor privado sem fins lucrativos a partir da década de 1990 gerou uma série de estudos, sobretudo por conta dos impactos sofridos pelas políticas sociais a partir deste período. Isto porque, colocou-se em prática uma série de medidas neoliberais com o intuito de integrar macroeconomicamente países em desenvolvimento, como o Brasil. Dentre tais medidas se destaca a desresponsabilização do Estado em relação à garantia dos direitos sociais historicamente construídos por meio dos diversos processos de luta dos movimentos sociais. O esporte e o lazer, entendidos como direitos, não escaparam às consequências de tais políticas, passando a ser, em grande medida, oferecidos por entidades de direito privado, o que coloca em cheque – dentre outras questões – a garantia de acesso universal a estas práticas. Diante desse processo, o presente trabalho aborda a presença do setor privado sem fins lucrativos no interior das políticas públicas de esporte e lazer por meio do financiamento público de suas ações. Para tanto, analisamos o projeto de um “terceiro setor” em contraposição às proposições centradas no conceito de sociedade civil. Para alcançar tal objetivo realizamos um mapeamento das organizações privadas que foram financiadas pelo Governo Federal para executar ações de esporte e lazer no Brasil no período de 2008 a 2011. Tal levantamento possibilitou que desconstruíssemos a proposta de um “terceiro setor” tido como um espaço homogêneo, no qual prevaleceria a solidariedade, justiça, eficiência e de representação das aspirações dispersas na sociedade. Ao contrário, os resultados encontrados evidenciam um grupo extremamente heterogêneo, no qual estão presentes organizações com as mais distintas metas. Por fim, buscamos demonstrar que a transferência do papel do Estado, enquanto instância garantidora de direitos, para o setor privado sem fins lucrativos é funcional a lógica do capital na medida em que não contribui para a real universalização dos direitos sociais, e, por consequência, não caminha rumo ao estabelecimento da democracia enquanto projeto societário de caráter totalizante.

Palavras-Chaves: 1. Setor privado. 2. Associações sem fins lucrativos. 3. Terceiro setor. 4. Políticas públicas. 5. Esporte. 6. Lazer.

CORREIA, J. C. A. **The non-profitable private sector and the public policies for sport and leisure (2008-2011)**. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ABSTRACT

The strong growth of the non-profitable private sector from the 1990s generated a series of studies, mainly due to the impacts suffered by social policies during that period. This is because, it was put into practice a series of neoliberal measures in order to integrate macro-economically developing countries such as Brazil. Among such measures, the process in which the State abdicates the responsibility related to the guarantee of social rights - historically constructed through the various processes of struggle of social movements - stands out. Sport and leisure, comprehended as rights, did not escape the consequences of such policies, becoming, largely provided by private entities, which jeopardizes - among other issues - the universal access to these practices. Given this process, this paper investigates the presence of the non-profitable private sector in the public policies of sport and leisure through the public financing of their actions. Therefore, we analyzed the design of a "third sector" as opposed to the proposals centered on the concept of civil society. To achieve this goal, we conducted a mapping of private organizations that were funded by the Federal Government to run sports and leisure activities in Brazil during the period 2008 to 2011. This survey enabled us to deconstruct the proposal of a "third sector" taken as a homogeneous space, that represented the aspirations dispersed in society and in which solidarity, fairness and efficiency prevail. Instead, the results present an extremely heterogeneous group, composed by organizations with a variety of distinct goals. Finally, we demonstrate that the transfer of the State's role as responsible to guarantee rights, towards the non-profitable private sector collaborates to the logic of the capital since it does not contribute to the real universalization of social rights, and therefore, it does not represent a movement in the direction of the establishment of democracy as a totalizing project of society.

Keywords: 1. Non-profit associations (NPOs). 2. Private sector. 3. Third sector. 4. Public Policies. 5. Sport. 6. Leisure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Coleta de dados no Portal da Transparência – Etapa 1.....	32
Figura 2 -	Coleta de dados no Portal da Transparência – Etapa 2.....	32
Figura 3 -	Coleta de dados no Portal da Transparência – Etapa 3.....	33
Figura 4 -	Coleta de dados no Portal da Transparência – Etapa 4.....	33
Figura 5 -	Coleta de dados no Portal da Transparência – Etapa 5.....	33
Figura 6 -	Coleta de dados no Portal da Transparência – Etapa 6.....	34
Figura 7 -	Diretora executiva do Instituto Contato ao lado de Orlando Silva.....	90
Figura 8 -	Vereadora pelo PCdoB Karina Valéria Rodrigues e Presidente da Câmara de Jaguariúna Maurinho Hossri de Orlando Silva.....	92
Figura 9 -	Atletas pela cidadania.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por faixas de ano de criação, segundo classificação das entidades no subgrupo Esporte e Recreação.	72
Tabela 2 -	Pessoal ocupado assalariado das FASFIL, por grandes regiões, subgrupo Esporte e Recreação.	73
Tabela 3 -	Distribuição relativa das FASFIL em geral, e daquelas alocadas no subgrupo Esporte e Recreação, e população total, segundo grandes regiões.	75
Tabela 4 -	Convênios estabelecidos entre Municípios e entes privados.	78
Tabela 5 -	Conselhos Municipais de Esporte por entidades participantes.	80
Tabela 6 -	Distribuição dos recursos transferidos para o setor privado sem fins lucrativos segundo as categorias das entidades a cada ano	85
Tabela 7 -	Ações de governo na função Desporto e Lazer cuja execução parcial ou total coube às entidades privadas sem fins lucrativos no período 2008-2011	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Percentual de estados com a existência de convênios ou outro tipo de parceria executados pelo governo do estado, por tipo de órgão participante. Brasil - 2003	76
Gráfico 2 -	Percentual de municípios com a existência de convênios ou outro tipo de parceria executados pela prefeitura, por tipo de órgão participante. Brasil - 2003	77
Gráfico 3 -	Convênios formalizados por natureza jurídica. Programa Segundo Tempo.	79
Gráfico 4 -	Despesas executadas pelo Ministério do Esporte.	82
Gráfico 5 -	Despesas executadas pelo Ministério do Esporte segundo suas principais áreas de atuação.	83
Gráfico 6 -	Distribuição dos recursos transferidos para o setor privado sem fins lucrativos segundo as categorias das entidades, período 2008-2010	84
Gráfico 7 -	Transferências diretas da União para entidades privadas sem fins lucrativos segundo regiões e Distrito Federal no período 2008-2010	95
Gráfico 8 -	Distribuição relativa dos recursos por estados do Centro-Oeste	96
Gráfico 9 -	Distribuição relativa dos recursos por estados do Nordeste	96
Gráfico 10 -	Distribuição relativa dos recursos por estados do Norte	96
Gráfico 11 -	Distribuição relativa dos recursos por estados do Sudeste	97
Gráfico 12 -	Distribuição relativa dos recursos por estados do Sul	97

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACM	Associação Cristã de Moços
ABONG	Associação Brasileira de ONGs
CBDE	Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBDU	Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CGU	Controladoria-Geral da União
COB	Comitê Olímpico Brasileiro (COB)
CONBRACE	Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte
CONFEF/ CREF	Conselho Federal de Educação Física/Conselho Regional de Educação Física
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASFIL	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
FAURGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ME	Ministério do Esporte
ONG	Organização não governamental
OS	Organização Social
Oscip	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PPA	Plano Plurianual
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SESC	Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

Apresentação	25
1 Introdução	27
2 Estado, sociedade civil e a proposta de um “terceiro setor”	37
2.1 Estado e sociedade civil no processo brasileiro de construção democrática	37
2.1.1 A construção democrática frente à retomada dos princípios liberais – o neoliberalismo no Brasil.	46
2.2 A proposta de um “terceiro setor”	51
2.2.1 A disputa entre projetos políticos: sociedade civil <i>versus</i> “terceiro setor”	57
2.2.2 “Terceiro setor”: uma mistura demasiadamente heterogênea	60
3 O setor privado sem fins lucrativos e as políticas de esporte e lazer	67
3.1 As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos – FASFIL	71
3.2 Esporte nos estados e municípios	75
3.3 Portal da transparência: o financiamento público do setor privado sem fins lucrativos	81
3.3.1 Natureza das instituições	84
3.3.2 Ações financiadas	92
3.3.3 Distribuição regional dos recursos	95
Conclusões	99
Referências	105
Anexos	112

Apresentação

“Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos”
(FREIRE, 2005).

Acrescentar algo ao mundo que vivemos está entre as motivações de muitos/as daqueles/as que se dedicam à produção do conhecimento. No entanto, é necessário que se reflita acerca do significado de “acrescentar”. Aqui, empregamos este termo com o sentido de contribuir para que a realidade desse mundo possa tomar outro rumo, para que o estado atual das coisas possa ser revisto e questionado, com vistas à transformação daquilo que encontramos “pronto”. Tarefa difícil é precisar quando nos tornamos “pacientemente impacientes diante do mundo”, provavelmente isto ocorre quando nos deparamos com uma explicação que não nos convence ou algo que nos causa estranhamento, dor. Em nossa sociedade tal impaciência pode surgir, por exemplo, quando nos deparamos com a fome, com as contradições das grandes cidades, com o trabalho infantil, o analfabetismo, a falta de assistência médica, as condições de nossas escolas, a exploração dos/as trabalhadores/as, dentre muitas outras situações que nos deixam impacientes quando as comparamos com as condições de vida das minorias que vivem alheias a tantas injustiças. Pesquisar/produzir conhecimento assume assim a tarefa de expor, denunciar, gerar reflexão, provocar e propor meios de superação daquilo que nos incomoda, daquilo que não queremos deixar como encontramos. Neste sentido o incômodo que gerou a presente pesquisa advém em grande parte dos questionamentos que realizei ao longo de minha história de vida, como filha de trabalhadores, moradora da periferia, estudante de escola pública e, desde cedo, trabalhadora. Além destes determinantes, está também o esporte, que me acompanhou durante grande parte da minha infância e toda minha adolescência/juventude. Do esporte nasceu o sonho de cursar educação física, assim como a disciplina necessária aos estudos para conseguir o quase improvável ingresso na universidade pública. A consciência da desigualdade de oportunidades no esporte gerou o incômodo acerca das possibilidades transformadoras que eram atribuídas a tal prática e os estudos realizados durante o curso de graduação potencializaram a crítica ao discurso salvacionista que cerca o esporte. A busca por aprofundar esta reflexão resultou no projeto de mestrado tendo como objeto de análise a relação entre o esporte e o terceiro setor.

1 Introdução

O tema das ONGs obteve intensa visibilidade na grande mídia durante o ano de 2011 por conta de diversas suspeitas de irregularidades nos convênios estabelecidos entre essas entidades e setores do governo, incluindo o Ministério do Esporte. Atualmente pouco se encontra sobre os desfechos das investigações empreendidas, deixando clara a ausência de qualquer aprofundamento na questão. Em meio ao imbróglio midiático, irregularidades que podem ter ocorrido por simples questões de ordem técnico-burocrática se misturam a suspeitas de desvio de verbas públicas reforçando certa visão ideologizada que tende a retratar toda e qualquer entidade da sociedade civil como desonesta e oportunista. No entanto, em meio aos “escândalos” pouco se falou acerca do que essas parcerias representam de fato no conjunto das políticas pelas quais deveriam se concretizar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição e nada se fala sobre o porquê da própria existência dessas parcerias, que se fortaleceram no país já na década de 1990.

Nosso interesse pelo tema das organizações da sociedade civil nasceu do questionamento acerca das motivações pelas quais tais entidades adotam o esporte e o lazer como ferramentas de inclusão social. Durante a graduação, nos trabalhos de Iniciação Científica e Conclusão de Curso, estudamos uma instituição cristã ecumênica pioneira neste tipo de atuação – a Associação Cristã de Moços (ACM)¹ - cuja fundação em nosso país data de 1893. No decorrer da construção do projeto de pesquisa para o mestrado, um levantamento inicial das investigações na área acadêmica da educação física que abordavam a temática demonstrou que já haviam sido produzidos estudos de caso tratando de diversas organizações ou de projetos por elas executados.

São exemplos as dissertações de mestrado defendidas por Marieni Bello (2004) e Marcelo Paula de Melo (2005). A primeira estudou os programas de atividade física para idosos da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre, já o segundo abordou o projeto Vila Olímpica da Maré no Rio de Janeiro. Juliano Silveira (2007) investigou o Instituto Ayrton Senna e Leopoldo Katsuki Hiram (2008) analisou um projeto socioeducativo realizado em Heliópolis, São Paulo. Outra autora, Isabel Cristina Martines (2009), realizou um estudo acerca do programa REXONA Ades Esporte Cidadão, do Paraná e, mais recentemente, Luciano Galvão Damasceno (2011) abordou os 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

¹ Em inglês *Young Men's Christian Association* (YMCA), criada na Inglaterra em 1844 a instituição está presente atualmente em 125 países com 12 mil sedes (CORREIA, 2008).

Outros trabalhos foram encontrados por meio de revisão de literatura abrangendo os últimos cinco anos da produção acadêmica em dois periódicos da área: a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* e a *Revista Movimento*, além da busca pelos trabalhos apresentados nos *Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte* (CONBRACE) realizados em 2007 e 2009. Nos três artigos publicados nos periódicos, encontramos análises acerca de projetos específicos. Dentre os aspectos analisados estão: a interpretação dos sentidos atribuídos pelo indivíduo às suas experiências no Projeto Esporte Cidadão – Vila Velha, Espírito Santo (MELLO et al., 2009); a análise e discussão do valor dos dados administrativos dos programas no Projeto de Inclusão Social – Cidade de Deus, Rio de Janeiro (VIANNA; LOVISOLO, 2009); e as relações do Projeto Graef – Niterói, Rio de Janeiro, com o governo municipal, a indústria e a universidade (MATTOS et al., 2010). Já dentre os oito trabalhos apresentados nos CONBRACE encontramos dois cujo foco é o “terceiro setor” e não um projeto ou instituição específica, quais sejam, no evento de 2007 o trabalho de Oliveira e Hungaro com uma análise crítica acerca do crescimento do terceiro setor; e no evento de 2009 o trabalho apresentado por Luciana Marcassa acerca da vinculação da animação cultural ao projeto neoliberal por meio do terceiro setor. Ainda nesses eventos foram apresentados outros trabalhos com temáticas específicas como: as possibilidades de focos de ruptura com o *status quo* por meio do Projeto Esporte Emancipação – Chapecó, Santa Catarina (REZER et al., 2007); Associação Cristã de Moços/Instituto Dunga e suas relações com a comunidade em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (VARGAS; FERENCI, 2009); análise da melhora das sociabilidades de crianças participantes do projeto de Inclusão Social das Periferias de Juiz de Fora, Minas Gerais (DUARTE, 2009); e, por fim, uma proposta crítica de inserção do esporte em projetos sociais criada para um programa da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro (AZEVEDO; MALINA, 2009).

Diante desse quadro da produção acadêmica da área, orientando-nos pela proposta de *monografia de base* de Demerval Saviani (2000), nosso esforço se voltou para a produção de um estudo que tornasse possível vislumbrar de forma mais nítida a amplitude, bem como a constituição do setor privado sem fins lucrativos (para determinadas correntes - terceiro setor) no que alude ao esporte e lazer. Segundo tal proposta, as dissertações de mestrado centradas na ideia de monografia de base buscam levantar, da maneira mais completa possível, as informações disponíveis sobre determinada temática, organizando-as segundo critérios lógico-metodológicos adequados. Com isso, os textos produzidos podem vir a ser importantes ferramentas para que

doutorandos e demais pesquisadores tenham acesso rápido a informações primárias já devidamente organizadas. A partir da sistematização que aqui apresentaremos com relação ao setor privado sem fins lucrativos, esperamos contribuir com pesquisadores que objetivam empreender estudos acerca de entidades específicas ou municípios, estados e regiões abrangidas por políticas de esporte e lazer cuja execução coube a entidades privadas.

Buscamos compreender a presença e ação do setor privado sem fins lucrativos no interior do campo das políticas públicas de esporte e lazer. Adotamos a acepção de políticas públicas como o “Estado em ação” (GOBERT; MULLER, 1987 apud HÖFLING, 2001), ou seja, “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001 p.31). As pesquisas em políticas públicas têm a incumbência de analisar tal ação a fim de avaliar sua eficácia ou buscar induzir o direcionamento desta ação segundo determinado viés. No Brasil este campo de pesquisa passou por um processo de institucionalização e expansão. No entanto, como demonstra Marta Arretche (2003), estes processos não são suficientes “para que os trabalhos produzidos em uma determinada área temática se constituam em efetiva contribuição ao conhecimento. Em outras palavras, a proliferação de trabalhos [...] não é suficiente para o desenvolvimento de uma ciência ou campo disciplinar” (ARRETCHÉ, 2003 p.8). Marcus André Melo (1999) aponta ainda que no Brasil a disciplina enfrenta a ausência de um fortalecimento vertical por conta da proliferação de estudos de caso que dificulta a produção de análises acerca de questões comuns às diferentes políticas. Como pudemos observar, pela análise dos trabalhos da área acadêmica da educação física, nela também se observa grande número de estudos de caso sem que se estabeleçam traços gerais e/ou questões comuns dentre as diferentes instituições envolvidas com as políticas públicas de esporte e lazer por meio do setor privado sem fins lucrativos. Diante disso, nosso intento é o de contribuir para o debate, consolidação e fortalecimento da área com um estudo de caráter ampliado a respeito dessas entidades.

No que diz respeito ao método de pesquisa, Augusto N. S. Triviños (1992) aponta que uma das maiores dificuldades encontradas por estudantes no nível do mestrado é a definição de seu referencial teórico. Segundo o autor, “as maiores deficiências nos resultados de uma pesquisa podem derivar de um embasamento teórico para explicar, compreender e dar significado aos fatos que se investigam” (TRIVIÑOS, 1992 p.99). No mesmo sentido, Paulo de Salles Oliveira (2001) afirma que:

[...] o método não representa tão-somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador (OLIVEIRA, 2001 p.17).

Com isso, no presente trabalho, nossa busca é empreender uma análise assentada no referencial teórico do materialismo histórico-dialético. Desde esse referencial, tem-se como ponto de partida a realidade empírica, tomada como uma totalidade da qual o pesquisador tem condições de apreender sua lógica articuladora. O ponto de chegada reside igualmente na realidade, que passa a ser compreendida pelo pensamento numa dimensão de maior complexidade. Nas palavras de Karl Marx:

O concreto é concreto por ser uma concentração de muitas determinações, logo, uma unidade do múltiplo. Eis a razão por que aparece no pensamento como processo de concentração, como um resultado e não como um ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida efetivamente real e, assim, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caminho, toda representação se desvanece em determinação abstrata, ao passo que, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano do pensamento (MARX, 1857-2010 p.111).

Assim, uma análise materialista histórico-dialética busca reunir o maior número de determinações acerca de uma dada expressão fenomênica da realidade. As referidas determinações são traços constitutivos do real apanhados pelo pensamento como categorias, “formas de existir, determinações da existência” (MARX, 1857-2010 p.121). Ou seja, são dados que existem na realidade efetiva e no pensamento, não sendo jamais o pensamento responsável por sua criação.

O percurso metodológico adotado na presente investigação inclui pesquisa documental e bibliográfica. O estudo empreendido caracteriza-se como qualiquantitativo (TRIVIÑOS, 1992), na medida em que se baseia no levantamento dos dados acerca do financiamento público do setor privado sem fins lucrativos permeado pela análise qualitativa dos resultados encontrados. Buscamos apanhar a heterogeneidade e amplitude do setor privado sem fins lucrativos no interior das políticas públicas de esporte e lazer por meio da busca pelas entidades que estabeleceram relações de parceria com o governo federal durante o segundo Plano Plurianual (PPA) do governo de Luis Inácio Lula da Silva, o que corresponde aos anos de 2008 a 2011. O PPA estabelece os programas e projetos de longa duração do governo e define as metas e

objetivos governamentais para um período de quatro anos incluindo-se o primeiro ano de governo após as eleições, com o intuito de garantir a permanência dos programas quando ocorrem as mudanças de governo². Tal opção possibilitou que encontrássemos as instituições que possuem estrutura jurídica estabelecida – condição necessária para estabelecimento dos convênios – assim como informações acerca de sua localização, valores recebidos e ações financiadas. A pesquisa documental foi feita no Portal da Transparência, que demonstrou ser uma ferramenta valiosa para a publicização do conhecimento acerca do uso dos recursos públicos. O Portal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU)³, criado em 2004 com o objetivo de “aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar”⁴. É nítido que são necessários mecanismos que permitam aos cidadãos participar das *decisões* acerca do uso dos recursos públicos, pois o portal somente divulga as informações dos recursos após sua utilização, no entanto, não se pode negar que sua existência representa um avanço.

Os dados oficiais foram coletados por meio do acesso ao sítio do Portal da Transparência⁵ em três etapas: as informações referentes aos exercícios fiscais de 2008 e 2009 foram levantadas no período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2010; do exercício fiscal de 2010 durante os meses janeiro e fevereiro de 2011. Já os dados referentes ao último ano do PPA em questão, 2011, foram extraídos do Portal durante o mês de janeiro de 2012. No Portal selecionamos o ano do exercício fiscal, em seguida a opção de consulta por ação de governo. Optou-se pela busca pautada nas ações de governo para que fossem encontradas as transferências destinadas à função “Desporto e Lazer” independentemente da origem do recurso. Após este procedimento foram consultadas todas as ações de governo incluídas na referida função para que se chegasse aos convênios estabelecidos e se constatasse se a transferência destinou-se para uma entidade com a modalidade de aplicação “Transferência a instituições privadas”, cujo código

² Nossa opção pelo período referente aos anos de 2008 a 2011 se justifica pela busca por apresentar os dados da maneira mais atualizada possível acerca das transferências de recursos públicos para as entidades privadas sem fins lucrativos, assim como pelo fato de entendermos que em um segundo mandato já estão devidamente consolidados os programas atinentes às diferentes políticas.

³ “A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria”. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/CGU/> Consulta realizada em 01/06/2011.

⁴ Informação disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/> Consulta realizada em 09/06/2011.

⁵ <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

“50” identifica no orçamento público as entidades privadas sem fins lucrativos. A seguir ilustramos um exemplo das etapas da busca realizada:

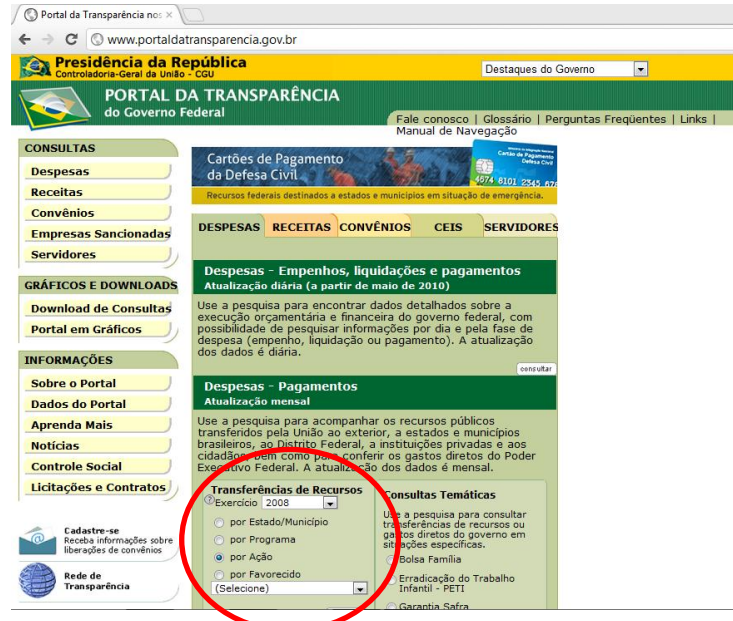


Figura 1 - Coleta de dados no Portal da Transparência: Etapa 1.

Portal da Transparência - T1 x

www.portalttransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcao.asp?Exercicio=2008&Pagina=35

Desporto e Lazer	1055 - Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte	Centros Esportivos de Alto Rendimento	1.553.091,50
Desporto e Lazer	3988 - Implantação e Modernização de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES		68.938,20
Desporto e Lazer	5450 - Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer	Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer	178.679.592,90
Desporto e Lazer	3073 - Modernização de Núcleos de Esporte e de Lazer		50.000,00
Desporto e Lazer	8238 - Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	Participação em Eventos de Esporte Educacionais	846.624,20
Desporto e Lazer	2352 - Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania		14.753.802,77
Desporto e Lazer	2362 - Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade		3.215.004,66
Desporto e Lazer	2438 - Promoção da Cooperação e Intercâmbio Internacional		168.000,00
Desporto e Lazer	2626 - Promoção de Eventos de Esporte Educacional	Promoções de Eventos de Esporte Educacional	1.789.600,00
Desporto e Lazer	2500 - Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento	Eventos Esportivos de Alto Rendimento	3.346.369,00
Desporto e Lazer	8473 - Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer	Eventos do Esporte Recreativo e do Lazer	509.415,20
Desporto e Lazer	2490 - Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento	Competições Internacionais de Alto Rendimento	28.019.655,75
Desporto e Lazer	2486 - Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência	Esporte para Pessoas Portadoras de Deficiência	700.000,84
Desporto e Lazer	2494 - Realização dos Jogos dos Povos Indígenas	Jogos dos Povos Indígenas	76.630,00

Pesquisar: Entre com o texto

Página 35/97

« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » | Página: nº página Ir

Figura 2 - Coleta de dados no Portal da Transparência: Etapa 2.

Portal da Transparência - Ti x

www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoUF.asp?Exercicio=2008¶mValor=20376606232561&textoPe...

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Frequentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido
Selecione... OK

Você está em: Início » Despesas » Transferências de Recursos » Ações » Estado

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR AÇÃO DE GOVERNO

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2008 - Transferência de Recursos: R\$ 203.766.062.325,61
Total destinado à ação **Participação de Crianças Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais**: R\$ 846.624,20

baixar mais dados | imprimir

Selecione o(a) "Estado" para obter o detalhamento do valor. Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente.

Estado	Total no Ano (R\$)
BAHIA	102.429,12
DISTRITO FEDERAL	344.007,82
MINAS GERAIS	150.000,00
RIO DE JANEIRO	250.187,26

Página 1/1
« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » | Página: nº página Ir

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

Figura 3 - Coleta de dados no Portal da Transparência: Etapa 3

Portal da Transparência - Ti x

www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoMunicipio.asp?Exercicio=2008&textoPesquisaAcao=¶mVal...

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Frequentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido
Selecione... OK

Você está em: Início » Despesas » Transferências de Recursos » Ações » Estado » Municípios

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR AÇÃO DE GOVERNO

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2008 - Transferência de Recursos: R\$ 203.766.062.325,61
Total destinado à ação **Participação de Crianças Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais**: R\$ 846.624,20
Total destinado ao estado **BAHIA**: R\$ 102.429,12
Total destinado ao Governo do Estado: R\$ 0,00
Total destinado aos municípios do Estado: R\$ 102.429,12

imprimir

Selecione o(a) "Município" para obter o detalhamento do valor. Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente.

Município	Total no Ano (R\$)
FEIRA DE SANTANA	102.429,12

Pesquisar: Entre com o texto ok

Página 1/1
« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » | Página: nº página Ir

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

Figura 4 - Coleta de dados no Portal da Transparência: Etapa 4

Portal da Transparência - Ti x

www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoFavorecido.asp?Exercicio=2008&textoPesquisa=&textoPesquis...

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Frequentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido
Selecione... OK

Você está em: Início » Despesas » Transferências de Recursos » Ações » Estado » Municípios » Favorecidos

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR AÇÃO DE GOVERNO

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2008 - Transferência de Recursos: R\$ 203.766.062.325,61
Total destinado à ação **Participação de Crianças Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais**: R\$ 846.624,20
Total destinado ao estado **BAHIA**: R\$ 102.429,12
Total destinado ao Governo do Estado: R\$ 0,00
Total destinado aos municípios do Estado: R\$ 102.429,12
Total destinado ao município **FEIRA DE SANTANA**: R\$ 102.429,12

imprimir

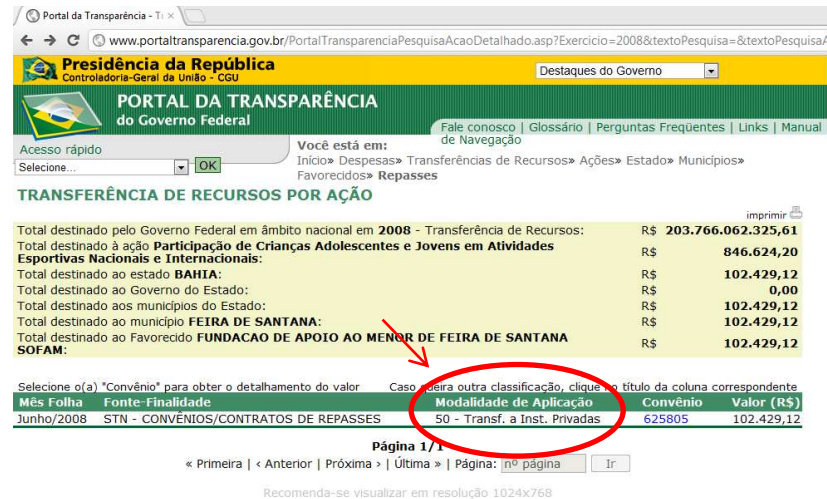
Selecione o(a) "Favorecido" para obter o detalhamento do valor. Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente.

CNPJ/CPF/NIS/Outros	Favorecido [Nome Fantasia]	Total no Ano (R\$)
16.439.002/0001-11	FUNDAÇÃO DE APOIO AO MENOR DE FEIRA DE SANTANA [SOFAM]	102.429,12

Página 1/1
« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » | Página: nº página Ir

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

Figura 5- Coleta de dados no Portal da Transparência - Etapa 5



Portal da Transparência - TI x

www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoDetalhado.asp?Exercicio=2008&textoPesquisa=&textoPesquisa=

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

DESTAQUES DO GOVERNO

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Fale conosco | Glossário | Perguntas Frequentes | Links | Manual de Navegação

Acesso rápido
Selecione... OK

Você está em:
Início» Despesas» Transferências de Recursos» Ações» Estado» Municípios» Favorecidos» Repasses

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR AÇÃO

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2008 - Transferência de Recursos: R\$ 203.766.062.325,61

Total destinado à ação **Participação de Crianças Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais**: R\$ 846.624,20

Total destinado ao estado **BAHIA**: R\$ 102.429,12

Total destinado ao Governo do Estado: R\$ 0,00

Total destinado aos municípios do Estado: R\$ 102.429,12

Total destinado ao município **FEIRA DE SANTANA**: R\$ 102.429,12

Total destinado ao Favorecido **FUNDACAO DE APOIO AO MENOR DE FEIRA DE SANTANA**: R\$ 102.429,12

imprimir

Selecione o(a) "Convênio" para obter o detalhamento do valor. Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente.

Mês/Folha	Fonte-Finalidade	Modalidade de Aplicação	Convênio	Valor (R\$)
Junho/2008	STN - CONVÊNIOS/CONTRATOS DE REPASSES	50 - Transf. a Inst. Privadas	625805	102.429,12

Página 1/1

« Primeira | < Anterior | Próxima > | Última » | Página: nº página | Ir

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

Figura 6- Coleta de dados no Portal da Transparência: Etapa 6

Após cada etapa do levantamento foram feitas buscas⁶, em fontes não oficiais, por informações relacionadas às entidades com os maiores volumes de recursos transferidos, a fim de suprir de determinações as análises que buscamos empreender. Como não compõe nosso estudo a análise de entidades específicas, utilizamos o critério do valor das transferências para buscar alguns exemplos de relações que permeiam os convênios encontrados.

O estudo do setor privado sem fins lucrativos por meio do financiamento público de suas ações possibilita que se forneça uma base empírica à reflexão acerca do espaço que tem sido ocupado por tal setor nas políticas, na medida em que cada vez mais são entidades privadas que tomam para si o papel de executoras dos programas financiados pelo governo. Segundo informações divulgadas pela ONG Contas Abertas⁷, no período compreendido entre 2005 e 2011 essas entidades receberam um total de R\$19,8 bilhões da União.

Para Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2010), é fundamental que numa análise dialética se considere “as forças políticas que se organizam no âmbito da sociedade civil e interferem na conformação da política social, de modo a identificar sujeitos coletivos de apoio e/ou de resistência a determinada política, bem como sua vinculação a interesses de classe” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010 p.45). Nesse sentido, compõe a presente pesquisa uma análise

⁶ Sobretudo por meio da internet, mas também em jornais e revistas de grande circulação.

⁷ Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=763> Consulta realizada em 22/02/2012.

das entidades do setor privado sem fins lucrativos como uma das forças presentes no interior da sociedade civil brasileira e o papel do financiamento estatal dessas entidades na configuração das políticas públicas de esporte e lazer.

Em síntese, a presente pesquisa tem como objetivo geral a reflexão acerca da presença do setor privado sem fins lucrativos no que concerne ao oferecimento de práticas esportivas e de lazer no Brasil, tendo em vista o protagonismo alcançado pelas organizações do referido grupo dentre as formas de articulação da sociedade civil brasileira. Para tanto, apresentamos os debates que cercam as definições de sociedade civil, organizações não governamentais e terceiro setor, a fim de compreender e evidenciar as disputas dentre projetos políticos distintos presentes na atualidade do processo de construção democrática em nosso país.

O objetivo específico consiste no mapeamento das entidades sem fins econômicos (lucrativos) que receberam recursos do governo federal para o desenvolvimento de ações de esporte e lazer durante o plano plurianual referente ao segundo mandato do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (2008 – 2011). Por meio de tal mapeamento é possível verificar a dimensão da transferência de recursos públicos para entidades privadas, assim como evidenciar quais são os agentes que tem tomado para si a responsabilidade de proporcionar à população práticas de esporte e lazer. Objetivamos também, por meio de tal levantamento, destacar a heterogeneidade que defendemos ser inerente à noção de sociedade civil em contraposição às visões que buscam tratar deste conceito caracterizando-o pela homogeneidade de interesses e ausência de relações de poder. Para tanto, apresentamos quais são, onde estão e o que fazem as entidades privadas ligadas às políticas de esporte e lazer, assim como a dimensão do financiamento público desse setor.

2 Estado, sociedade civil e a proposta de um “terceiro setor”.

2.1 Estado e sociedade civil no processo brasileiro de construção democrática.

A discussão que aqui se apresenta tem como elemento articulador a democracia entendida como projeto, ou seja, um processo histórico, algo em permanente construção. Não adotamos uma acepção estrita da democracia enquanto regime político – instituições e aparatos – mas sim como uma forma de sociedade, incluindo suas práticas sociais e culturais (GRUPO⁸, 1998-1999). Referenciando-nos na proposição de Umberto Cerroni, interpretada por José Paulo Netto (1990), partimos da importante diferenciação entre *democracia-método* e *democracia-condição social*. Enquanto a democracia-método restringe-se aos mecanismos institucionais necessários à implantação de um regime democrático-liberal, a democracia-condição social atrela-se à exigência de um novo ordenamento societário, de caráter democrático totalizante, no qual seja possível à humanidade responder a exigências sociais qualitativamente novas. Esta diferencialidade é fundamental na medida em que evidencia o limite que é posto ao processo de construção democrática, qual seja aquele que define que sua universalização só permanece em ascensão enquanto não apresenta riscos à estrutura capitalista. Nas palavras de Netto:

[...] o que a análise das formações econômico-sociais capitalistas demonstra insofismavelmente é que a estrutura econômica que lhes é própria põe à democracia um limite absoluto: ela só se generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real, ou seja, na igualdade em face dos meios de produção – a estrutura capitalista só é compatível com a democracia-método (NETTO, 1990 p.76-77).

Pensar a relação entre Estado e sociedade civil desde essa ótica, implica em avaliar as determinações que essa relação impõe ao processo de construção tanto da democracia-método, quanto da democracia-condição social, na medida em que se compreende a “relevância, particularmente num país como o Brasil, da potencialidade existente na ampliação e, mesmo, da

⁸ O Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (GECD) realizou pesquisas no âmbito do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas no período entre 1996 e 2000, período no qual dele participaram Ana Claudia Chaves Teixeira, Ana Paula Paes de Paula, Carla Cecília R. Almeida Silva, Evelina Dagnino, Lígia H. H. Lüchiman, Luciana Tatagiba, Maria do Carmo A. A. Carvalho, Regina Claudia Laisner e Sérgio Resende Carvalho. As sínteses das pesquisas realizadas pelo grupo as quais nos referimos no decorrer deste texto são encontradas em um dossiê publicado na Revista Ideias, n.5-6, 1998-1999.

universalização da democracia-método” (NETTO, 2004 p.81). Isto porque, na busca por manter o marco democrático no interior dos limites do capitalismo, os agentes políticos das classes e grupos sociais dominantes se veem constantemente diante de impasses para os quais precisam encontrar respostas restauradoras a fim de manter o sistema. Nesse sentido, os grupos que visam o fim do sistema capitalista apostam na potencialidade da ampliação da democracia-método por reconhecerem que:

A validação societária destas respostas [capitalistas], em contextos de democracia política consolidada, torna-se progressivamente problemática. Em síntese, a universalização e consolidação dos institutos democráticos permitem às classes e grupos sociais anticapitalistas reduzir substancialmente a legitimidade e a viabilidade das respostas tendentes a acentuar os graus de restritividade (NETTO, 1990 p.78).

Nossa análise envolve, dessa forma, a busca por clarificar as relações que têm sido estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado brasileiro no que diz respeito às políticas sociais de esporte e lazer, visando com isso elencar os limites e possibilidades que estas relações impõem à consolidação destas práticas como direitos cuja efetivação representa um necessário avanço na luta pela construção democrática.

Na realidade brasileira pensar a relação entre Estado e sociedade civil perpassa necessariamente o fato de que o processo de construção da democracia no país intercalou-se constantemente com regimes autoritários. Considerando-se o período ao qual nosso estudo se remete é importante partimos da compreensão das mudanças ocorridas nessa relação desde o período ditatorial ao qual o país esteve submetido entre as décadas de 1960 e 1980.

Segundo Netto (2004) há um grave equívoco nas análises que tratam da sociedade civil no período que antecede 1964 como um setor fragilizado frente a um Estado fortalecido. Para o autor, a interpretação que condiz com a conjuntura brasileira nesse período é a de que “não existia ‘uma sociedade civil fraca’ – existia uma sociedade na qual as classes subalternas, alvos de histórica e sistemática repressão, enfrentavam enormes dificuldades para organizar-se autonomamente” (NETTO, 2004 p. 75). Dentre estas dificuldades, podemos elencar o pacto populista, como afirmam as autoras do GECD (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática), por meio do qual o Estado:

[...] incorporava, de forma centralizadora e tutelar, os setores e organizações populares na dinâmica das políticas estatais. Esse processo de controle político-estatal sobre as

organizações e manifestações sociais era feito através de mecanismos variados de tutela e subordinação, que se constituíram como fortes obstáculos para a organização autônoma da sociedade (GRUPO, 1998-1999 p. 16).

Carlos Nelson Coutinho (1999) se vale da categorização gramsciana acerca das sociedades de tipo “oriental” e “ocidental” para compreender o desenvolvimento da sociedade brasileira no período. Na produção de Gramsci, as chamadas sociedades orientais são caracterizadas “pela debilidade da sociedade civil em contraste com o predomínio quase absoluto do Estado-coerção” (COUTINHO 1999, p. 147), enquanto as sociedades tidas como ocidentais apresentam relações mais equilibradas entre sociedade política e sociedade civil. Segundo Coutinho, as mudanças posteriores à proclamação da República e término do período escravocrata, sobretudo a partir dos anos de 1920, não podem ser ignoradas na análise da sociedade civil brasileira. Isto porque, a partir da consolidação do capitalismo industrial as relações sociais tornaram-se mais complexas, com o crescimento dos sindicatos operários, de movimentos reivindicativos – como as greves – e da exigência, por parte das camadas médias, de uma maior participação política. Decorre dessas transformações a consolidação do que Coutinho denomina de pressupostos objetivos de uma sociedade civil autônoma. Com o fim do período ditatorial de Getúlio Vargas, em 1945, o Brasil aproxima-se com maior nitidez das características de uma sociedade de tipo ocidental, sobretudo pela influência que os sindicatos conseguem exercer sobre a esfera político-econômica e pelo êxito do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto às massas (COUTINHO, 1999).

Para as autoras do GECD, a repressão aglutinou atores sociais que mesmo antes da implantação do regime já atuavam na reivindicação pelo direito à participação política, como por exemplo, os Centros Populares de Cultura⁹, os movimentos de Ação Católica e de Educação de Base¹⁰ (GRUPO, 1998-1999). Na análise de Maria da Glória Gohn (2001), no período compreendido entre 1945 e 1964 houve uma retomada da construção democrática, com o retorno da disputa político partidária, a multiplicação dos sindicatos e a emergência de movimentos sociais a partir da sociedade civil com reivindicações de natureza diversa, sobretudo por reformas de base, políticas nacionalistas e equipamentos urbanos básicos necessários à sobrevivência dos

⁹ Movimento articulado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no período 1954-1964, integrante dos Movimentos Nacionalistas pela Cultura, envolvendo uma série de atividades e criações na área artística (GOHN, 2001).

¹⁰ Movimento originado em 1961, voltado para a educação popular de adultos. Envolve no processo educacional a abordagem de elementos do cotidiano dos educandos, estratégia resultante da mescla de uma metodologia francesa, da experiência colombiana de alfabetização e do método de Paulo Freire (GOHN, 2001).

grupos que se deslocavam do campo para os centros urbanos (GOHN, 2001). Diante disso, reforça-se a defesa de Netto (2004) segundo a qual no período que antecede o regime militar não ocorreu um processo de fortalecimento *da* sociedade civil brasileira, mas sim do fortalecimento *na* sociedade civil de atores que até então não haviam obtido êxito na articulação e viabilização de instrumentos efetivos de participação política. Para o autor, a posterior crise do regime ditatorial foi resultado da força que os movimentos operário e popular foram capazes de engendrar de forma a questionar a dominância do grande capital na sociedade civil (NETTO, 2004).

Coutinho (1999) defende que a ditadura exercida no período não foi capaz de construir uma situação de *hegemonia*, pois o consenso obtido pelo regime era passivo, ou seja, não suscitava organizações populares que prestassem apoio ativo à ditadura. Na perspectiva gramsciana, hegemonia é um modo específico de exercício do poder, assim como de sua construção. Uma situação hegemônica se dá quando determinado grupo conquista dos demais o chamado *consentimento ativo*, que os leva a seguirem determinada *direção*, situação diferenciada de quando um grupo obtém o consentimento passivo, conquistado por meio da coerção física, o que caracteriza uma situação de *dominação*. No interior deste quadro, “da esquerda socialista aos conservadores esclarecidos” (COUTINHO, 1999 p.215) surgia em nosso país uma força antiditatorial que, hegemonzando setores distintos, foi capaz de promover as lutas que contribuíram decisivamente para o fim do regime militar e o fortalecimento de setores populares da sociedade civil brasileira. A utilização do termo sociedade civil passou a se constituir em nosso país como uma forma de identificação deste diversificado grupo de atores organizados coletivamente com o intuito de publicizar suas carências, reivindicar liberdade e justiça social, unificados naquele momento pela demanda comum de derrubada do regime autoritário. Neste sentido:

Em um país marcado por um Estado centralizador, por uma cidadania originalmente regulada¹¹ e por uma ditadura militar de mais de vinte anos, falar em sociedade civil significa pensar naquilo que potencialmente emerge da sociedade sem o controle do Estado (GRUPO, 1998-1999 p.23).

Este processo de reconhecimento das forças populares no interior da sociedade levou a incorporação por diferentes setores da academia do conjunto de ideias gramscianas, em especial, no que alude à noção de “sociedade civil” e de “Estado ampliado”. No entanto, é

¹¹ Sobre o conceito de cidadania regulada ver: SANTOS, W.G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

importante ressaltar, como faz Coutinho (1994) que na própria teoria marxiana¹² é possível identificar concepções restritas e amplas de Estado. Esta ampliação encontra na visão do autor uma dupla dimensão. A primeira remete-se a uma ampliação do conceito de Estado no plano gnosiológico, ou seja, no que se refere ao maior ou menor grau de abstração conceitual em que o pesquisador se situa para realizar a análise do objeto. Esta dimensão exige que se introduzam novas determinações econômicas, políticas e sociais na conceituação do Estado. Nesse sentido, o autor afirma que uma concepção marxista de Estado será:

[...] tanto mais ‘ampla’ quanto maior for o número de determinações do fenômeno estatal por ela mediatizados/sintetizados na construção do conceito de Estado; e [...] será ‘restrita’ uma formulação que, consciente ou inconscientemente, concentre-se no exame de apenas uma ou de relativamente poucas determinações da esfera político-estatal (COUTINHO, 1994 p.14).

A segunda dimensão concerne ao maior ou menor grau de concretização da própria realidade objetiva frente a qual o pesquisador se depara. Ao identificar formulações marxianas-engelianas que expressavam uma apreensão “restrita” do fenômeno estatal, Coutinho ressalta que estas conceituações refletiam a realidade objetiva com a qual os fundadores do marxismo se depararam a sua época, pois: “o Estado Moderno ainda não explicitara plenamente suas múltiplas determinações e, desse modo, a teoria ‘restrita’ do Estado correspondia à existência de efetiva de um Estado ‘restrito’” (COUTINHO, 1994 p.52). Deste modo, se Gramsci pôde – a partir da retomada da crítica ontológica marxiana – ampliar a concepção de Estado marxista, isto se deu porque o pensador italiano deparou-se em seu tempo histórico com novas determinações da esfera estatal.

Assim, Gramsci avança dialeticamente com a ampliação do conceito marxista de Estado por meio, sobretudo, do reconhecimento da relação existente entre as esferas da sociedade política e sociedade civil nas formações societárias capitalistas contemporâneas. Apesar da aparente cisão entre sociedade política e sociedade civil, é importante ressaltar que Gramsci entende tais dimensões como mutuamente constitutivas. Segundo sua teoria, a sociedade civil compreende os aparelhos privados de hegemonia, organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão. Para o autor, a gênese da sociedade civil está nos processos de socialização da política presentes no capitalismo

¹² Usaremos o termo “teoria marxiana” para indicar os trabalhos de Marx e Engels.

desenvolvido, de maneira que tal esfera torna-se “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1999 p.121). Estado em sentido restrito denota então os organismos atinentes à sociedade política, aos quais cabe o exercício da dominação por meio da coerção, através dos aparelhos coercitivos de Estado. Através da sociedade política as classes dominantes detêm o monopólio legal da repressão e da violência enquanto a sociedade civil reúne as organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias.

Para Gramsci, ideologia consiste em uma premissa teórica implícita a uma atividade prática e uma vontade, com o termo ideologia assumindo o significado de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, dentre outras dimensões da ação humana (GRAMSCI, 1966). Isto indica que, na teoria gramsciana,

Os valores sociais, as religiões, as ideologias, as concepções de mundo, na medida em que são fenômenos de massa, em que se tornam momentos ideais da ação de sujeitos coletivos, são uma ‘verdade’ socialmente objetiva, detidos de uma espessura ontológica de fenômenos como [por exemplo] o Estado ou a mais-valia (COUTINHO, 1994 p.107).

A elaboração gramsciana representa uma superação da concepção predominantemente gnosiológica da ideologia, que a limitou a ideia de “falsa consciência”, possibilitando retomá-la como um fenômeno ontológico-social. Ao explicitar a correspondência entre filosofia e ideologia, Gramsci reforça o entendimento de que todo ser humano é filósofo, na medida em que suas ações são regidas por normas de conduta condizentes com determinada concepção de mundo que permite ao sujeito interagir com os demais. Nesse sentido, para o autor a ideologia é intimamente ligada à ação direcionada a exercer influência sobre o comportamento dos indivíduos e, a partir disso, defende que se deve buscar a:

[...] elaboração crítica, [a] consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário (GRAMSCI, 1966 p.12).

Isto é necessário para que não participemos de uma concepção de mundo imposta, mas sim de uma concepção autônoma da realidade, construída de forma crítica e consciente. Tal construção autônoma é igualmente necessária à formação de uma nova hegemonia, o que denota

a preocupação central das formulações gramscianas, qual seja, a superação das relações capitalistas por meio de uma transformação social de caráter totalizante.

Por tudo isso, a teoria gramsciana da ideologia é essencial à sua construção teórica acerca da hegemonia, pois é através da adesão a uma dada ideologia que se constrói uma situação hegemônica. A sociedade civil representa, nessa teoria, a arena na qual se dão as disputas pelo poder dentre diferentes concepções de mundo. Isso é o que diferencia Gramsci de outros autores que tratam do tema, como por exemplo, Jürgen Habermas, para quem a sociedade civil representa a face institucional do mundo da vida, sendo regida por uma racionalidade própria – a razão comunicativa – que não inclui a lógica do poder nas relações entre os indivíduos. Para Habermas, a sociedade civil busca exercer influência/pressionar o sistema político, mas não se empenha na disputa pelo exercício do poder. Como afirma Sérgio Costa (1999), na perspectiva habermasiana, a influência da sociedade civil:

Se concreta de manera anónima y difusa por medio de la existencia de una esfera pública transparente y porosa, permeable a las cuestiones originadas en el mundo de la vida. Solamente a través de la mediación de los procesos institucionales de formación de opinión y de la voluntad es que el poder de influencia de la sociedad civil debe llegar al Estado[...] (COSTA, 1999 p.99).

Vê-se que essa perspectiva pressupõe uma *esfera pública* na qual, segundo Nancy Fraser, “se lleva a cabo la participación política a través del habla. Es ese espacio en el que los ciudadanos deliberan sobre sus problemas comunes, por lo tanto, un espacio de interacción discursiva” (FRASER, 1997 p.97). Nesse espaço, que exige uma separação radical entre a sociedade civil e o Estado, constituir-se-iam deliberações resultantes de discussões entre pares, formando-se um consenso racional acerca do bem comum, já que os agentes envolvidos não exprimiriam ali seus interesses privados e também seriam postas de lado as desigualdades de condições, assim como o poder. Deste modo, segundo a proposição habermasiana, tem-se como suposto que os interlocutores deliberariam na esfera pública “*como se*” fossem iguais, o que culmina na afirmação de que seria possível uma democracia política que ignore as desigualdades sociais. Argumento firmemente rechaçado por Fraser, cuja justificativa aponta que:

[...] para obtener una esfera pública en la que los interlocutores puedan deliberar como iguales, no basta con [*sic*] suspender las desigualdades sociales. Por el contrario, la eliminación de las desigualdades sistémicas es una condición necesaria para la paridad en la participación. [...] Si exige el tipo de igualdad general que no es compatible con

relaciones de dominación y subordinación generadas sistemáticamente. Con el debido respeto hacia al liberalismo, *debo afirmar que la democracia exige igualdad social sustantiva* (FRASER, 1997 p. 113)¹³.

As formulações de Habermas, baseadas na existência de uma esfera pública burguesa, são questionadas por Fraser na medida em que pesquisas históricas demonstraram que mulheres e negros estiveram excluídos dessa “suposta” esfera pública em países como, por exemplo, França, Inglaterra e Alemanha, o que indica uma noção distorcida de publicidade que denota claramente a pretensão burguesa de representar a si mesma como sendo o “público”. Sendo assim, diferentemente do que sustenta Habermas, para quem o modelo liberal de esfera pública burguesa é um ideal não realizado plenamente, Fraser defende que este modelo compõe uma noção ideológica que contribuiu para o domínio da burguesia em seu momento de emergência como classe. Daí resulta uma mudança fundamental na natureza da dominação política, como afirma Fraser remetendo-se à noção gramsciana de consentimento e hegemonia¹⁴:

Se trata del paso de un modo de dominación represivo a uno hegemónico, de un gobierno basado principalmente en la obediencia a una fuerza superior, a un gobierno basado principalmente en el consentimiento, complementado por algún grado de represión. Lo importante es que este nuevo modo de dominación política, al igual que el anterior, garantiza la capacidad de un estrato de la sociedad de gobernar a los demás. La esfera publica oficial fue entonces – de hecho aún lo es – el lugar institucional de mayor importancia para la construcción del consentimiento que define el nuevo modo hegemónico de dominación (FRASER, 1997 p.106).

Porém, como vimos anteriormente, é também a partir da teoria de Gramsci que ganha força o entendimento da sociedade civil e, por consequência, da esfera pública como lugar da disputa de poder e construção de hegemonia. Logo, se este foi o mecanismo que auxiliou a consolidação da hegemonia burguesa, existe igualmente a possibilidade histórica de que seja esse um dos mecanismos a tornar possível a formação de uma nova hegemonia, dessa vez em busca da transformação global das relações sociais fundadas na exploração do gênero humano e a necessária igualdade substantiva.

As ideias gramscianas influenciaram, para além do ambiente acadêmico, lideranças e militantes dos movimentos populares, que buscaram basear sua prática política nessa teoria.

¹³ Fraser afirma que seu argumento se apoia na crítica de Marx ao liberalismo presente na primeira parte de “A questão judaica”. (Fraser, 1997 p.113 nota n.21).

¹⁴ Essa noção é encontrada pela autora no trabalho do historiador Geoff Eley.

Diversos estudos acentuaram, durante a década de 1980, o caráter de espontaneidade, democracia de base, poder popular e autonomia dos movimentos, situando o Estado como esfera da repressão, coerção, opressão e exploração. O resultado da ação desses movimentos pode ser percebido na redefinição do espaço da política, na medida em que se difundiu a concepção de que a política não estava restrita ao Estado e aos partidos. Esta redefinição se deu principalmente por meio da luta por direitos, que levou ao questionamento das desigualdades entre governantes e governados, assim como do autoritarismo social¹⁵ presente nas diferentes relações cotidianas.

Resultam da ação desses movimentos muitos dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, assim como o fortalecimento da noção de esfera pública por meio da tematização de questões que antes estavam restritas ao âmbito privado. Costa (1999) afirma que, no debate brasileiro, o tema da esfera pública foi tratado desde sua inexistência, pois era generalizado o entendimento de que tamanha era a ampliação da esfera privada que sua lógica penetrava e dominava aquilo que deveria ser o público. Somente a partir da década de 1980 é que ganham força as reivindicações pela constituição de uma esfera pública no país. As vitórias resultantes dessas lutas podem ser reconhecidas pela instituição por força de lei de diversos *espaços públicos* como, por exemplo, os orçamentos participativos, os conselhos gestores de políticas públicas e conferências¹⁶ que em conjunto deram origem a formação de novas sociabilidades e novos mecanismos de gestão ainda não conhecidos na realidade brasileira, na qual marcadamente prevaleceu uma indistinção entre o público e o privado, caracterizada pelas práticas de clientelismo, populismo, corrupção e favorecimento pessoal (GRUPO, 1998-1999).

Tais espaços são fundamentais à construção democrática na medida em que representam meios institucionalizados para que a sociedade civil possa exercer influência e disputar o poder sobre as decisões governamentais apresentando suas demandas, promovendo debates, discussões e intercâmbios entre diferentes grupos do conjunto da sociedade. Como afirma Vera da Silva Telles, os espaços públicos representam o local “onde pode ocorrer a

¹⁵ Segundo Evelina Dagnino, o termo autoritarismo social designa uma “matriz cultural, vigente no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, que preside a organização desigual e hierárquica das relações sociais, no âmbito público e privado. Baseada em diferenças de classe, raça e gênero que constituem a base principal de uma classificação social que impregnou historicamente a cultura brasileira, estabelecendo diferentes categorias de pessoas hierarquicamente dispostas em seus respectivos ‘lugares’ na sociedade, essa matriz reproduz a desigualdade das relações sociais em todos os níveis, subjazendo às práticas sociais e estruturando uma cultura autoritária” (DAGNINO, 2004 p.103).

¹⁶ Na área acadêmica da Educação Física, para exemplificar, identificamos o estudo de Amaral (2003) que aborda o espaço público do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre e o de Castelan (2011) com uma abordagem acerca das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer.

representação e negociação, para as quais os direitos se firmam como medida no gerenciamento dos conflitos e como parâmetro no reordenamento da vida econômica” (TELLES, 1994 p.47). Dessa forma, os espaços públicos tem o potencial de constituir a interface entre a sociedade e o Estado, na qual circularia a linguagem dos direitos, promovendo a desprivatização das carências, necessidades, demandas e aspirações dos diferentes grupos, lançando-as em debates abertos que poderiam definir sua validade como questões de interesse público.

2.1.1 A construção democrática frente à retomada dos princípios liberais – o neoliberalismo no Brasil.

Concomitantemente à retomada do processo brasileiro de construção democrática, na década de 1990 os países-centro do capitalismo mundial reavivam o questionamento liberal acerca do papel do Estado no que alude à garantia de direitos sociais. Como apontam Behring e Boschetti, a perspectiva liberal admite o Estado como “uma espécie de mal necessário” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010 p.56) cuja função limita-se a regular as relações sociais como forma de manutenção da liberdade individual, da propriedade privada e do livre mercado. No entanto, as autoras alertam que, nas origens do Liberalismo, no século XIX, o enfrentamento no sentido de diminuir a ação do Estado direcionava-se à busca pela superação da aristocracia e do clero consubstanciados no estado absolutista. É nesse contexto que Adam Smith defende a tese do mercado como mecanismo natural de regulação das relações sociais, tese retomada pelos *neoliberais* nas últimas décadas do século XX – num momento histórico extremamente diverso – como forma de desmonte das conquistas dos trabalhadores expressas nos diferentes formatos de *Estado Social* que surgiram no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial¹⁷. No referido período, devido aos abalos decorrentes da crise econômica de 1929-1932 e da guerra, assim como à força dos trabalhadores e expansão do socialismo no leste europeu, inicia-se um processo de busca por soluções para a crise enfrentada pelo capitalismo.

¹⁷ Para Behring e Boschetti (2010) há uma continuidade entre Estado liberal e Estado Social no período em que ocorreram as primeiras iniciativas de políticas sociais. Para as autoras “[...] não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações socialdemocratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes [...]. Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva entre Estado liberal e Estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2010 p. 63).

John Maynard Keynes está entre aqueles que buscaram saídas para tal processo, rompendo parcialmente com os princípios do liberalismo na medida em que questionava a possibilidade da “mão invisível” do mercado garantir “a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global, como o demonstraram a grande depressão e a guerra” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010 p.85). Diante disso, o economista inglês defendeu a intervenção do Estado na economia como forma de garantir a produção, por meio de uma série de mecanismos contrários às teses do liberalismo ortodoxo. Além da intervenção na economia, Keynes atribui ao Estado o papel de proteção aos sujeitos incapacitados para o trabalho, o que abriu caminho para o incremento de políticas sociais.

No mesmo período em que são implantadas políticas com base no keynesianismo, ganha força o modelo de produção oriundo das fábricas de Henry Ford. O modelo fordista conjugou produção em massa com consumo de massa, o que exigia um novo sistema de reprodução da força de trabalho e, portanto, o “controle sobre o modo de vida e de consumo dos trabalhadores” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010 p.87). Este é o cenário que propicia a fase de crescimento do capitalismo durante o período que sucedeu a Segunda Guerra, por meio da associação entre keynesianismo e fordismo sob o comando da economia estadunidense. Acrescentando-se o declínio do regime socialista no leste europeu, quando as ações criminosas de Stálin passam a ser conhecidas, a este momento de expansão do capital, temos como resultado a concretização das experiências do *welfare state*¹⁸.

Porém, a intervenção estatal é aceita pelos grupos empresariais quando sua ação resulta em aumento da taxa de lucros. No entanto, se sua ação é dirigida aos interesses dos trabalhadores, o empresariado reage criticando duramente a intervenção estatal. É isso o que ocorre quando, na década de 1970, diante de uma nova crise de superprodução, o empresariado reage apontando o Estado intervencionista como agente catalisador da crise. A partir disso disseminam-se as ações denominadas *neoliberais*. Houve, já em 1944, uma resposta teórica ao Estado intervencionista, representada pelo trabalho de Friedrich Hayeck intitulado “O caminho da servidão”, no qual a intervenção do Estado na economia é denunciada como uma ameaça à liberdade econômica e política, sendo o Partido Trabalhista inglês seu alvo direto (Anderson,

¹⁸ Behring e Boschetti (2010) atentam para o fato de que o termo *welfare state* tem origem na Inglaterra e que há outras denominações que não se referem ao mesmo fenômeno e, portanto, não devem ser compreendidas como sinônimos. Os exemplos levantados pelas autoras são o *Etat-providence* (Estado providência) francês e o alemão *Sozialstaat* (Estado Social), tais conceitos referem-se a situações históricas específicas dos referidos países.

2005). Com a crise de 1969-1973 e chegada ao poder de Thatcher na Inglaterra (1979), Reagan nos Estados Unidos (1980), Kohl na Alemanha (1982) e Schlüter na Dinamarca (1983), assentou-se a hegemonia neoliberal nos países centrais do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

No Brasil, os ajustes neoliberais ocorreram de acordo com as particularidades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. A consolidação de tal modo de produção em nosso continente se deu por meio de um processo oligárquico-dependente e não através de revoluções democráticas burguesas, nascendo subordinada a uma fase do capital caracterizada por uma nova forma de colonialismo – a dependência tecnológica e financeira – e tendo seu desenvolvimento gerado a partir da industrialização por substituição de importações, o que “demandava forte intervenção estatal, participação engajada de trabalhadores, enquanto produtores e enquanto consumidores, e a transferência de tecnologia produzida nos países centrais” (MONTAÑO, 2002 p. 32). Carlos Montaña aponta ainda que foi necessária a ampliação do emprego, como forma de aumentar a produção, assim como a elevação dos salários para que se aumentasse o consumo, surgindo por meio dessas ações o que o autor chamou de uma espécie de Estado social intervencionista, assim: “a tardia e dependente construção de uma sociedade brasileira industrializada, fundada no trabalho urbano assalariado, propicia a constituição de um também tardio e inacabado Estado protecionista” (MONTAÑO, 2002 p.32). Os ganhos gerados para os trabalhadores e para a população em geral, culminaram na legitimação e consolidação da hegemonia capitalista industrial.

Entretanto, como mencionamos anteriormente, a tentativa de criação de um Estado de bem estar social ocorre no Brasil no momento em que internacionalmente já se questionava o nível de intervenção do Estado nas questões sociais. Este processo é imposto à América Latina por meio de um conjunto de medidas formuladas em 1989, denominadas de *Consenso de Washington*¹⁹, no qual os países centrais ditaram quais deveriam ser as ações empregadas pelos países em desenvolvimento para que estes pudessem se ajustar macroeconomicamente. Tais medidas resumem-se em dez regras básicas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento

¹⁹“Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título ‘*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*’, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de ‘*Consenso de Washington*’” (BATISTA, 1994 p.5).

estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual.

Para Francisco de Oliveira (1995), no Brasil o processo de desmonte do Estado tem início já na ditadura e prossegue no governo de José Sarney (1985-1989), propiciando o ambiente necessário para que a ideologia neoliberal se instalasse politicamente no país. Segundo o autor:

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi esse voto de desespero que elegeu o Bismarck das Alagoas (OLIVEIRA, 1995 p.25).

Assim, a vitória de Fernando Collor de Mello na primeira eleição direta para o executivo federal realizada no país, representa a inauguração da implantação do projeto neoliberal. Sua chegada à presidência figura como o êxito de um programa nitidamente neoliberal em contraposição ao programa de Luis Inácio Lula da Silva, que defendia à época um programa de oposição às reformas neoliberais e a busca por um Estado de bem estar. Operando com uma plataforma política neoliberal, o governo eleito realizou a abertura comercial, cujo anúncio propagandeava uma política de competitividade a partir da qual a produção industrial do país se modernizaria frente à disputa com os produtos estrangeiros inseridos no mercado interno. No entanto, a combinação do congelamento de preços com a abertura comercial realizada de forma abrupta culminou numa competição desigual entre a indústria nacional e produtos importados de alta tecnologia, o que impedia a ampliação dos rendimentos das indústrias, levando-as a repassar o ônus para o preço das mercadorias. Ao mesmo tempo, o congelamento dos salários impunha efeitos perversos sobre o poder de compra da população assalariada. A demissão do funcionalismo público e as privatizações foram concebidas como meios de contingenciar os gastos públicos enquanto a desindexação econômica foi tida como um avanço nas negociações salariais, de forma a liberar das imposições estatais trabalhadores e o patronato. No que alude às privatizações, um total de dezoito empresas estatais altamente rentáveis passaram a ser controladas pelo setor privado, sem que isto representasse arrecadações significativas para os cofres públicos. Além destas ações, foi relevante o desmonte da política agrícola que culmina nas bases para o agronegócio e o corte de gastos em setores estratégicos como a saúde, a educação e a cultura (MARTUSCELLI, 2005). A queda de Collor representa o avanço da organização da

sociedade brasileira em resposta ao desmonte do Estado, no entanto, seu sucessor, Itamar Franco, não altera o rumo da programática neoliberal que se consolida definitivamente a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Já no primeiro mandato de FHC (1994 – 1998) tem início a reforma do Estado orientada pelos postulados neoliberais. A reforma empreendida se deu em torno de três dimensões. A dimensão institucional-legal, baseada na criação de instituições normativas e organizacionais que constituem unidades descentralizadas de gestão. Uma segunda dimensão, de cunho cultural, baseada na mudança dos valores burocráticos para os gerenciais, e uma terceira relacionada à gestão, pela qual se colocam em prática novas ideias gerenciais em busca de melhor atender o “cidadão-cliente”. Diante do que, afirma Montaña:

Ora, os serviços sociais e assistenciais têm uma clara função social, não mensurável financeiramente, portanto, não podem ser avaliados seguindo critérios gerenciais (regidos pela relação custo/benefício) nem empresariais (orientados pelo lucro). É por isso que ele [o capital] prefere o ‘cidadão cliente’ ao ‘cidadão usuário’ (MONTAÑO, 2002 p. 42).

Podem ser identificadas duas gerações de reformas do Estado brasileiro. A primeira, ocorrida na década de 1980, na qual se deu o ajuste estrutural macroeconômico através de ajustes fiscais, liberalização comercial e de preços, e privatizações. A segunda geração, ocorrida na década seguinte, tratou da reforma administrativa do Estado, com a reconstituição da poupança pública, reforma da previdência social e reforma política. Tais medidas acabaram por “readequear” a Constituição brasileira de forma que seus princípios pudessem ser alterados e passassem a atender o conteúdo do *Consenso de Washington*, pois conforme aponta Montaña citando Luis Carlos Bresser, responsável pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) no governo de Fernando Henrique Cardoso, “a crise da forma burocrática de administrar o Estado emergiu com toda a força no final dos anos 80, em função do *retrocesso burocrático representado pela Constituição de 1988*” (BRESSER apud MONTAÑO, 2002 p. 39 grifo nosso). Desta forma, para que se “corrigisse” a inoperância causada pela burocracia resultante da Constituição de 1988, foram tomadas medidas que gerariam um processo denominado por seus idealizadores de “publicização”, caracterizado pela transformação de serviços não exclusivos do Estado em propriedade pública não estatal e sua transferência para organizações não governamentais. Para tanto, torna-se protagonista no cenário brasileiro o

denominado “terceiro setor”, resultado do processo de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

2.2 A proposta de um “terceiro setor”.

A partir da alegação aparente de chamar a sociedade à participação em torno do controle social e da gestão de serviços sociais, o que poderia representar avanços para a democracia e a cidadania, a publicização dos serviços estatais representou, na verdade, um mecanismo ideológico de transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para um suposto “terceiro setor” e de repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Segundo Montañó, o que ocorreu foi uma “verdadeira privatização dos serviços sociais e de parte dos fundos públicos. Esta estratégia de ‘publicização’ orienta-se numa perspectiva, na verdade, desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais” (MONTAÑO, 2002 p.46).

O “terceiro setor”, que se propõe a reunir nessa nomenclatura o conjunto de entidades públicas não estatais, regidas pelo direito civil privado, acaba por representar a tentativa de privatização de serviços sociais e de parte de fundos públicos. Isto se dá por meio da criação de leis e incentivos para organizações sociais, para a filantropia empresarial e o serviço voluntário, desenvolvendo-se relações de parceria entre estas instituições e o Estado (MONTAÑO, 2002).

Juridicamente as entidades sem fins econômicos²⁰ são divididas em associações civis e fundações, ambas classificadas como personalidades jurídicas de direito privado. As associações civis²¹ são criadas pela união de pessoas com o intuito de promover determinada ação. Já as fundações²² são criadas a partir da ação individual de seu instituidor (pessoa física ou jurídica) que destina um patrimônio à realização exclusiva de fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Em outras palavras, as associações surgem de um grupo de pessoas e as fundações de um conjunto de bens.

²⁰ De acordo com o Novo Código Civil (2003) a denominação das pessoas jurídicas “sem fins lucrativos” passou a ser pessoas jurídicas “sem fins econômicos”.

²¹ Capítulo II do Novo Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm
Consulta realizada em 19/03/2011.

²² Capítulo III do Novo Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm
Consulta realizada em 19/03/2011.

As demais nomenclaturas como *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público* (Oscip)²³, *Organização Social* (OS)²⁴, *Entidade de Utilidade Pública* e *Entidade de Assistência Social*²⁵ – intensamente veiculadas nos diferentes meios de comunicação – são títulos conferidos pelo Estado às personalidades jurídicas sem fins econômicos. As entidades tidas como de Utilidade Pública e as Oscips podem ser beneficiadas com doações provenientes de pessoas jurídicas por meio de incentivos fiscais²⁶. O título de Utilidade Pública é conferido por meio de decreto presidencial e a solicitação de qualificação como Oscip é realizada via Ministério da Justiça.

Juntamente à definição acerca das Oscips, a lei 9790/99 trata dos *termos de parceria* que podem ser firmados entre o governo e as referidas organizações. Os referidos termos são destinados à formação de vínculos de *cooperação* entre as partes, para o fomento e a execução de um amplo leque de atividades. São elas: a promoção da assistência social; da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação, saúde, segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; do voluntariado; do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação não lucrativa de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, e, finalmente, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Já a qualificação como Organização Social consiste, como afirma Paulo Modesto (1997), em uma:

[...] *qualidade jurídica* conferida pelo Poder Público [que] faz incidir sobre as instituições reconhecidas um plexo de disposições jurídicas especiais, que asseguram vantagens e sujeições incomuns para as tradicionais pessoas jurídicas qualificadas pelo

²³ Lei 9790/99. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9790.htm Consulta realizada em 20/03/2011.

²⁴ Lei 9637/98. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9637.htm Consulta realizada em 20/03/2011.

²⁵ Lei 12101/09. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm Consulta realizada em 20/03/2011.

²⁶ Regulamenta as doações para entidades declaradas de utilidade pública a Lei 9249/95 art. 13º. Já as doações destinadas às Oscips são regidas pela Medida Provisória 2158-35/2001 artigos 59º /60º. Disponíveis respectivamente em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9249.htm http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2158-35.htm Consultas realizadas em 19/03/2011.

título de utilidade pública. Em qualquer dos dois títulos referidos, porém, dá-se um *plus* à personalidade jurídica das entidades privadas, que passam a gozar de benefícios especiais não extensíveis às demais pessoas jurídicas privadas (benefícios tributários e vantagens administrativas diversas) (MODESTO, 1997 p.32).

Dentre as diferenças que favorecem as entidades que recebem a titulação de Organizações Sociais está a possibilidade de absorção, por parte destas instituições, das atividades e recursos de entidades estatais extintas por lei, assim como a permissão de uso de equipamentos e patrimônios públicos ociosos. Em contrapartida, tais entidades estão submetidas a um maior controle e fiscalização por parte do Estado, obedecendo inclusive à obrigatoriedade de que representantes do poder público integrem seu quadro deliberativo. Outro diferencial diz respeito aos *contratos de gestão* que podem ser firmados entre as Organizações Sociais e o Poder Público, que, diferentemente dos termos de parceria anteriormente citados, garantem que tais entidades possam assumir a *gestão* de serviços relacionados ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Por fim, a certificação como Entidades de Assistência Social é conferida de acordo com a área de atuação de cada entidade, sendo áreas abrangidas a educação, a saúde e a assistência social. Cada ministério é responsável por sua respectiva área e a referida certificação garante vantagens como, por exemplo, a isenção de contribuições para a seguridade social. Esta é a única lei, dentre aquelas aqui apresentadas, cuja versão atual data do governo do Partido dos Trabalhadores (à frente do poder executivo desde o ano de 2003). Como podemos observar as leis que tratam das Oscips e das OS procedem do governo do Partido da Social Democracia Brasileira (que esteve na presidência de 1994 a 2002) e a lei que regulamenta as entidades de utilidade pública data do governo de Getúlio Vargas (1936). Como vimos, é no governo de Fernando Henrique Cardoso que se concretiza a reforma do Estado com vistas à publicização de serviços relacionados à garantia dos direitos sociais, e as referidas leis formam a base legal que sustenta os processos a que temos assistido de transferência de responsabilidades estatais para o âmbito privado sem fins lucrativos.

Neste cenário, os movimentos sociais oriundos da década de 1980 se deparam com uma nova configuração, que os colocam diante de novos elementos definidores de suas ações, quais sejam: maiores possibilidades de negociação com o Estado, uma tendência à institucionalização dos movimentos, ampliação das temáticas abordadas, explicitação da pluralidade de intenções, posições e demandas já existentes no interior da sociedade civil,

maiores possibilidades de atuação na esfera pública, e, por fim, articulação dos movimentos entre si e com diferentes atores sociais em redes mais ou menos formalizadas, configurando um novo padrão de atuação desses movimentos. Produz-se então uma configuração na qual o próprio conceito de sociedade civil passa a ser objeto de disputa, na medida em que se atribuem ao termo significações advindas de projetos políticos diferenciados e até mesmo antagônicos. (GRUPO, 1998-1999).

Deparamo-nos então com a perspectiva que define o “terceiro setor” como uma nova esfera do social, ao lado do Estado e do Mercado, considerados respectivamente como primeiro e segundo setores. O termo tem origem norte-americana, advindo de um contexto no qual associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal. Como nos esclarece Montañó, o uso da noção de sociedade civil como um “terceiro setor” deriva de correntes que segmentam a realidade social em esferas autônomas, perdendo com isso a noção de totalidade. Desta forma:

[...] falar de ‘primeiro’, ‘segundo’ e ‘terceiro’ setores tem o efeito político e ideológico de segmentar a totalidade social (desmontando as articulações realmente existentes entre Estado, sociedade civil e mercado, mutuamente ligados) e desistoricizar a realidade, seguindo os esquemas liberal, positivista e neopositivistas (MONTAÑO, 2002 p. 135).

Para ilustrar tal perspectiva, nos remetemos ao discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da sanção da Lei do Voluntariado (Lei 9.608/1998):

Nós estamos assistindo à formação do que se costuma chamar de terceiro setor: formas de associação, formas de sociabilidade que não se restringem à dicotomia clássica entre Estado e sociedade civil, à antiga. É a sociedade civil moderna, ou seja, não contando apenas os setores produtores da sociedade civil. São novas formas de sociabilidade. [...] Nem o Estado é suficiente, nem o mercado. Ambos são, entretanto, partes que compõem o mundo contemporâneo. O que há de novo agora é, precisamente, o terceiro setor. O que há de novo é que existem formas dinâmicas de controle social, de organização de objetivos, e até mesmo de generosidade e solidariedade, que não decorrem nem do princípio racionalizador do mercado, nem do princípio autoritário de distribuição do Estado (CARDOSO apud FRANCO, 1998 p.2).

Tal discurso reforça a tese levantada pelas autoras do GECD quando afirmam que: “no Brasil, para os partidários do termo ‘terceiro setor’, defender esta noção em detrimento da concepção de sociedade civil é sair de uma ‘oposição sistêmica ao Estado’ que esta última supostamente sugere” (GRUPO, 1998-1999 p.29). Neste sentido, ao invés de reconhecer a

sociedade civil como espaço de disputas busca-se construir uma visão celebratória acerca da mesma, segundo a qual:

[...] a emergente Sociedade Civil [transmutada em ‘terceiro setor’], composta por iniciativas cidadãs, sobretudo aquelas com fins públicos não lucrativos, seja fortalecida, até que possa assumir o seu papel protagonista e mediador do novo arranjo institucional que se prefigura (FRANCO, 1998 p. 4).

Em Boaventura de Sousa Santos (1999) também encontramos a proposta do “terceiro setor”. Dessa vez, como protagonista do que o autor chama de “princípio da comunidade” em oposição aos princípios do Estado e do Mercado. Esses três princípios formam, na visão de Boaventura, o marco de regulação da modernidade e no terceiro setor é que residem os valores inerentes ao princípio da comunidade, quais sejam, “cooperação, solidariedade, participação, equidade, transparência [e] democracia interna” (SANTOS, 1999 p.256). Estruturalmente, o terceiro setor apresentaria tamanha motivação e iniciativa de ação coletiva que o atribuem uma eficiência semelhante à encontrada na iniciativa privada capitalista. No entanto, a ausência de busca por lucro, o interesse coletivo, uma gestão democrática e independente, assim como a distribuição dos recursos assentada em valores humanos o aproximariam do setor público estatal. Desde esse ponto de vista, o autor sugere uma reformulação dos limites entre o público e o privado e a reestruturação da esfera pública e de sua qualidade democrática por meio da atuação do “terceiro setor” numa reinvenção solidária e participativa do Estado (SANTOS, 1999).

Percebe-se então, como aponta Montañó (2002), a crença de que por meio da ação dos agentes do “terceiro setor” poderia criar-se um novo contrato social, uma espécie de pacto entre cidadãos independentemente de suas procedências e interesses de classes. A alocação do “terceiro setor” como protagonista deste “novo arranjo institucional” encontra sustentação teórica em autores como Pierre Rosanvallon, segundo o qual o Estado, por meio de leis específicas, deve garantir o desenvolvimento do terceiro setor como resposta às demandas sociais. Por consequência, sua teoria respalda a desresponsabilização do Estado e a autorresponsabilização dos sujeitos pelas respostas às suas próprias necessidades. O autor defende o adensamento da sociedade com atividades solidárias voluntárias. Para tanto reivindica o aumento do tempo livre, pois neste tempo é que os indivíduos poderiam se inserir em tais atividades, passando a exigir menos do Estado (MONTAÑO, 2002).

Além deste autor, tal perspectiva lança mão dos estudos de Friedrich August von Hayek e Alexis de Tocqueville para apontar o Estado como uma organização nociva para a liberdade dos cidadãos, tendo o “terceiro setor” o papel de diminuir o poder estatal. Tocqueville defende que a sociedade deve ser carregada de organizações de associação voluntária, nas quais os cidadãos possam participar em conformidade com seus interesses privados criando vínculos por meio da ajuda mútua, isto porque, para esse autor, a igualdade no mundo político não é possível – já que nem todos podem participar do governo – no entanto, tal condição pode se estabelecer na sociedade civil. Segundo Montaña:

Isto explicaria por que, tendo sido juiz, deputado, constituinte e ministro, Tocqueville teve, assim, uma vida pública desenvolvida fortemente no âmbito do Estado, e não nas associações livres, que ele tanto pregava para o povo. Seu modelo de participação cidadã em associações livres representa claramente um princípio de participação subordinada. Ele [esse modelo] é para o povo e não para si próprio (MONTAÑO, 2002 p.72).

Por meio das associações livres Tocqueville crê que o Estado estaria livre da tirania da maioria, ou seja, a maioria composta pelos trabalhadores que poderia ameaçar os privilégios das minorias que ocupam posições elevadas. Em um sistema democrático desenvolvido tais trabalhadores, em busca da igualdade, podem se lançar contra a ordem, insubordinando-se contra o *status quo*. Com isso, a defesa das associações livres demonstra ser uma forma de conter as insatisfações oriundas dos excluídos, pulverizando a participação política e as lutas sociais, restringindo-as a atividades por interesses específicos de pequenos grupos (Montaña, 2002).

Hayek foi idealizador e fundador da *Mont Pèlerin Society*, uma associação internacional criada em 1947 com o objetivo de estabelecer as bases daquilo que veio ser o neoliberalismo – expressão do combate ao Estado intervencionista. Defendendo a liberdade econômica, define a concorrência como único princípio de organização e regulação social adequado e potencializador da liberdade. A desigualdade assume assim o papel de um mecanismo natural pelo qual se estimula o desenvolvimento social e econômico e atribui à livre concorrência no mercado o papel de guardadora da liberdade. Para Hayek o governo possui apenas as funções de manutenção de uma estrutura para o mercado e garantia de serviços que o mercado não pode oferecer. As demais instituições da sociedade encarregar-se-iam do desenvolvimento localizado, descentralizado, de ações que visassem à justiça social. Como apontado anteriormente, o trabalho desenvolvido por este autor estabelece as bases teóricas e

ideológicas para o projeto neoliberal pelo fato de constituir um ataque direto às decisões tomadas pelos países de capitalismo avançado no período pós-guerra, segundo as quais se desenvolveu o intervencionismo estatal, duramente criticado por Hayek e definido como o “caminho da servidão” (MONTAÑO, 2002). Tal minimização do Estado tinha para os liberais, como Locke, o significado de possibilitar a concretização das relações burguesas, já que estes tinham como alvo o Estado absolutista. Porém, os defensores do neoliberalismo não lutam contra um Estado verdadeiramente autoritário, mas sim contra um Estado que tenha a garantia de direitos universais e a igualdade social substantiva como horizonte.

2.2.1 A disputa entre projetos políticos: sociedade civil *versus* “terceiro setor”.

Diante do embate entre diferentes projetos político-ideológicos, Evelina Dagnino aponta para uma “*confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal” (DAGNINO, 2004 p. 95). Tal confluência operaria um deslocamento de sentido sobre as noções de sociedade civil, participação e cidadania que são, segundo a autora, elementos que ocupam uma posição de centralidade na disputa existente entre projetos políticos distintos na sociedade brasileira atual. Para lidar de maneira mais qualificada com a complexidade de tais deslocamentos, a mesma defende a compreensão do sentido de projetos políticos, próxima da visão gramsciana, segundo a qual projeto político designa “os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo e representações do que deve ser a vida em sociedade que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2004 p. 98).

Primeiramente, no que diz respeito à noção de *sociedade civil*, ambos os projetos defendem uma atuação ativa e propositiva. No entanto, o projeto neoliberal tem levado – como tratamos anteriormente – à identificação da sociedade civil como sinônimo de “terceiro setor” e à *onguização* dos movimentos sociais. A eleição das ONGs como interlocutoras privilegiadas para a representação da sociedade civil junto ao Estado é também problemática e leva – como nos mostra Dagnino – a distorções acerca da noção de *representatividade*. A autora explica que no caso das ONGs, tal representatividade se desloca para a competência que aquela entidade possui a partir dos conhecimentos que acumula acerca de determinada temática. Como aponta Dagnino:

Portadoras dessa capacidade específica, muitas ONGs passam também a se ver como ‘representantes da sociedade civil’, num entendimento particular da noção de

representatividade. Consideram ainda que sua representatividade vem do fato de que expressa interesses difusos na sociedade, aos quais ‘dariam voz’. Essa representatividade adviria então muito mais de uma coincidência entre esses interesses e os defendidos pelas ONGs do que de uma articulação explícita, ou relação orgânica, entre estas e os portadores destes interesses (DAGNINO, 2004 p.101).

De maneira intimamente ligada ao deslocamento das noções de sociedade civil e de representatividade está o deslocamento da noção de *participação*. Um projeto político que visa o aprofundamento democrático concebe a participação como fora defendida pelos movimentos sociais que reivindicaram a partilha efetiva do poder com o Estado, possibilidade alcançada em determinadas realidades nas quais se compuseram diferentes espaços públicos. Em contrapartida, no projeto neoliberal, emerge a *participação solidária* com ênfase no trabalho voluntário e na responsabilidade social de indivíduos e empresas. Excluindo os significados políticos da participação, tal concepção apoia-se numa perspectiva privatista e individualista que despe de sentido político também a noção de solidariedade, que passa a se circunscrever ao terreno da moral. Dispensam-se os espaços públicos, onde “o debate dos próprios objetivos da participação pode ter seu lugar [e] o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza” (DAGNINO, 2004 p.102). Já para os grupos que visam à construção democrática, a participação direciona-se ao engajamento nas lutas por meio dos movimentos sociais pela manutenção e ampliação dos direitos, assim como pela partilha do poder, não aceitando nem o abandono e nem o autoritarismo daquela que é por excelência a instituição garantidora de direitos: o Estado.

O terceiro deslocamento diz respeito à noção de *cidadania*. Dagnino trata da concepção de cidadania desde a perspectiva de uma *nova cidadania* ou *cidadania ampliada*. Nesta nova maneira de conceber a cidadania ocorre uma redefinição da ideia de direitos, que surge a partir do reconhecimento de “um *direito a ter direitos*” (DAGNINO, 2004 p.104), não apenas aqueles existentes, mas também aqueles que surjam de novas lutas pelo seu reconhecimento como tal. Para isto, a nova cidadania exige a “constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram serem seus direitos e lutando para seu reconhecimento [...]. Nesse sentido, é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘desde baixo’” (DAGNINGO, 2004 p.104). A autora aponta ainda que, dentre os direitos exigidos para que se concretize esta nova noção de cidadania, está o direito a participação na definição do sistema político sob o qual vivemos, ou seja, o direito de definir o tipo de

sociedade da qual somos membros. Tais exigências apontam para a necessidade de transformações radicais na sociedade e nas relações de poder nela existentes.

As distorções promovidas pelas visões neoliberais acerca da cidadania caminham pela redução de seu significado coletivo, levando a um entendimento individualista sobre esta noção. Além disso, estabelece-se uma conexão entre cidadania e mercado, segundo a qual ser cidadão denota integrar-se ao mercado, como consumidor e produtor. Já que estamos “num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como instância substituta para a cidadania” (DAGNINO, 2004 p.106).

A desresponsabilização do Estado no que respeita à garantia de direitos, como tratamos anteriormente, reflete a busca por um Estado “empreendedor”, “eficaz”, o que leva a uma inversão na medida em que o reconhecimento dos direitos passa a ser visto como anacrônico e nocivo ao projeto de inclusão dos países “subdesenvolvidos” na “modernidade do primeiro mundo”. Na busca por essa nova forma de gestão apela-se para a solidariedade limitada ao campo da moral, e, portanto, alijada de sua dimensão política, a partir da qual a sociedade é chamada ao trabalho voluntário e filantrópico, como forma de caridade junto aos pobres.

Dagnino afirma que é este entendimento de cidadania que domina o “terceiro setor”, e que:

[...] tal como nos setores do Estado ocupados pelas forças neoliberais, esse discurso da cidadania é marcado pela total ausência de qualquer referência a direitos universais ou ao debate político sobre as causas da pobreza e a desigualdade. Uma das consequências é o deslocamento dessas questões: tratadas estritamente sob o ângulo da gestão técnica ou filantrópica, a pobreza e a desigualdade estão sendo retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio, o da justiça, igualdade e cidadania (DAGNINO, 2004 p.107).

Na medida em que projeto do terceiro setor não remete às lutas pelos direitos aqui apontados, ou seja, não leva ao aprofundamento democrático com vistas à transformação social, concordamos com Montañó de que tal projeto visa,

Uma democracia dentro da ordem, sem questionar/alterar a propriedade privada e a hegemonia da fração de classe no poder – que permite tanto a exploração e as formas de submissão e dominação sociais quanto a direção político-ideológica da população, que não questiona/altera nenhuma variável econômica ou política sistêmica, que mantém/reforça as fontes de poder da (fração de) classe hegemônica, e busca, no lugar das (suprimindo as) lutas de classes, a ‘parceria’ entre estas, como o caminho para a democratização – [logo] é um projeto condenado a ser mais um processo instrumentalizado pelo capital, e, portanto, funcional a ele (MONTAÑO, 2002 p.162).

Desta forma, nos orientando ainda pelos apontamentos desse autor, é necessário que ressaltemos as determinações que fundam o construto ideológico do conceito de “terceiro setor”. Para Montaño, este conceito não é adequado à tentativa de apreensão do fenômeno real representado pelas ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, “que assumem as funções de resposta às demandas sociais [...] a partir dos valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua” (MONTAÑO, 2002 p.184). Por meio dele, percebe-se uma tentativa de reduzir a complexidade de uma questão de fundo político-econômico-ideológico, em uma discussão de caráter simplesmente técnico-operativo, na medida em que as argumentações a favor do “terceiro setor” se fundam em comparações que reduzem o Estado a um organismo burocrático, ineficiente, corrupto e em crise, enquanto as organizações do referido “setor” são retratadas como dinâmicas, democráticas, populares, flexíveis, atendendo às particularidades regionais e categoriais. (MONTAÑO, 2002). Sendo assim, o que orienta a discussão que faremos adiante é a busca pelas determinações necessárias a uma apreensão da complexa realidade objetiva representada por essas organizações.

2.2.2 “Terceiro setor”: uma mistura demasiadamente heterogênea.

Na busca por aprofundar as argumentações até então apresentadas, passamos a caracterizar as instituições que compõem o grupo, autodenominado por alguns como “terceiro setor”. Porém, como identificamos o caráter ideológico dessa nomenclatura, utilizaremos o termo “setor privado sem fins lucrativos” para nos remeter ao conjunto dessas entidades para então, posteriormente, compreender sua inserção e influência nas políticas públicas de esporte e lazer.

Para Maria da Glória Gohn (2005), as atuais organizações não governamentais resultam de entidades que nas décadas de 1970 e 1980 serviam de apoio aos movimentos sociais e populares, atuando na luta contra o regime militar em busca da redemocratização brasileira. A autora aponta que neste período, tais instituições findavam fortalecer a representatividade das organizações populares, auxiliando na estruturação das organizações, oferecendo suporte para a ação dos movimentos. Segundo ela, “eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes” (GOHN, 2005 p. 89). No entanto, para Gohn, nos anos noventa do século XX, unem-se a essas ONGs cidadãs entidades que se autodenominam como “Terceiro Setor”, sendo as últimas ligadas prioritariamente a fundações e empresas. A partir de então, a autora demonstra que ocorre um

enfraquecimento político das ONGs cidadãs, na medida em que estas passam a fortalecer o associativismo com o “terceiro setor”, caracterizado como pouco ou nada politizado, assim como com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, por meio de um discurso diluidor dos conflitos sociais “preocupado apenas com a inclusão social em termos de integração ao *status quo* sem questionar as bases do modelo de desenvolvimento vigente” (GOHN, 2005 p. 90-91). Gohn aponta que a opção das ONGs pelo trabalho institucionalizado, com atribuição de prioridade às parcerias com políticas públicas estatais, levou a trabalhos direcionados para projetos e programas focalizados, o que acaba por desconsiderar os processos e conflitos envolvidos e a universalização das demandas.

Uma segunda autora, Ana Claudia Chaves Teixeira (2002) opta por não definir o que seriam as ONGs argumentando que tal conceituação está em constante disputa, centrando então seus esforços em buscar as formas com que tais instituições tem se vinculado ao Estado e como tal vinculação afeta a relação entre determinada organização e o conjunto da sociedade. Segundo a autora, o termo ONG foi usado no Brasil primeiramente para denominar organizações internacionais financiadoras de projetos de entidades brasileiras. Na década de 1980 centros que prestavam assessoria a movimentos sociais teriam adotado para si tal nomenclatura e em 1991 fundaram a Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Teixeira aponta que o estudo de entidades associadas à ABONG possibilita a vantagem de encontrar organizações que se reconhecem como ONGs e tem o mesmo reconhecimento de seus pares, ainda que o número de instituições associadas seja pequeno (243 associadas²⁷) no universo de entidades sem fins lucrativos existentes no país²⁸.

A autora parte de três interfaces que considera importantes para a compreensão do movimento dessas entidades, quais sejam: suas relações com agências de financiamento internacional, com movimentos sociais e com o Estado. Teixeira indica que a criação de espaços públicos nos quais se daria a interlocução entre Estado e sociedade civil, tais como os conselhos gestores e orçamentos participativos, levou a reformulações tanto no âmbito da sociedade civil quanto nos governos. Isto porque as organizações da sociedade que pretendiam exercer influência nas políticas públicas teriam que potencializar sua qualificação, o que gerou tensões na medida

²⁷ Consulta realizada através do sítio da ABONG em 08/03/2011: http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=391

²⁸ No ano de 2005, segundo dados do IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) existiam no Brasil 338.162 entidades sem fins lucrativos cadastradas. Consulta realizada em 08/03/2011: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>

em que as ONGs, que antes exerciam apoio a diferentes organizações populares, passam a agir com “voz própria” (TEIXEIRA, 2002 p.107). Em contrapartida, como apontamos anteriormente, tal processo de abertura foi acompanhado pelo ajuste estrutural que buscava a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade, o que levou a inserção de ONGs na implantação de políticas compensatórias, na medida em que tais instituições passaram a ser consideradas mais eficazes em relação à burocracia estatal. A autora esclarece que buscou estudar ONGs “que são reconhecidas em seus respectivos campos de atuação e se comprometem claramente com a construção de uma sociedade democrática e mais justa” (TEIXEIRA, 2002 p.109). Teixeira indica ainda que o estudo das relações entre ONGs e Estado é relevante na medida em que tais entidades estão influenciando a formulação de políticas públicas ao mesmo tempo em que são apontadas como substitutivas do Estado no que concerne à garantia de direitos sociais.

Neste sentido, seu estudo aborda três formas de encontro entre ONGs e Estado: o “*encontro pressão*”, no qual estão envolvidas ações de pressão, monitoramento e crítica por parte da entidade junto ao Estado. Neste encontro não há um contrato formalizado entre as partes o que leva a ONG a uma maior liberdade para criticar e propor mudanças nas políticas públicas conduzidas pelo governo.

O encontro “*prestação de serviço*”, que como o próprio nome denota envolve a contratação de uma ONG para prestar um determinado serviço tendo como contratante o Estado. Neste caso, as ONGs enviam projetos a órgãos específicos de governo, os quais podem ser aprovados ou negados, sem que as entidades tenham qualquer influência nos critérios de seleção. Os trabalhos são acompanhados do ponto de vista técnico, por meio de relatórios e visitas esporádicas, estabelecendo-se relações quase mercantis com extrema assimetria de poder entre as partes.

Por fim o “*encontro participativo*”, no qual as ONGs participam ativamente da elaboração e execução de projetos, existindo vínculos formais nos quais o governo assume um projeto advindo da ONG possibilitando que ambas as partes possam alterá-lo e criticá-lo, assim como dividir as responsabilidades pelo mesmo.

Teixeira aponta que dentre os fatores que definem qual forma de encontro será estabelecida entre uma organização e o Estado está o projeto político que atravessa essa relação, assim como o poder exercido por cada uma das partes durante o referido encontro e o empenho das pessoas envolvidas. O estudo aponta que as entidades encontram dificuldades relacionadas à

burocracia estatal, além de um despreparo e falta de sensibilidade por parte do Estado no que diz respeito a determinadas questões locais. Outra dificuldade apontada pelas ONGs é a rotatividade de programas de governo, o que leva à insegurança quanto à permanência das ações. Especificamente nos casos de *encontro prestação de serviço*, adicionam-se os problemas da falta de poder por parte das entidades e do risco à autonomia das mesmas, que pode culminar na dependência do financiamento estatal.

Os resultados obtidos como consequência dos encontros estudados envolvem a melhora na qualidade do trabalho das entidades e a aquisição de um *status* de maior prestígio para a organização pelo simples fato de ter sido financiada pelo Estado – nos casos do *encontro prestação de serviço*. Assim como o aumento do poder de interferência nos projetos governamentais e aprendizado acerca dos mecanismos internos de funcionamento estatal – nos encontros *participativos* e de *pressão*. Apesar das dificuldades de avaliação do impacto dos projetos, a autora afirma existirem ganhos efetivos para o público-alvo de suas ações.

O último ponto analisado por Ana Claudia Teixeira envolve a disputa pelo poder. Neste sentido, os encontros marcados por uma lógica muito semelhante à mercantil (*encontros prestação de serviço*) praticamente não apresentam divisão de poder e tal situação pode resultar em malefício para as entidades na medida em que promove a competição entre ONGs já que somente aquelas mais adaptadas e com mais estrutura conseguem os financiamentos. Também é questionado o mecanismo pelo qual o governo define quais são as entidades a serem beneficiadas, pois o investimento em profissionalização tende a dificultar o investimento na articulação com os setores da sociedade interessados no trabalho daquela ONG. Desta forma, a justificativa da escolha de determinada entidade por sua proximidade com o público-alvo e maior eficácia perde o sentido e “a aposta que se faz nessas ONGs não é tanto de organizações que constroem seu saber específico a partir dos vínculos com grupos sociais, mas é de organizações que se tornaram especialistas em determinados temas” (TEIXEIRA, 2002 p.136). Já nos encontros em que as ONGs exercem pressão sobre o governo, a autora identifica o uso estratégico dessa pressão por parte dos setores governamentais envolvidos, de forma que a ação das entidades contribui para o fortalecimento de suas parcerias e articulações.

Teixeira analisa, por fim, o dilema acerca da capacidade efetiva que as organizações não governamentais têm para estabelecer relações mais igualitárias com o Estado, apontando que, pelos resultados de sua pesquisa, estas organizações tendem a exercer um papel de “caráter

paliativo para a ausência do compromisso estatal de formular políticas públicas que garantam igualdade e justiça social” (TEIXEIRA, 2002 p.141) quando a execução de projetos prepondera sobre a luta pela organização e mobilização da população, bem como sobre a articulação com diferentes setores da sociedade.

Até aqui tratamos das entidades que resultam – de alguma maneira – das transformações vividas pelos movimentos sociais. Porém, também compõe o setor privado sem fins lucrativos um grupo de instituições das quais é necessário que se reflita a partir de outros parâmetros de análise. Trata-se da ação empresarial filantrópica, cuja justificativa centra-se na responsabilidade social de empresários para com o meio no qual realizam seus negócios.

Quem nos embasa nessa reflexão é Maria Célia Paoli (2003), que analisa se o trabalho social realizado pelas empresas pode conter alguma dimensão contra hegemônica. O entendimento que define o potencial contra hegemônico das ações perpassa necessariamente suas possibilidades de recriar os vínculos sociais rompidos pela crescente exclusão social e política resultante das políticas neoliberais. A autora afirma que:

A condição necessária para que tais ações apareçam como contra hegemônicas ao modelo neoliberal vigente é a de trazer a dimensão política contra a privatização, o estreitamento e a destruição dos recursos políticos e sociais que permitem a uma sociedade o viver em conjunto (PAOLI, 2003 pp. 375-376).

Paoli aponta que após o surgimento e fortalecimento da noção de “terceiro setor” o empresariado passa a atuar no campo social redefinindo as formas e sentidos da “velha filantropia”, aproximando-a da noção de cidadania. No entanto, o fazem sem que se discuta sobre as fontes de produção da miséria e sem cogitar nenhum tipo de alteração acerca da política econômica que os favorece em detrimento da maioria da população. Além disso, a filantropia empresarial promove a iniciativa individual e privada contra a ineficiência estatal e a politização da questão social, explorando as compatibilidades entre lucro e filantropia.

Ganha força a expressão “*valor agregado à marca*”²⁹, que denota a maneira pela qual a ação social de determinada empresa se converte em lucros, provando que a “a racionalidade econômica dos interesses privados deve comandar bem mais a filantropia empresarial do que o compromisso ético com a sociedade” (PAOLI, 2003 p.395). Outro fator

²⁹ Uma indicação para exemplificar a ação filantrópica empresarial no campo esportivo é encontrada no trabalho de Martines (2009) com o estudo do projeto “Rexona Ades Esporte Cidadão”.

apontado pela autora, e que está indiretamente ligado à filantropia empresarial, diz respeito à substituição da busca por deliberações participativas ampliadas sobre os recursos públicos pela noção de gestão eficaz dos mesmos, passando-se a operacionalizar decisões de maneira aleatória e privada causando o desmanche da referência pública e política para redução das injustiças sociais. Diante destes fatores Paoli conclui que:

[...] é claro que, por um lado, a ação social empresarial e os *welfares* privados nas empresas podem ser uma experiência social e humanitária relevante diante das prementes necessidades e carências da população pobre brasileira. De fato, essas iniciativas marcam o lado positivo da presença empresarial mobilizadora de energias de doação que remetem discursivamente à cidadania, e *nada se poderia dizer contra elas se funcionassem dentro de uma sociedade apoiada em garantias reais de direitos universalizados*. Mas, para ser politicamente relevante como uma experiência de formação de atores investidos de responsabilidade social, seria preciso que o movimento de filantropia empresarial reconhecesse, na sua própria constituição, a projeção da sombra da disputa pelo poder de enunciar o espaço público e a cidadania sob o cenário da desregulamentação estatal. Desse prisma, a regeneração da classe dominante brasileira apoia-se menos em uma clara lógica da cidadania e mais na eficiência da integração social para limitar o perigo e o risco inerente à presença aumentada dos excluídos e sem-direitos (PAOLI, 2003 p.414 grifo nosso).

Por fim, a partir da compreensão do quadro jurídico, político e ideológico que compõe o setor privado sem fins lucrativos, assim como da referência à diversidade de entidades que nele estão incluídas, compreende-se porque o chamamos de uma “mistura demasiadamente heterogênea” e que por isso mesmo não é possível identificá-lo como o lugar onde reina a democracia, a solidariedade ou o interesse comum. Na realidade, ali se faz presente a disputa por poder, por reconhecimento, por financiamento, por direitos, enfim todos os elementos inerentes à noção de sociedade civil desde o ponto de vista que defendemos. A partir do reconhecimento desta heterogeneidade, podemos nos direcionar para a análise das relações entre as políticas públicas e as instituições que – recusando-se pertencer ao Estado e ao mercado – assumem para si o papel de executar ações no campo do esporte e lazer.

3 O setor privado sem fins lucrativos e as políticas de esporte e lazer.

A partir da discussão apresentada no capítulo anterior, na qual buscamos evidenciar como tem se dado o processo de construção democrática no Brasil – e como as alterações na relação entre o Estado e a sociedade civil têm influenciado esse processo – passamos à análise das políticas de esporte e lazer que têm sido implementadas no interior deste quadro de avanços e retrocessos da democracia brasileira. Tal análise assenta-se na defesa destas práticas como direitos sociais, garantidos constitucionalmente em meio às conquistas oriundas das lutas empreendidas na década de 1980. Como afirma Linhales:

O que hoje consideramos como direitos sociais pressupõe a garantia e a provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou as áreas sociais implicados na promoção do bem estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente (LINHALES, 1998 p.73).

Sendo assim, o reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais na Constituição de 1988 configura um marco de sua entrada no rol das garantias mínimas requeridas para a promoção do bem estar, tendo o Estado como instituição responsável por sua universalização. Contudo, não basta o reconhecimento normativo de um direito para que o acesso universal a ele se efetive. São necessárias políticas públicas capazes de tornarem reais as condições estabelecidas pelas leis. Entretanto, diversas são as disputas travadas no interior dos processos de formulação e execução das políticas, em meio às quais a visão do esporte e do lazer como direitos muitas vezes tem sido derrotada por acepções que os assumem como *meios* para os mais diversos fins.

A hegemonia neoliberal tem levado ao desmonte do conjunto dos direitos sociais. Processo que tem sido velado pelo modelo de política predominantemente adotado no Brasil a partir da década de 1990, centrado no que Celina Souza chama de *novo gerencialismo público*, no qual “a eficiência passou a ser vista como o principal objetivo de qualquer política pública, aliada à importância do fator credibilidade e à delegação das políticas públicas para instituições com independência política” (SOUZA, 2006 p. 26). A *aparente* independência política do setor privado sem fins lucrativos é constantemente evocada quando se trata de contrapor sua eficiência

à suposta incapacidade estatal de resposta às demandas sociais. Esta contraposição é demonstrada de forma exemplar por Ana Moser e Walter Feldman em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em janeiro de 2010, ao tratarem da implantação de Clubes Desportivos da Comunidade no município de São Paulo, projeto no qual o Instituto Esporte Educação, fundado pela ex-atleta, assumiu a administração de equipamentos esportivos municipais. Como o texto reflete de maneira extremamente nítida o posicionamento do setor privado sem fins lucrativos frente ao Estado e ao esporte, o reproduziremos integralmente:

Talvez você ainda não saiba, mas a primeira organização social (OS) credenciada para administrar equipamentos esportivos da prefeitura já está funcionando. Assim como acontece na saúde, a OS do esporte veio para melhorar a vida de todos os paulistanos, mas não pode ser compreendida como um atalho. É, sim, a abertura de uma grande avenida, que vai melhorar o fluxo, mas também *tornará o caminho mais seguro, com regras claras, metas definidas e fiscalização rígida e constante*. Esse trabalho já vem sendo desenvolvido em três clubes desportivos da comunidade (CDCs) na região de Ermelino Matarazzo, que foram reformados e estão sob responsabilidade do Instituto Esporte e Educação. A partir dessas atividades serão produzidos indicadores para avaliar o desenvolvimento do programa de metas previsto e, conseqüentemente, o desenvolvimento geral do bairro. O contrato tem três anos de duração e, dependendo dos resultados, poderá ser estendido para os outros seis equipamentos esportivos da região - e, no futuro, para toda a cidade. O conceito-base de todo o projeto é o esporte educacional. A ideia é mudar não só a aparência dos clubes em Ermelino Matarazzo, mas principalmente os indicadores sociais: educação, saúde e até a segurança do local. E o que é esporte educacional? É usar a atividade física como ferramenta de inclusão, de cidadania e de participação. A OS do esporte vai ensinar esporte de três maneiras distintas: 1) Ensinar para todos, com a participação e inclusão de qualquer um, independentemente de potenciais e de limitações individuais; 2) Ensinar bem, para que qualquer um aprenda a praticar esporte com competência técnica e tática; 3) Ensinar de forma que os alunos se apropriem de conhecimentos nas áreas de saúde, cultura, cidadania e comunidade. A tarefa de ensinar esporte dessas três maneiras não é para treinadores. É para educadores, que têm a função de mediar um processo movido à base do respeito, da troca de experiências e do incentivo à ação. *O resultado é a formação de indivíduos autônomos, críticos, conscientes e, sobretudo, independentes. O esporte trabalhado na dimensão educacional desenvolve valores essenciais, ultimamente esquecidos em nossa sociedade, como a solidariedade, o respeito ao próximo e às regras, a tolerância, o sentido coletivo e a cooperação. O esporte educacional cria oportunidades para o aluno desenvolver estratégias, resolver problemas e enfrentar a vida em sociedade. O que pretendemos é inaugurar e aperfeiçoar um novo modelo de gestão, científico e moderno. Queremos unir esporte e educação para cumprir uma tarefa impensável para o Estado: universalizar o atendimento e a oferta de esporte, lazer, recreação, educação, saúde, e cultura.* O envolvimento da comunidade é fundamental. A experiência da Secretaria de Esportes e do Instituto Esporte Educação mostra que o esporte como ferramenta de desenvolvimento local é sustentável e funciona como uma bolha de oxigênio para *comunidades socialmente doentes*. Se a comunidade recebe o esporte com competência, responde participando, aprendendo, evoluindo, num ciclo vicioso que só traz o bem. Cidadãos mais bem preparados rendem mais em qualquer atividade. E a OS do esporte é uma nova maneira de educar. O país se prepara para gastar bilhões na organização dos dois maiores eventos do planeta, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Se o olhar de nossos governantes estiver atento, o modelo de OS do esporte pode ser replicado em todas as sedes e subsedes desses eventos,

aproveitando estruturas construídas de forma sustentável e evitando o aparecimento de grandes elefantes brancos. Seria a melhor maneira de garantir um legado de crescimento e desenvolvimento que vai beneficiar toda a sociedade, durante muito tempo. Grandes estádios, medalhas de ouro e glórias olímpicas não podem ser objetivos na preparação para a Copa do Mundo e para a Olimpíada. Devem ser resultado, consequência de um planejamento eficiente e inteligente, que dê frutos a médio e longo prazos. Só assim contribuiremos para o desenvolvimento pessoal do cidadão e do país como um todo. Com a OS do esporte, essa avenida começa a ser aberta (MOSER E FELDMAN, 2010, grifos nossos).

Um primeiro ponto a destacar é a ausência de qualquer esclarecimento acerca da denominação “OS”, ou seja, o artigo não explicita para os leitores a possibilidade de entidades privadas que recebem o título de Organizações Sociais assumirem a gestão de equipamentos públicos (como já tem acontecido na área da saúde em diversos municípios, como por exemplo, Campinas-SP). O texto aponta esse processo no esporte enaltecendo ao longo de toda sua argumentação a eficiência da iniciativa privada não lucrativa frente à incompetência e corrupção estatal, como podemos constatar pela afirmação de que a OS “*tornará o caminho mais seguro, com regras claras, metas definidas e fiscalização rígida e constante*”. Ainda mais grave é o apontamento de que a universalização dos direitos é uma tarefa *impensável* para o Estado, mas que seria “*pensável*” com a união entre o esporte e a educação, cujos resultados tornariam real ainda a universalização da educação, saúde e cultura: “*Queremos unir esporte e educação para cumprir uma tarefa impensável para o Estado: universalizar o atendimento e a oferta de esporte, lazer, recreação, educação, saúde, e cultura*”³⁰. Assim, o que Feldman e Moser tentam argumentar é que, através da disseminação do projeto das OS do Esporte, os problemas da cidade de São Paulo no que diz respeito à universalização do esporte, lazer, recreação, educação, saúde e cultura estariam resolvidos! Retórica a parte, afinal trata-se de um texto de jornal, o que desperta nossa maior preocupação é a falácia de se propor que seja possível a universalização desses direitos *a partir do* esporte e, o que é ainda mais sério, desconsiderando no caminho rumo à universalização da saúde e da educação, a título de exemplo, conquistas históricas como o Sistema Único de Saúde e a escola pública.

³⁰ Neste ponto cabe ressaltar que apesar da dura crítica dirigida à ineficiência estatal o referido Instituto lança mão de recursos públicos para o financiamento de suas ações. Durante o período 2008-2011 a entidade captou um valor que ultrapassa os R\$ 20 milhões por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, segundo dados divulgados no sítio do Ministério do Esporte. Disponível em: <http://esporte.gov.br/leilncentivoEsporte/consultaRecursosCaptados.do>
Consulta realizada em 06/04/2012.

Perante essa visão celebratória do esporte é necessário que se recupere as noções de totalidade e de contradição, segundo as quais, nenhum elemento da realidade possui uma essência “boa” ou “má”, logo esporte não *é* saúde, menos ainda garantia de emprego, de permanência na escola ou prevenção ao uso de drogas. Problemas complexos como a evasão escolar, a saúde pública e o desemprego exigem respostas igualmente complexas. Por isso, as críticas a essa visão tem o sentido de alertar para o fato, apontado por Luiz Fernando Camargo Veronez de que “não se combatem o uso de drogas, desvios de conduta, nem tampouco a exclusão social com políticas de esporte; no máximo, controla-se o tempo dos sujeitos alvo da ação dos programas constituintes dessa política” (VERONEZ, 2005 p.355). Todavia, apesar das críticas oriundas do âmbito acadêmico, tal visão ocupa uma posição hegemônica no interior da opinião pública e sustenta a elaboração de políticas de esporte e lazer com viés funcionalista, destituindo-os de seu caráter de bens culturais cuja fruição é direito de todos para além de suas possíveis contribuições à saúde e/ou diminuição dos “riscos sociais”.

No campo acadêmico da educação física também encontramos defesas da visão centrada na eficiência. Marcos Miranda Correia (2008) reforça tal proposta ao tratar dos projetos sociais em educação física, esporte e lazer afirmando que:

[...] para que os projetos sociais em educação física, esporte e lazer obtenham êxito e cumpram seu papel transformador nas comunidades ‘vulneráveis’, *será necessário que eles sejam desenvolvidos e administrados com a mesma seriedade e eficiência de uma empresa, entretanto com comprometimento e responsabilidade social muito maior*. Isto não significa assumir uma postura empresarial dos problemas sociais, mas compreender que o trabalho com as comunidades excluídas deveria ter a mesma qualidade daquele oferecido às ilhas de inclusão (CORREIA, 2008 p.96, grifo nosso).

Apesar da ressalva feita pelo autor acerca da responsabilidade social, esse tipo de posicionamento retrata ambiguidade semelhante à encontrada nas defesas à delegação das responsabilidades estatais ao “terceiro setor”, isto porque, ao invés de recorrer à “linguagem dos direitos”, como argumenta Telles (1994), Correia recorre ao discurso empresarial da eficiência e qualidade sem reconhecer que os projetos sociais não dispõem dos mesmos meios que as empresas e nem têm (ou deveriam ter) os mesmos objetivos. Seria preferível, do nosso ponto de vista, que no lugar da *seriedade e eficiência* empresariais se buscasse nos referidos projetos o *comprometimento político-militante* próprio dos movimentos sociais que disputam nos espaços públicos a conquista e ampliação (com qualidade) dos direitos.

Nesse sentido, conhecer quais são as entidades que têm recebido suporte financeiro estatal para empreender ações de esporte e lazer representa uma forma de avaliar a dimensão da presença do setor privado sem fins lucrativos nas políticas públicas, bem como se esse modelo de política e de relação entre Estado e determinados grupos da sociedade civil tem contribuído para a democratização destas práticas e seu fortalecimento enquanto direitos sociais. Para desenhar o quadro do setor privado sem fins lucrativos no interior das políticas de esporte e lazer analisaremos três fontes: duas oriundas de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e uma terceira, resultante de nossas buscas no Portal da Transparência.

3.1 As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos – FASFIL

No ano de 2008 o IBGE divulgou o trabalho *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2005* (IBGE, 2008). Segundo o estudo, em 2005 existiam no Brasil 338.162 entidades sem fins lucrativos cadastradas. Um estudo da mesma natureza havia sido realizado, também pelo IBGE, a respeito das informações referentes ao ano de 2002, no qual o número de instituições era de 276 mil.

Os critérios utilizados em ambos os estudos para definir quais instituições seriam consideradas do grupo das FASFIL foram cinco: personalidades jurídicas privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto administradas e voluntárias. As entidades foram classificadas de acordo com sua área de atuação³¹. A área objeto de nossa análise é a denominada “Cultura e Recreação”, que engloba dois subgrupos: “Cultura e arte” e “Esporte e Recreação”. O primeiro contempla as associações culturais, as associações de artesãos, as escolas de samba, os grupos carnavalescos, as academias de letras, os teatros, as bandas, os corais, os grupos folclóricos, os museus, as bibliotecas, as rádios, as filarmônicas e os centros de tradições gaúchas. Enquanto que o segundo compreende os grupos escoteiros, os guardas mirins; as associações recreativas, esportivas e atléticas; as associações de funcionários voltadas para o esporte, lazer e recreação; os clubes diversos tais como, de futebol, esportivos, *kart*, moto, *camping*, *jockey*, *jeep*, aero, entre

³¹ As áreas contidas no estudo são: habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, associações patronais e profissionais, meio ambiente e proteção animal, desenvolvimento de defesa de direitos e aquelas que não se enquadraram nos grupos anteriores foram alocadas no grupo “outras instituições privadas sem fins lucrativos”.

outros; as associações de turismo em geral; as associações de intercâmbios; as associações de Yoga; as atividades desportivas e outras atividades relacionadas ao lazer.

Direcionamos nossa atenção ao subgrupo “Esporte e Recreação” e ressaltamos o trabalho de Bruno de Assis de Oliveira e Edson Marcelo Hungaro apresentado no XV CONBRACE, ocorrido em 2007³², no qual os autores realizam a análise dos dados contidos na pesquisa FASFIL 2002 e partimos da análise ali contida para procedermos com a atualização das informações a respeito das entidades.

O subgrupo “Esporte e Recreação” contava em 2002 com 26.894 organizações. Em 2005, esse número passou para 32.203, o que representa um aumento relativo de 19% no intervalo de três anos, resultado próximo ao aumento das FASFIL em geral, que apresentaram crescimento de 22,5% no período. Acompanhando em parte a tendência das demais entidades, temos que o maior número das entidades ligadas ao esporte/recreação tem data de criação nas décadas de 1980 e 1990, quando ocorre o chamado *boom* das associações sem fins lucrativos. A tabela a seguir demonstra o número de entidades de acordo com a data de sua criação, abrangendo o período compreendido entre 1970 e 2005:

Tabela 1 - Fundações privadas e associações sem fins lucrativos, por faixas de ano de criação, segundo classificação das entidades no subgrupo Esporte e Recreação. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005.

FASFIL – SUBGRUPO ESPORTE E RECREAÇÃO	
Por data de criação.	
Até 1970	1.668
De 1971 a 1980	5.992
De 1981 a 1990	9.050
De 1991 a 2000	9.828
De 2001 a 2004	4.704
2005	961
Total de entidades em 2005	32.203

³² O trabalho intitulado “O crescimento do ‘terceiro setor’ no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos” foi apresentado no Grupo de Trabalho Temático Políticas Públicas. Os autores também apresentam os resultados da pesquisa realizada em capítulo do livro “Neoliberalismo e políticas de lazer: apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do grande ABC/GEPOSEF. SOLAZZI, J., RODRIGUES, J. [orgs]. Santo André: Alpharrabio, 2008.

Outro fator apontado pelos estudos que abordam de maneira crítica o crescimento do setor privado sem fins lucrativos é comprovado pelos dados do IBGE, qual seja o da precarização das relações de trabalho por meio de contratações informais e adoção de força de trabalho voluntária. Os números mostram que em 2002 o quantitativo de trabalhadores assalariados empregados na área de Esporte e Recreação era de 85.650 e, em 2005, cresceu para 95.134. Tais números representam uma média inferior a três pessoas por instituição. No entanto, como o próprio IBGE alerta, essa média varia significativamente entre os diferentes estados e regiões: na região norte a média é de 2,4 pessoas; nordeste 2,0; sudeste 4,5; sul 1,5 e centro-oeste 3,0. Os dados em números absolutos são apresentados a seguir:

Tabela 2 - Pessoal ocupado assalariado das FASFIL, por grandes regiões, subgrupo Esporte e Recreação. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005.

FASFIL – SUBGRUPO ESPORTE E RECREAÇÃO	
Pessoal ocupado assalariado por região	
(número absoluto de trabalhadores)	
Norte	2.376
Nordeste	7.469
Sudeste	63.075
Sul	17.281
Centro-oeste	4.933
Total de trabalhadores do subgrupo	95.134

Os salários médios mensais pagos pelas instituições do subgrupo Esporte e Recreação também demonstram como a desigualdade entre as regiões é marcante. Enquanto no sudeste a média é de 3,2 salários mínimos³³, no nordeste essa média é de apenas 1,7 e na região norte 1,9. O centro-oeste apresenta a média de 2,4 e o sul do país 2,9. Porém, mesmo no sudeste, a média salarial paga pelas entidades ficou abaixo da remuneração média paga pelas organizações públicas e privadas lucrativas presentes no Cadastro Central de Empresas³⁴, cuja média foi de 3,7

³³ O valor do salário mínimo considerado pelo IBGE para o ano de 2005 foi o de R\$286,67.

³⁴ O Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) é a base de dados da qual foram recolhidas as informações acerca das FASFIL. O referido cadastro “cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda, que no ano de referência declararam, ao Ministério do Trabalho e Emprego,

salários mínimos. Contudo, essa tendência não reflete a média geral das FASFIL, que consideradas em seu conjunto, apresentaram uma média salarial de 3,8 salários mínimos, o que denota uma maior desvalorização da força de trabalho na área do esporte, sobretudo nas regiões norte e nordeste.

No que respeita a distribuição das entidades pelas regiões, as FASFIL em geral acompanham a distribuição da população quando observamos as regiões sudeste, nordeste e centro-oeste do país. Já as entidades que compõem o subgrupo Esporte e Recreação mantêm essa tendência nas regiões sudeste e centro-oeste. Em relação à região Norte, que concentra 8% dos brasileiros, mas apenas 4,8% das FASFIL como um todo, o subgrupo também apresenta menor proporção com somente 3% das entidades. Uma maior concentração é encontrada no sul do país, que abriga 14,6% da população e 36,7% das organizações da área esportiva. Já o nordeste, conta com uma proporção equilibrada entre a população e as FASFIL em geral, porém no subgrupo esporte e recreação a proporção das entidades é significativamente inferior a da população.

Os dados acerca da distribuição das entidades do subgrupo Esporte e Recreação seguem a tendência apontada pelo estudo do IBGE, segundo a qual a disposição territorial das instituições em determinadas áreas não acompanha a distribuição da pobreza do país. Isto porque, 47,5% dos brasileiros que sobreviviam com uma renda per capita de até meio salário mínimo em 2005 se encontravam na região nordeste, no entanto, a mesma região contava com apenas 15,6% das organizações de Assistência Social. Fato que se repete no subgrupo Esporte e Recreação, cujo percentual de entidades na região é de apenas 11,7%. Como apontamos adiante:

Tabela 3 - Distribuição relativa das FASFIL em geral, e daquelas alocadas no subgrupo Esporte e Recreação, e população total, segundo grandes regiões, 2005. Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas, Central de Empresas 2005.

Regiões	População Relativa	FASFIL	Subgrupo Esporte e Recreação
Norte	8%	4,8%	3%
Nordeste	27,7%	23,7%	11,7%
Sudeste	42,6%	42,4%	43,3%
Sul	14,6%	22,7%	36,7%
Centro-oeste	7,1%	6,4%	5%

3.2 Esporte nos estados e municípios

A eficácia – em termos quantitativos – do modelo de política adotado na área do esporte e lazer poderia ser avaliada por meio dos dados divulgados pelo IBGE em dois estudos relacionados especificamente ao esporte nos municípios³⁵ e estados³⁶ durante o ano de 2003. Porém, logo no início dos documentos encontramos que as informações com relação ao número de pessoas que teriam participado das ações, projetos e programas executados pelas prefeituras não pode ser divulgado na medida em que um número relevante de municípios apresentou inconsistências no fornecimento de tais informações, como por exemplo, municípios que informaram um quantitativo de participantes muito próximo ou até mesmo superior ao total de sua população. O que demonstra que grande parte das prefeituras não realiza, ou não faz de maneira adequada, o controle do número de participantes das atividades esportivas por elas executadas. A ausência de outros estudos que demonstrem se houve ou não melhora nesse ponto já acusa falhas no que alude aos aspectos de acompanhamento e avaliação de tais políticas.

Nos dados levantados pelo IBGE, é possível identificar a forte presença do setor privado sem fins lucrativos nas parcerias realizadas pelos estados e municípios para execução de ações de esporte e lazer. Como tratamos em capítulo anterior, as parcerias entre o setor público e

³⁵ Dados dos municípios disponíveis em:

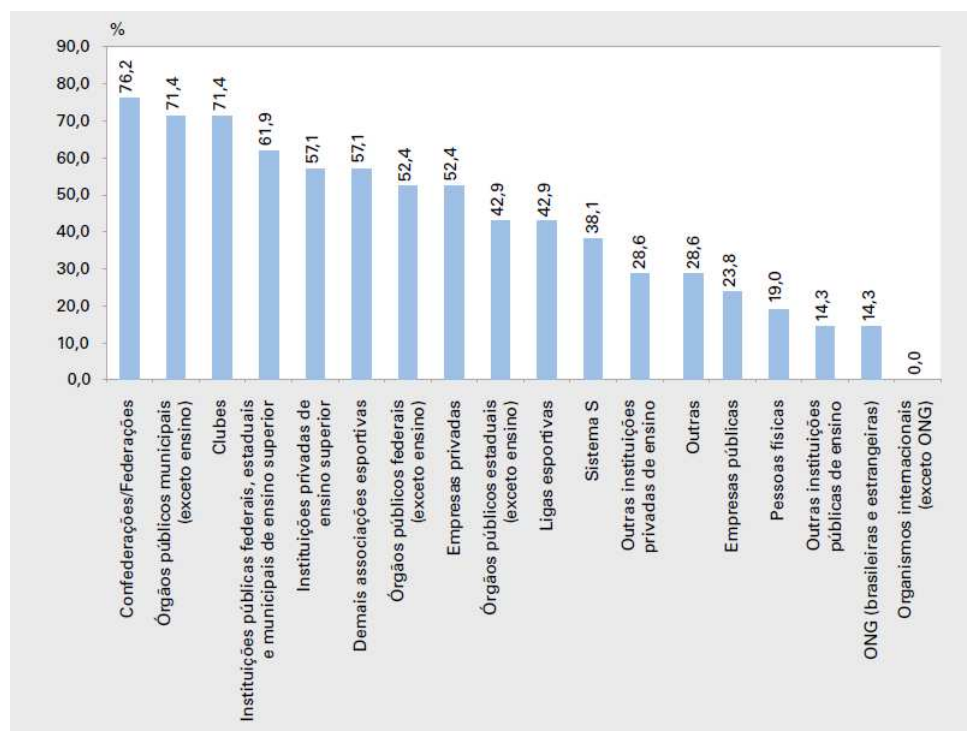
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/esporte2003/esporte2003.pdf>

³⁶ Dados dos estados disponíveis em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pesquisa_esporte2003/esporte2003.pdf

o setor privado sem fins lucrativos tem predominado nas diferentes políticas realizadas e os números encontrados comprovam essa afirmação.

Em relação aos estados, os dados apontam que dentre os seis principais órgãos que estabeleceram parcerias com as unidades da federação, quatro advinham da iniciativa privada, sendo que 76,6% dos estados estabeleceram parcerias com entidades de administração esportiva (confederações e federações), 71,4% com clubes e 57,1% com instituições privadas de ensino superior e associações esportivas. Os outros dois principais parceiros são órgãos públicos: instituições públicas federais, estaduais e municipais de ensino superior (61,9%) e órgãos públicos municipais (71,4%). Os dados apresentados não se restringem às parcerias firmadas pelos diferentes órgãos de gestão do esporte, englobando também outros órgãos de governo que tenham realizado parcerias para ações dessa natureza. A seguir apresentamos essas informações graficamente:



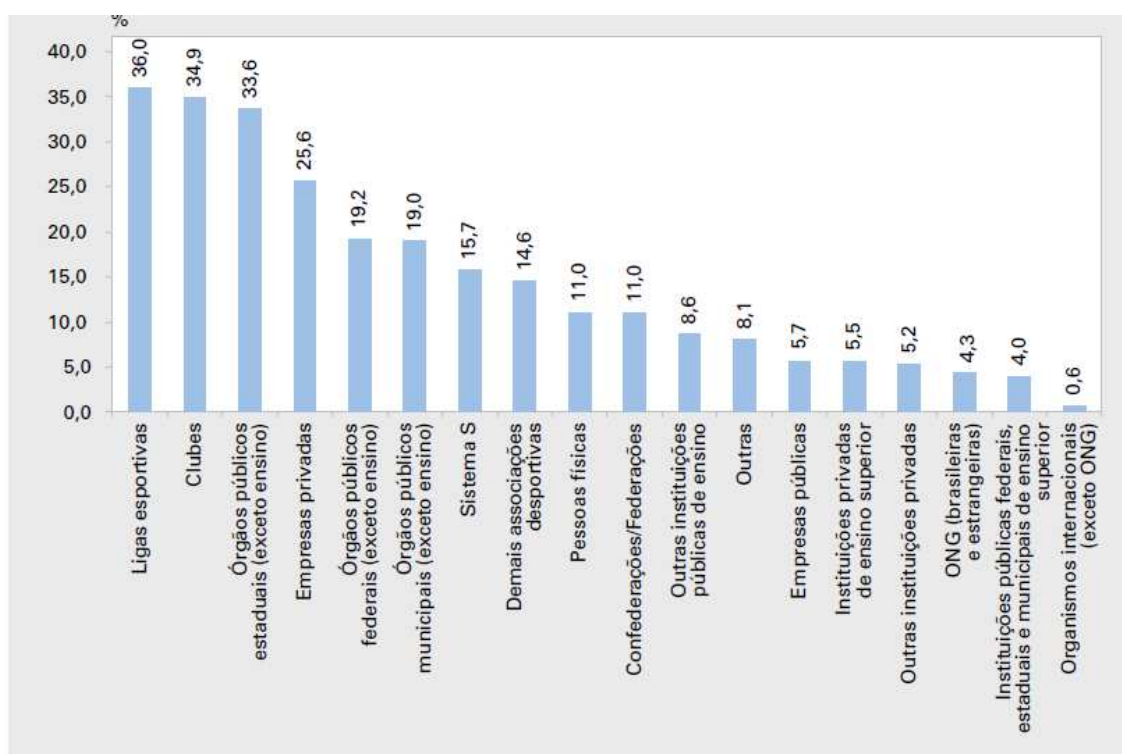
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Esporte 2003 - Governo do Estado.

Nota: Exclusive Rondônia.

Gráfico 1 - Percentual de estados com a existência de convênios ou outro tipo de parceria executados pelo governo do estado, por tipo de órgão participante. Brasil - 2003

No ano do estudo foram firmados mil e quarenta e 1.041 convênios nos diferentes estados. Desses convênios, apenas 36% foi firmado com instituições/órgãos públicos, o restante (64%) resulta de parcerias entre os órgãos públicos estaduais e instituições privadas: confederações e federações (269), clubes (103), associações esportivas (98), ONGs, empresas públicas e pessoas físicas (67), ligas esportivas (40), instituições privadas de ensino (38), sistema S (26) e empresas privadas (24).

Os dados referentes aos municípios também denotam grande participação de entes privados no estabelecimento das parcerias. Dos 5.557 municípios considerados 2.441 efetivaram convênios/parcerias, o que corresponde a 43,9% dos municípios pesquisados. Dentre os quatro principais órgãos conveniados, três eram privados: ligas esportivas (36%), clubes (34,9%) e empresas (25,6%). Representando as parcerias com instituições públicas estão órgãos públicos estaduais, abrangendo 34,9% dos municípios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004.

Nota: Exclusive Distrito Federal.

Gráfico 2- Percentual de municípios com a existência de convênios ou outro tipo de parceria executados pela prefeitura, por tipo de órgão participante - Brasil - 2003

Em 2003 foram estabelecidos pelos municípios 12.652 convênios. Dentre eles temos que 3.941 (31%) tiveram como parceiros órgãos públicos municipais, estaduais e federais, além de empresas públicas e instituições públicas de ensino. O restante (69%) representa parcerias de municípios com entes privados, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 4 - Convênios estabelecidos entre Municípios e entes privados. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2004.

Entidades privadas	Nº de Convênios
	Estabelecidos pelos Municípios
Confederações/federações, clubes, associações esportivas, organismos internacionais, pessoas físicas.	4.366
Ligas esportivas	1.569
Empresas privadas	1.547
Sistema S	631
Instituições privadas de ensino	587
ONGs brasileiras e estrangeiras	175

Diante deste quadro, é importante ressaltarmos que o quantitativo de entidades abrangidas por nosso estudo é composto por entidades conveniadas diretamente com o Ministério do Esporte. O argumento utilizado pelo ex-ministro Orlando Silva ao afirmar que apenas 9% dos convênios estabelecidos pelo Ministério no Programa Segundo Tempo eram com ONGs procede, como podemos observar no quadro adiante. Porém o que não obteve visibilidade em meio ao desgaste gerado pelas suspeitas de irregularidades, foi o fato de que os estados e municípios conveniados também estabelecem convênios com entidades privadas sem fins lucrativos para execução dos programas para os quais receberam financiamento do governo federal. Para exemplificar podemos citar o caso de Campinas-SP, onde para a execução do Programa Segundo Tempo³⁷ foram feitos convênios entre o município e três entidades: a OSCIP Esporte Abraça

³⁷ Em outro momento, no ano de 2006, a entidade parceira do município para execução do Programa era a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp). Ao tratar desta parceria, Nunes Junior (2008) afirma que: “[...] podemos notar uma tensão entre os conflitos de força presentes no jogo de interesses políticos entre essas duas instâncias. A ideia de fomentar o esporte e oportunizar o acesso, intenção central da Prefeitura é deslocada pelo interesse político da Facesp na formação de ‘currais eleitorais’ com os núcleos, já que prezam pelos aspectos quantitativos do projeto. Para a Facesp, a distribuição máxima de fichas para matrículas e a lotação e manutenção do maior número possível de núcleos estava na frente de questões como avaliação e impacto do projeto nos núcleos em que ocorrem” (NUNES JUNIOR, 2008 p.6).

Campinas (SEAC)³⁸, o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e a Centrais de Abastecimento de Campinas (CEASA).

Outro ponto a se destacar é de que para além da porcentagem de convênios estabelecidos importa sabermos os valores transferidos, na medida em que determinadas ONGs podem ter sido beneficiárias de financiamentos significativamente superiores àqueles destinados a municípios³⁹. A título de exemplo, no ano de 2009 a Prefeitura Municipal de Campinas recebeu R\$ 2,7 milhões de reais, já o Instituto Contato de Santa Catarina beneficiou-se de R\$ 6,9 milhões, ambos na ação de governo intitulada “funcionamento de núcleos de esporte educacional”.

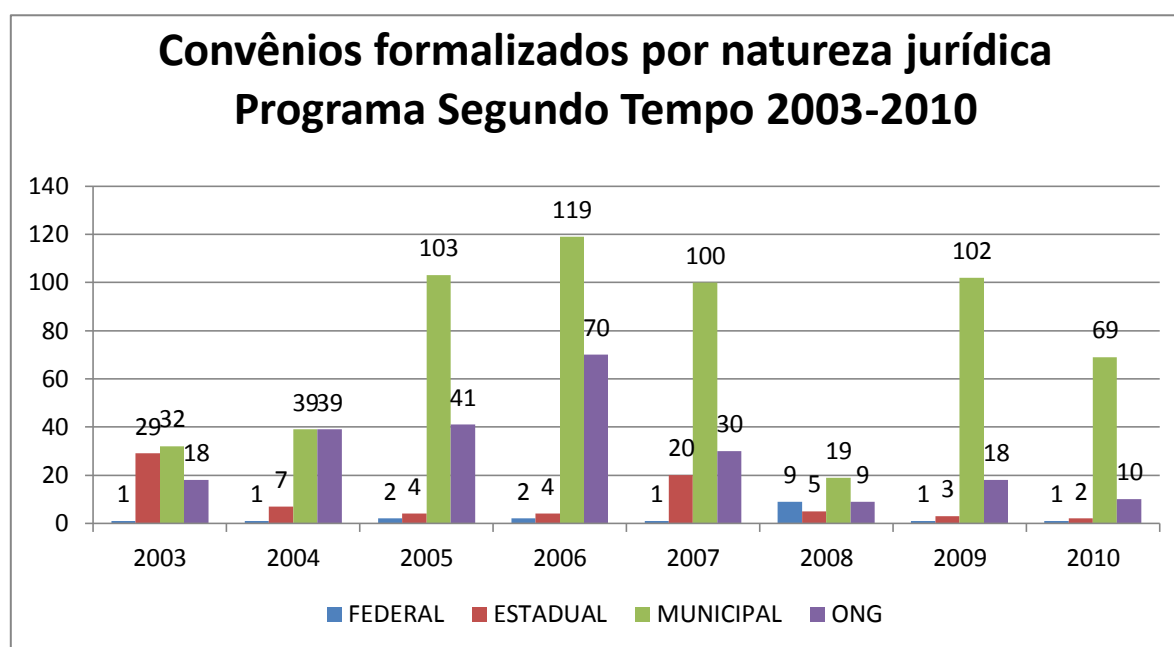


Gráfico 3 – Convênios formalizados por natureza jurídica: Programa Segundo Tempo. Fonte: BRASIL. Relatório de gestão: exercício 2010. Secretaria Nacional de Esporte Educacional. Brasília, 2011.

³⁸ Entidade dirigida pelo vice-presidente do Conselho Federal de Educação Física João Batista Andreotti Gomes Tojal. No período em que o convênio foi celebrado o secretário de esportes da cidade de Campinas era Gustavo Petta, filiado ao PCdoB e cunhado do ex-ministro Orlando Silva.

³⁹ Segundo a ONG Contas Abertas, o valor transferido por meio do Programa Segundo Tempo para entidades sem fins lucrativos superou R\$345 milhões, o que representa 44% do total investido no Programa no período de 2004 a 2011. Disponível em

<http://www.contasabertas.org/WebSite/Midias/DetalheMidias.aspx?Id=2337&AspxAutoDetectCookieSupport=1>
Consulta realizada em 20/04/2012.

Outro dado relevante levantado pelo IBGE acerca dos municípios diz respeito à existência de Conselhos Municipais de Esporte. Segundo a pesquisa referente ao ano de 2003, 658 municípios possuíam o conselho juridicamente estabelecido, o que representa apenas 11,8% dos municípios estudados⁴⁰. Além disso, um segundo dado apontou que 32% destes conselhos não apresentavam funcionamento regular, reunindo-se de maneira esporádica ou nem mesmo realizando quaisquer reuniões durante o ano do estudo. Os conselhos apresentavam caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador, normativo, de assessoramento, controle e execução. Dentre as organizações participantes dos conselhos estão as pertencentes ao setor privado sem fins lucrativos, como podemos contatar na tabela 5:

Tabela 5 - Conselhos Municipais de Esporte por entidades participantes.
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2004.

Entidades participantes nos Conselhos Municipais de Esporte	
Secretaria de esporte ou outra estrutura gestora do esporte	395
Clubes e associações esportivas	379
Outras secretarias municipais	288
Ligas esportivas	185
Câmara municipal	180
Associações e entidades de classe, sindicatos e igrejas.	138
Entidades empresariais	136
Outras entidades públicas	116
Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente	103
Outras entidades privadas	95
ONGs	85
Entidades de pessoas portadoras de deficiência	52
Entidades do Sistema S	35

A análise dos dados do IBGE com o pequeno número de conselhos de fato estabelecidos nos municípios e os resultados insatisfatórios das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer nos permite afirmar que os avanços no que diz respeito aos espaços públicos

⁴⁰ No Perfil dos Municípios Brasileiros realizado pelo IBGE em 2009 esse mesmo percentual foi mantido. No estudo também são disponibilizados os dados acerca da estrutura gestora do esporte no município e das ações, projetos e programas na área.

ainda possuem uma tímida inserção na área do esporte e lazer. Em estudo realizado a partir das deliberações das Conferências Nacionais, Lia Castellan (2011) constatou que grande parte daquilo que foi deliberado nesses espaços não se traduziu em realidade, fato constatado por meio da análise que a autora empreendeu sobre a execução orçamentária do Ministério do Esporte. Desta forma, conclui-se que não basta que os espaços públicos como instâncias deliberativas formais se estabeleçam para que ocorra a garantia de atendimento das demandas que ali são legitimadas. Além de todo esse processo, é preciso que os grupos encontrem uma situação política favorável à efetivação de suas deliberações. Neste sentido ganha relevância o conhecimento acerca de quais são os grupos que disputam poder nos espaços públicos em que se deliberam as ações para o esporte e o lazer. Como os dados demonstraram, são entidades privadas que têm ocupado esses espaços, sobretudo clubes, ligas e associações esportivas. Logo, um fator que deve ser posto em debate diz respeito à defesa que estas entidades empreendem nos espaços públicos, na medida em que se estabelecem como interlocutoras entre a sociedade e o Estado.

3.3 Portal da transparência: o financiamento público do setor privado sem fins lucrativos.

O financiamento é tema ainda pouco explorado pelas pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer, como constata Veronez (2007). Igualmente pouco estudado é o financiamento das entidades sem fins lucrativos. O estudo do IBGE, de que tratamos anteriormente, não aborda o aspecto de como as fundações privadas e associações sem fins lucrativos custeiam suas ações. No entanto, vimos no estudo do esporte nos estados e municípios que as parcerias entre instituições governamentais e a iniciativa privada prevalece nas ações desenvolvidas. Os programas do Ministério do Esporte, na sua maioria, possibilitam e incentivam as parcerias com o setor privado, como é o caso do Segundo Tempo, Pintando a liberdade, Pintando a Cidadania e a Lei de Incentivo ao Esporte.

Retomando a classificação proposta por Teixeira (2002) acerca dos encontros (parcerias) firmados entre o governo e as instituições, percebemos que nos programas do referido ministério dá-se a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a execução de determinadas ações, o que caracteriza o encontro *prestação de serviço*. Isto porque, os programas são criados pelo ministério, que define sua direção, perspectiva e conceituações, cabendo às entidades conveniadas apenas sua execução. Como nosso interesse se volta à tentativa de mapear

as instituições que tem se responsabilizado pela execução das políticas públicas de esporte e lazer, bem como dimensionar o investimento público no setor privado sem fins lucrativos, buscamos, por meio de consulta ao *Portal da Transparência*, a identificação das entidades, sua localização, valores recebidos e ações financiadas. Os dados relacionam-se às transferências realizadas na função “Desporto e Lazer”. As parcerias realizadas entre os estados e municípios e personalidades jurídicas de direito privado não foram contempladas no estudo, devido à necessidade de delimitação da pesquisa. Logo, o leque de instituições encontradas abrange aquelas que receberam recursos diretamente da União, porém repasses realizados do Ministério do Esporte para estados e municípios podem ter sido direcionados a convênios firmados entre essas instâncias governamentais e instituições privadas locais, o que aumentaria em grande proporção o número de entidades privadas sem fins lucrativos mapeadas.

O período estudado compreende os anos de 2008 a 2011, cujo orçamento remete ao segundo PPA do governo de Luís Inácio Lula da Silva. As despesas totais do Ministério são apresentadas no gráfico 3, e, no gráfico 4 é apresentada a distribuição dos recursos da pasta dentre suas principais áreas de atuação.

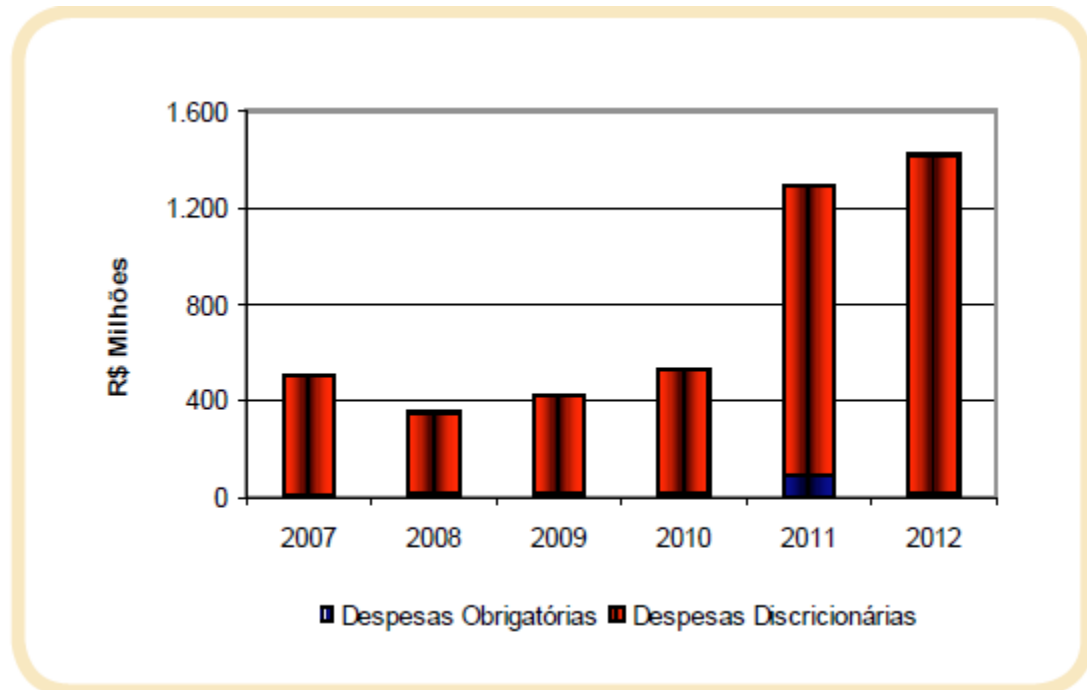


Gráfico 4 - Despesas executadas pelo Ministério do Esporte. Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Orçamento Federal ao alcance de todos, BRASIL, 2012

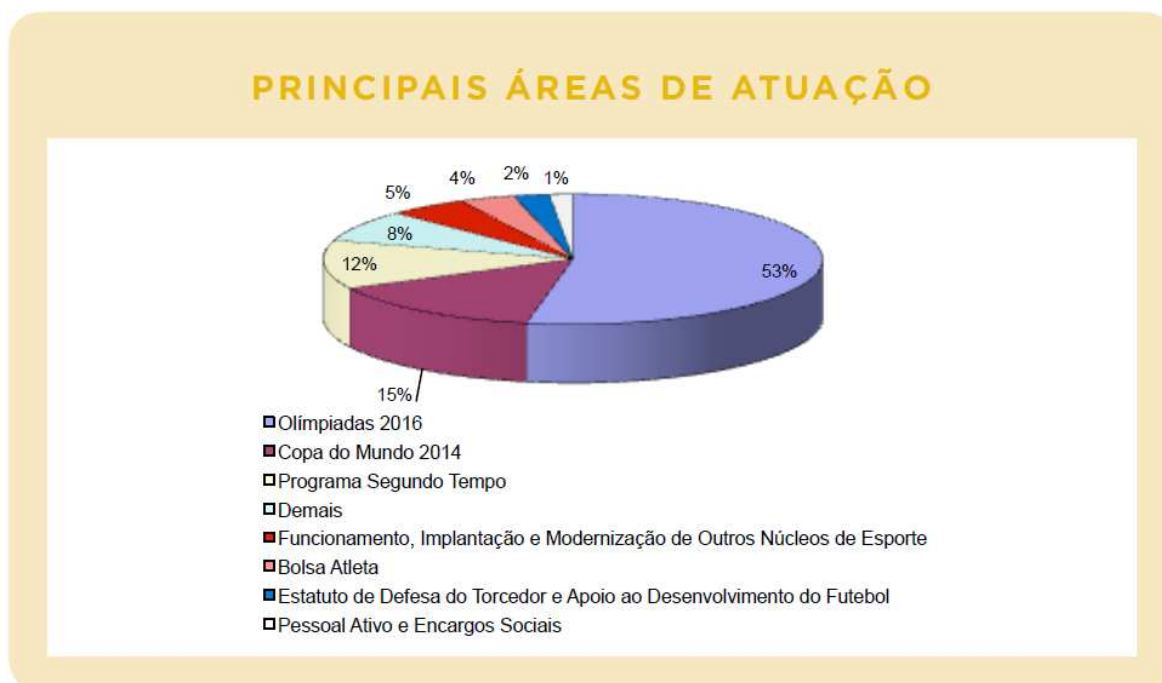


Gráfico 5 - Despesas executadas pelo Ministério do Esporte segundo suas principais áreas de atuação. Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Orçamento Federal ao alcance de todos, BRASIL, 2012.

Vê-se que no período compreendido entre 2006 e 2010 o orçamento de fato executado pelo ME anualmente não ultrapassou a faixa dos R\$500 milhões⁴¹, o que denota que a previsão para o ano de 2011, superior a R\$ 1 bilhão, era demasiado otimista. Assim como a apresentada para ano de 2012. De fato, o orçamento executado com recursos do exercício fiscal de 2011 pelo ministério foi de pouco mais de R\$ 393 milhões⁴².

O montante de recursos transferidos *diretamente* da União para as organizações sem fins lucrativos no período 2008-2011 para execução de ações na função Desporto e Lazer foi de R\$ 465 milhões. Para que se tenha uma dimensão, esse valor equivale a 80% do total de recursos investidos no programa “carro-chefe” das ações ministeriais durante o período estudado – o Segundo Tempo – que recebeu ao longo do período um total de R\$588 milhões.

⁴¹ Os valores apontados no gráfico dizem respeito àquilo que de fato foi liberado para execução na pasta, excluindo-se as emendas parlamentares. As despesas discricionárias são aquelas cujo direcionamento fica a critério do órgão governamental, de acordo com as metas definidas no PPA.

⁴² Dados extraídos do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) pela ONG Contas Abertas em fevereiro de 2012. Considerando-se os valores de “restos a pagar” do ano de 2010 a pasta executou R\$ 832.608.749,30 em 2011.

3.3.1 Natureza das instituições.

A natureza das instituições encontradas foi definida primeiramente pela categorização proveniente do orçamento público, que atribui às entidades privadas sem fins lucrativos o código de número 50. Desta forma, foram filtradas no Portal da Transparência as transferências de recursos destinadas às entidades com a referida codificação. A segunda etapa consistiu na classificação das entidades de acordo com as informações fornecidas por meio de sua denominação. Isto porque a denominação das organizações sem fins lucrativos remete diretamente à sua área de atuação. Desta forma, as categorias definidas foram: Organizações relacionadas à Ciência e Tecnologia, Instituições privadas de ensino e Fundações; Clubes, Sindicatos/Organizações Profissionais e Sistema S; Entidades de administração esportiva; Organizações com finalidades diversas; Organizações com finalidade esportiva. No estudo encontramos transferências para um total de 246 entidades. A distribuição dos recursos de acordo com as categorias para as quais foram direcionados a cada ano é apresentada na tabela 5 e, no total do período, no gráfico 3.

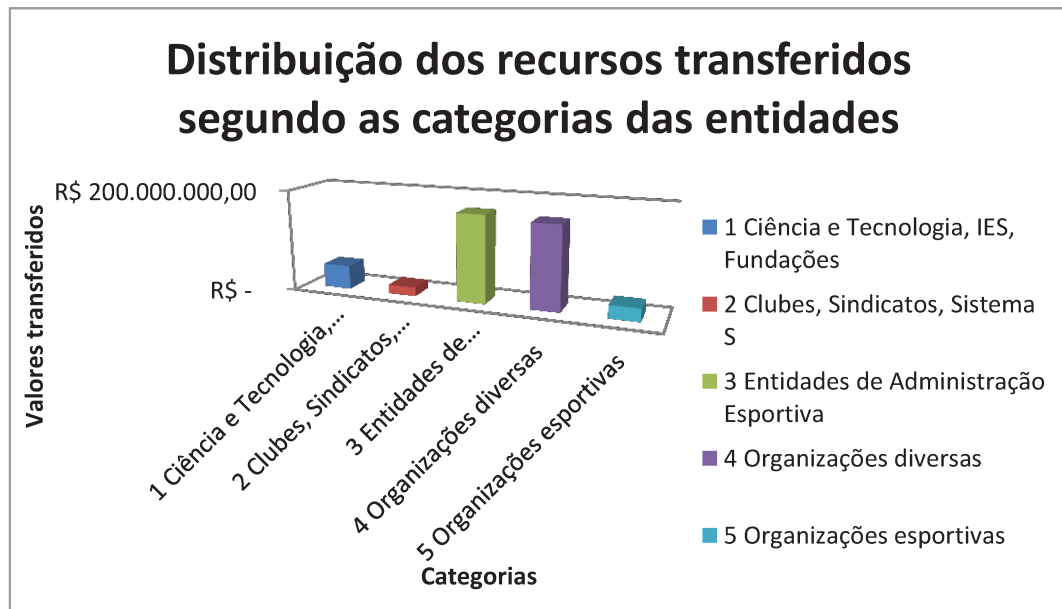


Gráfico 6 - Distribuição dos recursos transferidos para o setor privado sem fins lucrativos segundo as categorias das entidades, período 2008-2011. Fonte: Portal da Transparência.

Tabela 6 - Distribuição dos recursos transferidos para o setor privado sem fins lucrativos segundo as categorias das entidades a cada ano. Fonte: Portal da Transparência.

CATEGORIAS	2008	2009	2010	2011	TOTAL NO PERÍODO
1 – Organizações relacionadas à ciência e tecnologia, instituições privadas de ensino e fundações	R\$ 17.757.794,93	R\$ 12.823.595,67	R\$ 19.213.445,05	R\$ 17.452.292,46	R\$ 67.247.128,11
2 – Clubes, Sindicatos/Organizações profissionais e Sistema S.	R\$ 3.623.521,28	R\$ 7.411.920,34	R\$ 2.983.251,26	R\$ 6.425.629,53	R\$ 20.444.322,41
3 – Entidades de administração esportiva	R\$ 64.543.368,47	R\$ 31.629.718,16	R\$ 16.947.393,01	R\$ 58.912.138,74	R\$ 172.032.618,38
4 – Organizações com finalidades diversas	R\$ 55.076.553,53	R\$ 33.352.943,13	R\$ 57.800.361,74	R\$ 24.636.348,63	R\$ 170.866.207,03
5 – Organizações com finalidade esportiva	R\$ 10.733.184,44	R\$ 2.944.950,46	R\$ 18.568.064,50	R\$ 2.483.966,60	R\$ 34.674.496,08
Total de recursos transferidos	R\$ 151.734.422,65	R\$ 88.163.127,76	R\$ 115.512.515,56	R\$ 109.910.375,96	R\$ 465.264.772,01

1) Organizações relacionadas à Ciência e Tecnologia, Instituições privadas de ensino e Fundações.

Aqui alocamos as organizações atuantes na área da Ciência e Tecnologia, as Fundações Privadas, ligadas, sobretudo a universidades, assim como as transferências realizadas diretamente para instituições privadas de ensino superior. Das 29 instituições encontradas, 14 receberam recursos por pelo menos dois dentre os quatro anos analisados, o que percentualmente representa um quantitativo superior ao encontrado nas demais categorias. A líder no recebimento de recursos nessa categoria foi a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), com R\$ 35 milhões recebidos no período. Os valores transferidos correspondem a convênios entre o Ministério e a referida Fundação para execução das ações de *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Programa Segundo Tempo* (2008, 2009 e 2010), *Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento* (2008), *Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME* (2008) e *Fomento a Pesquisas*

para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES (2010).

A segunda colocada é a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana – BA, com R\$ 11,5 milhões para a ação de *Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania* durante os quatro anos levantados, além de um financiamento em 2008 para a *Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais*⁴³.

Na terceira posição encontramos a Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt, do Rio de Janeiro com a quantia de R\$ 5 milhões distribuídos entre as ações de *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Programa Segundo Tempo (2008, 2009, 2011)* e *Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Esporte e Lazer da Cidade (2009)*.

2) Clubes, Sindicatos/Organizações Profissionais e Sistema S.

A segunda categoria agrupa os Clubes, Sindicatos/Organizações profissionais e unidades pertencentes ao Sistema S. Tem como representantes o menor número de entidades do estudo, somando apenas dezesseis organizações beneficiadas. Dessas, somente três receberam recursos ao menos dois anos no período, quais sejam a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Esporte de São Paulo (COOPESPOR), o SESC Fortaleza e o Clube de Regatas Aldo Luz de Florianópolis. No entanto, a organização com maior volume de recursos, o Sindicato do Futebol⁴⁴, recebeu em apenas um ano (2011) um total acima de R\$ 6 milhões. Esta quantia refere-se a um convênio firmado para a *Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor*⁴⁵.

⁴³ Segundo divulgação no Portal da Transparência o financiamento refere-se à participação brasileira no Evento *Eurofestival de Bunkicktgut International Streetfootball* realizado na Suíça.

⁴⁴ Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional e suas Entidades Estaduais de Administração e Ligas.

⁴⁵ Em 04/11/2011 foi publicada no Diário Oficial da União (p.151) a rescisão do convênio com o Sindicato do Futebol, logo após a saída de Orlando Silva e entrada de Aldo Rebelo no Ministério do Esporte. Em 19/09/2011 o Deputado Vaz de Lima do PSDB de São Paulo solicitou que se realizasse uma auditoria do TCU sobre o convênio, tendo em vista que até aquele momento a execução do projeto não havia sequer sido iniciada. Em agosto do mesmo ano o jornal o Estado de São Paulo havia anunciado que o projeto “não havia saído do papel” (ESTADO DE SP, 31/08/2011 Versão online disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,governo-da-r-6-mi-a-cartolas-e-projeto-para-cadastrar-torcida-nao-sai-do-papel,766274.0.htm?p=1> Consulta realizada em 06/12/2011).

O SESC de Fortaleza recebeu, nos anos de 2009 e 2010, R\$ 5 milhões para o *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Programa Segundo Tempo*. Para a mesma ação, porém nos anos de 2008 e 2009, a COOPESPOR somou R\$3,8 milhões.

3) Entidades de administração esportiva.

A terceira categoria contempla as federações e confederações de diferentes modalidades esportivas. Assim como entidades que reúnem várias modalidades como o Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, as Confederações Brasileiras de Desporto Escolar e Universitário, a Confederação Brasileira de Clubes, Confederação Brasileira de Desporto para Cegos e a Confederação Brasileira de Esportes Radicais. No período estudado encontramos transferências para 52 entidades. Dentre elas, a que mais recebeu recursos foi o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), somando um valor de R\$ 55 milhões em transferências, o que representa aproximadamente 30% do total de transferências realizadas para as entidades de administração esportiva. A Confederação Brasileira de Futebol de Salão ocupa a segunda posição, com um valor próximo dos R\$25 milhões e a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) soma R\$ 13,9 milhões em transferências.

Os recursos destinados ao COB dizem respeito às ações de: *Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento (2009)*, *Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (2011)*, *Realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro (2008)* e *Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer (2008)* ⁴⁶. Os recursos transferidos em 2008, nas duas linhas de ação mencionadas, foram utilizados para contratação de serviços de recursos humanos, de produção gráfica e editorial dos relatórios finais da competição realizada no Rio de Janeiro em 2007. Já os recursos repassados durante o ano de 2009 remetem às ações de candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Os recursos correspondem a onze convênios, dos quais sete ainda estavam com status de “aguardando prestação de contas” ⁴⁷ no Portal da Transparência em fevereiro de 2012.

⁴⁶ Informação disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=608924&TipoConsulta=TR-Estado> Consulta realizada em 16/09/2011.

⁴⁷ Informação disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoDetalhado.asp?Exercicio=2009&textoPes>

A Confederação Brasileira de Futebol de Salão recebeu recursos por meio da ação de governo *Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento*, no ano de 2008. O montante próximo dos R\$ 25 milhões foi utilizado na realização do 6º Campeonato Mundial de Futsal ocorrido no país no mesmo ano⁴⁸.

A CBDE recebeu recursos para a *Promoção de Eventos de Esporte Educacional (2008 a 2011)*, *Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento (2008 e 2010)*, *Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento (2008)*, *Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais (2009)* e *Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais (2008, 2009, 2010)*. Destaca-se o financiamento direcionado para a promoção de um evento em parceria com a Secretaria de Alto Rendimento (e não de Esporte Educacional como seria esperado) do Ministério do Esporte, utilizado na realização dos VI Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa, ocorridos no Rio de Janeiro em 2008. Todas as ações para as quais a CBDE recebeu recursos se remetem a eventos esportivos pontuais, inclusive a ação que aparentemente destinaria recursos para o *desenvolvimento* de atividades esportivas educacionais foi direcionada para a organização de palestra sobre relacionamento interpessoal, intercambio cultural, comportamento e competitividade e organização da delegação brasileira nos XV Jogos Sul americanos Escolares ocorridos no Equador em 2009⁴⁹. A CBDE é presidida por Carlos Sérgio Rufino Moreira, recém-filiado ao PCdoB e pré-candidato a prefeito da cidade de Ipu – Ceará.

4) Organizações com finalidades diversas.

O quarto grupo reúne as entidades definidas como aquelas que apresentam finalidades diversas. Isto porque nele se encontram associações, centros de cultura e integração, institutos,

[guisa=&textoPesquisaAcao=¶mValor=20936479398453&codigoAcao=2360&codigoFuncao=27&NomeAcao=Capta%E7%E3o+de+Eventos+Esportivos+Internacionais+de+Alto+Rendimento&valoracao=2085345674&nomeEstado=RIO%20DE%20JANEIRO&siglaEstado=RJ&valorEstado=2,085,345,674&codigoEstado=19&codigoMunicipio=6001&nomeMunicipio=RIO%20DE%20JANEIRO&valorMunicipio=2085345674&codFavorecido=11353293&cpfnpjnis=34117366000167&nomeFavorecido=COMITE+OLIMPICO+BRASILEIRO&valorFavorecido=2085345674](http://www.portaltransparencia.gov.br/consultas/PesquisaAcao?textoPesquisaAcao=¶mValor=20936479398453&codigoAcao=2360&codigoFuncao=27&NomeAcao=Capta%E7%E3o+de+Eventos+Esportivos+Internacionais+de+Alto+Rendimento&valoracao=2085345674&nomeEstado=RIO%20DE%20JANEIRO&siglaEstado=RJ&valorEstado=2,085,345,674&codigoEstado=19&codigoMunicipio=6001&nomeMunicipio=RIO%20DE%20JANEIRO&valorMunicipio=2085345674&codFavorecido=11353293&cpfnpjnis=34117366000167&nomeFavorecido=COMITE+OLIMPICO+BRASILEIRO&valorFavorecido=2085345674)

74. Consulta realizada em 18/02/2012.

⁴⁸ Em consulta realizada ao Portal da Transparência em 18/02/2012 o convênio ainda constava com situação de Inadimplência. Disponível em:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=609021&TipoConsulta=TR-Estado>

⁴⁹ Disponível em

<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=714439&TipoConsulta=TR-Estado> Consulta realizada em 18/02/2012.

núcleos e projetos das mais diversas naturezas. Ainda que voltadas para linhas de ação distintas, tais entidades buscaram financiamentos para execução de políticas de esporte e lazer, o que exigiria um estudo específico para que se aprofundasse o conhecimento acerca de suas motivações ao incluir o esporte e o lazer dentre suas atividades. O grupo é o mais numeroso em comparação com as demais categorias, com transferências para 152 entidades diferentes, e ocupou a segunda posição no ranking de investimentos no setor privado sem fins lucrativos no período estudado, com um total superior aos R\$ 170 milhões.

No que alude à permanência das ações, temos que apenas 40 entidades receberam recursos por pelo menos dois dos quatro anos estudados, o que remete ao questionamento de como as ações promovidas poderiam adquirir um caráter duradouro sem a continuidade do investimento. As entidades que foram beneficiadas com os maiores valores de transferências são o Instituto Contato de Florianópolis com R\$16,9 milhões, seguido do Instituto de Desenvolvimento Humano (IDESH) de Maceió, Alagoas, com o recebimento de R\$ 15 milhões durante o período, e o Pró-Ação do Distrito Federal com o valor aproximado de R\$ 11 milhões.

Os recursos recebidos pelo Instituto Contato de Florianópolis destinaram-se à implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo em diversos municípios do Estado de Santa Catarina. A entidade também foi alvo das desconfianças divulgadas pela mídia acerca dos convênios celebrados por meio do Segundo Tempo e, por conta disso, divulgou em seu sítio da internet diversas notas de esclarecimento. Em uma delas afirma-se que: “O Instituto Contato não se pronunciará sobre questões partidárias, uma vez que a entidade não tem nenhum vínculo partidário. É uma organização não governamental sem fins econômicos de direito privado”⁵⁰. No entanto, a entidade apresenta diversas ligações com o PCdoB. Em seu veículo de divulgação – a *Revista Em Contato*⁵¹ – encontramos um número especialmente dedicado à 3ª Conferência Nacional de Esporte e Lazer no qual se estendem às odes ao Ministério do Esporte e a diretora executiva do Instituto, Simone Fraga, posa em fotografias ao lado do ex-ministro do esporte e demais integrantes do Ministério. Além das imagens, encontramos na revista uma matéria escrita pela deputada federal Manuela D’Avila do PCdoB, na qual a autora afirma que por meio dos megaeventos esportivos que serão sediados pelo Brasil “parafraseando JK: estamos fazendo 100 anos em 10” (D’AVILA, 2010 p.13). Outra matéria que chama a atenção é assinada por Jean

⁵⁰ Disponível em: http://www.institutocontato.org.br/wp-content/uploads/2011/10/NOTA_ESCLARECIMENTO_IC.pdf Consulta realizada em 18/02/2012.

⁵¹ A Revista está disponível no link: <http://www.institutocontato.org.br/wp-content/uploads/2011/06/revista08.pdf>

Carlo Leuprecht, integrante do CREF⁵² de Santa Catarina e vereador, também pelo PCdoB. Vejamos um recorte do texto:

“Sempre se tratou o esporte como uma atividade que proporcionava a prevenção de doenças, promovia a inclusão social e cultura da paz, favorecendo a construção da plena cidadania. *Hoje é evidente que esses benefícios não são alcançados pela simples prática esportiva, mas sim pela orientação e atuação ética dos Profissionais de Educação Física* que, valem-se do esporte como ferramenta que viabiliza a conquista desses benefícios” (LEUPRECHT, 2010 p.18 grifo nosso).

Percebe-se que o vereador aponta para uma aparente superação do discurso salvacionista acerca do esporte, quando na realidade somente se enaltece que a utilização dessa ferramenta – o esporte – deve estar sob a responsabilidade do indivíduo com formação específica em educação física e devidamente registrado no Conselho Profissional. Para completar o quadro nitidamente partidário exposto na revista encontramos a matéria em favor da campanha “Voto aos 16”, assinada pelo diretor executivo do Instituto Contato, ex-presidente da União Catarinense dos Estudantes e também militante do PC do B, Tiago Andrino.

O IDESH recebeu por dois anos recursos para implantação de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade e por três anos para o Segundo Tempo.



Figura 7 - Diretora executiva do Instituto Contato ao lado do então Ministro do Esporte Orlando Silva. Fonte: Revista Em Contato. Florianópolis, Ano 3, n.8, p.8-12, abril/maio, 2010. Disponível em:

<http://www.institutocontato.org.br/wp-content/uploads/2011/06/revista08>.

⁵² Conselho Regional de Educação Física.

5) Organizações com finalidade esportiva.

Nesta categoria agrupamos as entidades que se vinculam diretamente às ações de esporte e lazer. No estudo chegamos à constatação de que compõe esse conjunto 33 entidades, número significativamente inferior ao grupo das organizações com finalidades diversas. Dentre elas, apenas onze receberam os recursos por pelo menos dois anos dentro do período estudado. Lidera o grupo no que respeita ao valor investido a ONG Bola Pra Frente Brasil de Jaguariúna-SP, com R\$ 21,6 milhões em transferências, seguida pela ONG Esporte sem Fronteiras da cidade de Campos dos Goitacazes – RJ com R\$ 2,5 milhões em investimentos e a Associação Esportiva e Cultural Horizonte, também do Rio de Janeiro, com R\$ 2 milhões.

A parceria com a ONG Bola Pra Frente Brasil representa outro caso com grande repercussão acerca das ligações entre entidades do setor privado sem fins lucrativos e o Partido Comunista do Brasil⁵³. A entidade é coordenada pela ex-atleta Karina Valéria Rodrigues, vereadora da cidade de Jaguariúna-SP pelo PCdoB. O montante recebido pela organização refere-se a convênios para funcionamento de núcleos do Segundo Tempo e implantação do Projeto Recreio nas Férias no Estado de São Paulo. A imagem adiante é de uma reunião entre o então presidente da câmara de Jaguariúna, Maurinho Hossri, a vereadora Karina e o ex-Ministro Orlando Silva, na qual, segundo a reportagem do legislativo da cidade:

[...] os vereadores [puderam] reivindicar melhorias na área esportiva em Jaguariúna. Uma delas, de grande importância para o Município foi o pedido de verba para a cobertura das quadras do Parque Serra Dourada. “É uma obra de extrema necessidade”, salienta Karina. Silva prometeu agilizar os trâmites para a cobertura das quadras e o pedido deve ser atendido ainda este ano (CÂMARA, 2009).

Jaguariúna, cidade com pouco mais de quarenta mil habitantes, situa-se a trinta e dois quilômetros de Campinas no estado de São Paulo e possui IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dentre os 150 melhores do país (0,829 – 143ª posição no *ranking* nacional)⁵⁴. A

⁵³ Para a repercussão sobre as transferências realizadas para a ONG Bola Pra Frente Brasil ver: Folha de São Paulo, 24/09/2009 “ONG do PCdoB recebe mais verbas que prefeitos de São Paulo”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u554332.shtml> e no Correio Braziliense, 11/01/2011 “Entidade de vereadora do PCdoB lidera ranking de repasse de verbas” Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/11/interna_politica.231770/entidade-de-vereadora-do-pcdob-lidera-ranking-de-repasse-de-verbas.shtml

⁵⁴ Classificação divulgada pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) Acesso 10/04/2012.

imagem ajuda-nos a refletir sobre as relações que podem ser estabelecidas a partir dos vínculos partidários definindo quais municípios terão acesso direto à determinada esfera do governo federal. Levando-se em conta que um número superior a mil e duzentos municípios brasileiros sequer mantêm estádios ou ginásios poliesportivos (IBGE, 2009) vê-se a complexidade que cerca a questão de como democratizar o acesso às instâncias governamentais capazes de atenuar tantas desigualdades existentes no Brasil.



Figura 8 - Vereadora pelo PCdoB Karina Valéria Rodrigues e Presidente da Câmara de Jaguariúna Maurinho Hossri em reunião com Ministro Orlando Silva. Fonte: Câmara Municipal de Jaguariúna. Disponível em: <http://www.camarajaguariuna.sp.gov.br/news/mauricinho-e-karina->

3.3.2 Ações financiadas

As ações de governo relacionadas ao esporte e lazer cuja execução, parcial ou total, esteve a cargo de entidades do setor privado sem fins lucrativos são apresentadas adiante. Os dados foram dispostos de modo a demonstrar as ações cujo financiamento ocorreu de forma permanente durante o período estudado e aqueles que demonstraram interrupções ou tiveram início posterior ao primeiro ano de vigência do PPA em questão. Das vinte e oito ações, quinze não apresentaram permanência na transferência de recursos durante os anos de 2008 a 2011. Os dados remetem à continuidade das ações no período estudado, porém é relevante nos remetermos às informações descritas no subitem anterior, que envolvem a permanência do financiamento para as *mesmas* entidades durante o período. Isto porque, dentre as principais dificuldades oriundas da

execução de políticas por organizações privadas, está a posterior manutenção das ações iniciadas com financiamento público.

As interrupções podem ter ocorrido por conta de problemas na prestação de contas por parte das entidades conveniadas, dificuldade que está dentre aquelas apontadas no estudo de Teixeira (2002). Outra possibilidade explicativa reside no modo como a liberação dos recursos se dá no âmbito ministerial, na medida em que os valores previstos na Lei Orçamentária não são disponibilizados integralmente para execução, o que pode levar ao não cumprimento de transferências no período em que estavam previstas.

Em seu relatório de gestão, até mesmo a Secretaria Nacional de Esporte Educacional reconhece que,

[...] o atendimento realizado está distante da universalização do acesso ao esporte, seja pelo orçamento que não alcança a magnitude da demanda, seja pelo *modelo de execução pautado na descentralização de recursos federais que, entre outras questões, impacta na descontinuidade do atendimento aos beneficiados* (SNEED, 2011 p. 192-193 grifo nosso).

O que demonstra ser contraditória a manutenção do referido modelo de política já que até mesmo o órgão responsável por sua elaboração reconhece seu caráter descontínuo e distante da real universalização.

AÇÕES DE GOVERNO	2008	2009	2010	2011
Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016				X
Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer	X	X	X	
Capacitação de Gestores de Esporte e de Lazer	X	X	X	
Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	X	X	X	X
Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento	X	X		
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais	X	X	X	X
Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas - Vida Saudável	X	X	X	X
Deteção e Avaliação de Atletas de Alto Rendimento	X	X	X	
Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer		X	X	X
Edição e Distribuição de Material Técnico e Científico Relacionados ao Esporte Recreativo e ao Lazer	X			
Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES	X	X	X	X
Funcionamento de Núcleos de Categorias de Base do Esporte de Alto Rendimento	X	X	X	X
Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional Segundo Tempo	X	X	X	X
Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	X	X	X	X
Implantação e Modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte – Centros Esportivos de Alto Rendimento	X		X	X
Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor 2011				X
Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais	X	X	X	
Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016			X	X
Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania	X	X	X	X
Promoção da Cooperação e Intercâmbio Internacional	X			
Promoção de Eventos de Esporte Educacional	X	X	X	X
Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento	X	X	X	X
Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer	X	X	X	X
Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento	X	X	X	X
Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento para Pessoas Portadoras de Deficiência	X	X		
Realização dos Jogos dos Povos Indígenas	X	X	X	X
Realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro	X			
Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte	X			X

Tabela 7: Ações de governo na função Desporto e Lazer cuja execução parcial ou total coube à entidades privadas sem fins lucrativos no período 2008-2011. Fonte: Portal da Transparência.

3.3.3 Distribuição regional dos recursos

As transferências de recursos realizadas para o setor privado sem fins lucrativos demonstram grandes disparidades entre as regiões do país. Mais uma vez, é importante salientar que nos referimos aos financiamentos realizados diretamente do governo federal para as organizações, logo podem ter sido firmados convênios entre os Estados e municípios com organizações privadas que não estão contemplados nos dados que aqui apresentamos. No interior das regiões também são grandes as disparidades dentre os diferentes estados.

Os dados mostram que a região mais rica do país, o sudeste, é aquela com o maior volume de recursos transferidos, além de ter o maior número de entidades nas diferentes categorias. No entanto, no interior da região nota-se uma participação relativamente nula do estado do Espírito Santo e muito pequena de Minas Gerais, destacando-se a concentração de recursos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No nordeste, segunda região com o maior volume de recursos transferidos, a concentração se dá nos estados de Alagoas, Bahia e Ceará, enquanto que Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe contam com apenas 2% das transferências para a região. Concentração ainda maior se dá no centro-oeste, onde mais de 90% dos recursos foram transferidos apenas para o Distrito Federal. As regiões Norte e Sul não se diferenciam das demais, apresentando concentrações nos estados do Pará e Santa Catarina, respectivamente.

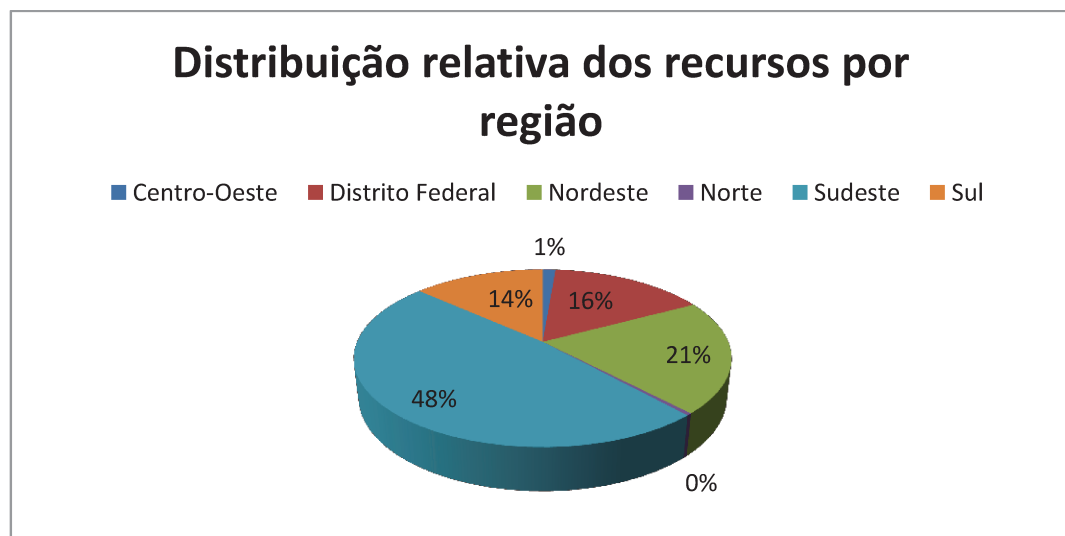


Gráfico 7 - Transferências diretas da União para entidades privadas sem fins lucrativos segundo regiões e Distrito Federal no período 2008-2011. Fonte: Portal da Transparência.

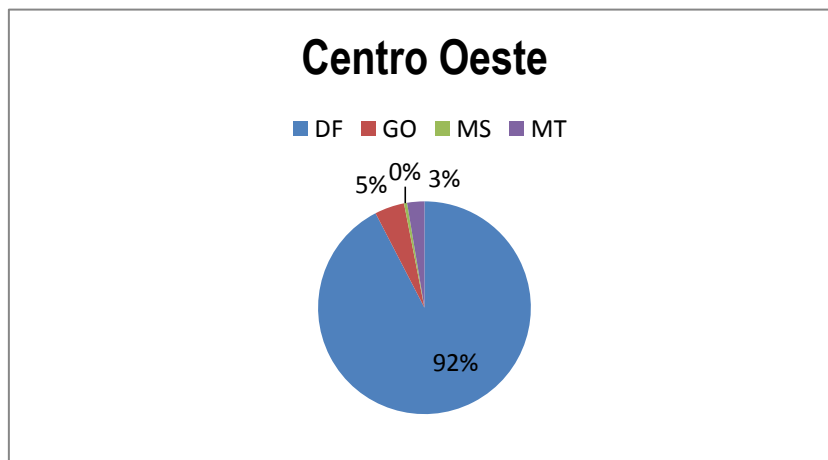


Gráfico 8 - Distribuição relativa dos recursos por estados da região Centro-Oeste.
 Fonte: Portal da Transparência.

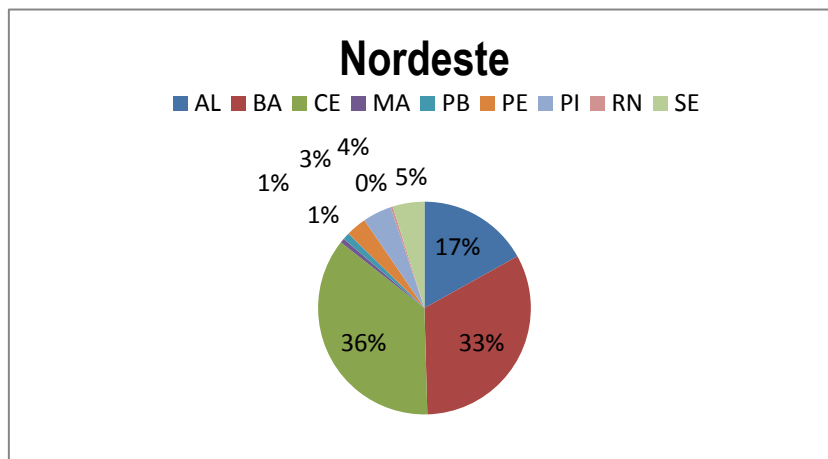


Gráfico 9 - Distribuição relativa dos recursos por estados da região Nordeste.
 Fonte: Portal da Transparência.

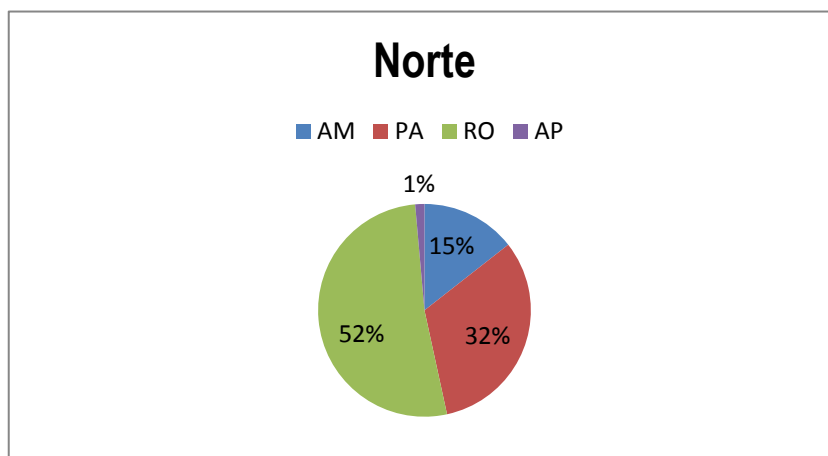


Gráfico 10 - Distribuição relativa dos recursos por estados da região Norte. Fonte: Portal da Transparência.

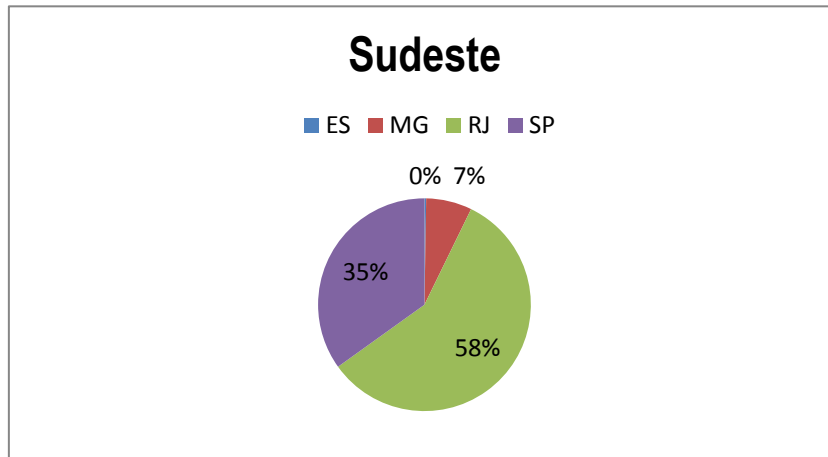


Gráfico 11 - Distribuição relativa dos recursos por estados da região Sudeste.
 Fonte: Portal da Transparência.

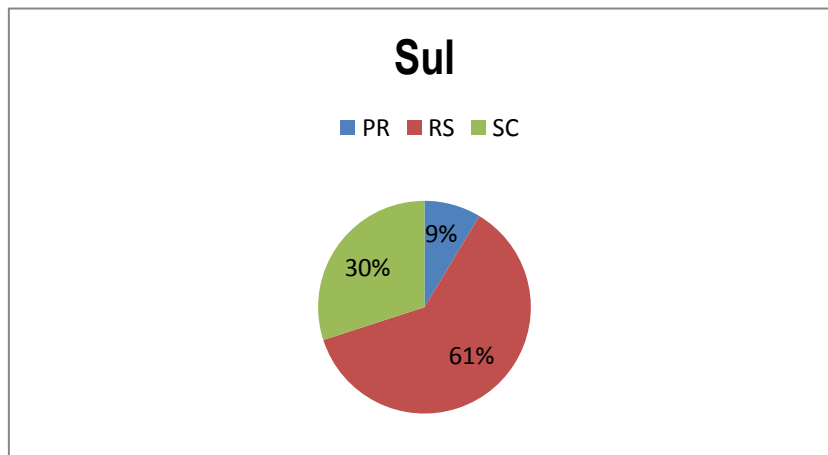


Gráfico 12 - Distribuição relativa dos recursos por estados da região Sul. Fonte: Portal da Transparência.

Como afirmamos anteriormente, os dados demonstram que a destinação dos recursos para o setor privado sem fins lucrativos não tem se dado de maneira equitativa pelo território nacional. Castellan (2011) chega à mesma conclusão ao estudar os recursos investidos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte. Segundo a autora, 42% dos recursos investidos no período compreendido entre 2007 e 2009 ficaram no estado de São Paulo, 26% no Rio de Janeiro e 18% em Minas Gerais. Restando a todas as outras unidades da federação apenas 13% dos recursos.

No caso da Lei de Incentivo Castellan compreende que a concentração ocorre por conta da possibilidade criada pelo governo de permitir que a iniciativa privada defina os projetos que serão por ela beneficiados. Já no caso das transferências diretas realizadas por meio dos convênios entre o Governo Federal e entidades sem fins lucrativos a concentração aponta para a

ausência de uma estratégia de governo que vise promover a equidade na distribuição dos investimentos, o que provavelmente ocorre porque não se tem como premissa a universalização dos direitos, mas sim o fortalecimento político-partidário ou favorecimento de determinados setores envolvidos na política esportiva.

Conclusões

Pensar o esporte e o lazer como direitos implica o reconhecimento de que são necessárias políticas sociais capazes de garantir a todos os brasileiros o usufruto destas práticas. Na análise das políticas é preciso que se tenha clareza acerca de quais agentes do conjunto da sociedade serão mobilizados para que esse objetivo seja atingido. O espaço ocupado por setores da sociedade civil no interior das políticas, tornando-os parte integrante delas, representa um avanço no sentido da construção democrática em nosso país. Porém, quando o conceito de sociedade civil é tratado de maneira superficial e/ou ideologizada, corre-se o risco de retrocedermos nesse processo.

De acordo com nossa proposta de monografia de base apresentamos neste estudo uma sistematização sobre o tema do setor privado sem fins lucrativos e as políticas públicas. Através da revisão de literatura constatamos a predominância de pesquisas baseadas em estudos de caso e a ausência de referências a traços comuns que permeiam a temática. O levantamento realizado possibilitou que conhecêssemos quais são as entidades do setor privado sem fins lucrativos que executaram políticas de esporte e lazer no período 2008-2011 por meio do financiamento público federal, o que pode contribuir para aumentar o leque de possibilidades de investigações futuras. Afinal, se o estudo de entidades específicas já conquistou espaço nas pesquisas acadêmicas, estudar aquelas que alcançaram o *status* de merecedoras do investimento público parece ser uma justificativa consistente para estudos de determinadas organizações. Outro ponto reside na possibilidade de pesquisas futuras que desvelem as parcerias firmadas entre as instâncias de governo estadual e municipal e entidades do setor privado sem fins lucrativos.

No que respeita aos aspectos conceituais, buscamos esclarecer e superar as distorções da visão celebratória da sociedade civil transmutada em “terceiro setor”. Para isso recuperamos a especificidade de termos intensamente veiculados nos diferentes meios de comunicação, porém tratados como sinônimos como ONGs, Oscips, Fundações, Organizações Sociais (OS) e o próprio termo “terceiro setor”, que, como vimos, não se adequa à busca pela apreensão conceitual do fenômeno objetivo composto pela atuação de entidades da sociedade civil na busca por direitos ou soluções locais. Diante disso, adotamos a expressão “setor privado sem fins lucrativos” para designar o grupo das organizações estudadas, demarcando a qual projeto político estão vinculadas as diferentes acepções ligadas ao tema. Ressaltamos que o incentivo à participação da sociedade

civil, assim como o apelo às ações solidárias focalizadas em questões isoladas pode tornar-se funcional à lógica do capital, contribuindo para sua manutenção enquanto modo de organização societária vigente. Processo identificado como uma confluência perversa (DAGNINO, 2004) entre projetos políticos distintos, pois se historicamente a reivindicação dos movimentos sociais se dirigiu ao direito de participação política, não se tratava de uma participação limitada ao papel de prestação de serviços nos programas governamentais ou de legitimação desses programas por meio de espaços públicos nos quais decisões são tomadas sem que *a posteriori* se traduzam em políticas concretas.

O levantamento realizado evidenciou a heterogeneidade do setor privado sem fins lucrativos levando-nos a confirmação do pressuposto de que não é possível contemplá-lo como o lugar no qual se encontrariam organizações com interesses homogêneos, que representariam as aspirações dispersas no conjunto da sociedade, a busca pelo bem comum ou a concretização do princípio da comunidade, como propõe Santos (1999), dentre outros que se posicionam como favoráveis a essa proposta. A partir da classificação em: 1 – Organizações relacionadas à Ciência e Tecnologia, Instituições Privadas de Ensino e Fundações; 2 – Clubes, Sindicatos/Organizações Profissionais e Sistema S; 3 – Entidades de Administração Esportiva; 4 – Organizações com Finalidades Diversas; e 5 – Organizações com Finalidade Esportiva; buscamos caracterizar o complexo grupo reunido sobre o “código 50” do orçamento público, que indica as entidades sem fins lucrativos. No cenário composto pelas organizações encontradas estão atores que vão, para citar alguns exemplos, desde um Centro Integrado de Formação de Executivos de Natal até a Central Única das Favelas do Rio de Janeiro. Do Conselho Profissional de Educação Física ao SESC. Do Comitê Olímpico Brasileiro à Liga de Futebol Amador do Núcleo Bandeirante do Distrito Federal. Da Conferência das Inspetorias das Filhas de Maria Auxiliadora à Associação Floresta Protegida do Pará. Apesar dessa diversidade, todas receberam recursos públicos para executar ações relacionadas ao esporte e lazer. Fato que demonstra que nesse campo de ação parece não ocorrer o processo apontado por Teixeira (2002), segundo o qual a delegação por parte do Estado da execução das políticas às organizações não governamentais se justificaria pelo elevado grau de especialização que essas entidades teriam atingido em seu campo específico de saber.

Tendo por base ainda os encontros propostos por Teixeira, uma análise das organizações com os maiores volumes de recursos recebidos demonstra que a definição das

entidades a serem “contratadas” na relação veiculada à prestação de serviço é perpassada por um encontro que poderíamos denominar como de *interesses político-partidários e de governabilidade*, no qual os convênios são firmados com entidades que mantêm estreita relação com o órgão de governo responsável pela definição das parcerias. Aliado ao interesse político-partidário, as parcerias podem ter constituído um meio para que se estabelecessem canais de financiamento entre o governo federal, por meio do Ministério do Esporte, e unidades federativas cujos governos estaduais compunham a oposição. O Instituto Contato está em Santa Catarina onde o governo no período estudado esteve sob comando do Partido Democratas (DEM). A ONG Bola Pra Frente Brasil, tem sede em Jaguariúna, mas possui núcleos em diversos municípios do Estado de São Paulo, onde predomina no governo estadual o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O Instituto de Desenvolvimento Humano - IDESH, outra organização que ocupa posição privilegiada no ranking de financiamentos, está em Alagoas, estado no qual o governo também era do PSDB. A distribuição desigual das transferências pelo território brasileiro torna nítido o caráter antidemocrático das parcerias entre governo e entidades do setor privado sem fins lucrativos por conta da concentração dessas entidades e, por consequência dos recursos, nas regiões sudeste e sul. Dado que indica a ausência de uma estratégia de governo que vise atingir de maneira equitativa as diferentes regiões do país. Tudo isso contradiz com a “promessa” de democratização do acesso aos direitos por meio da “publicização” dos serviços estatais, comprovando que o processo de transferência das ações públicas às “eficazes” organizações do setor privado sem fins lucrativos não parece produzir os resultados esperados (e prometidos).

O grande volume de recursos transferidos para as organizações com finalidades diversas, parece indicar a prevalência da adoção do esporte como *um meio* para se atingir as mais distintas metas. Porém, como tratamos anteriormente neste trabalho, as questões que hegemonicamente tem se esperado que o esporte responda não poderão por ele, ou a partir dele, de forma isolada, ser resolvidas. A grande quantia de organizações deste grupo demonstra que existem muitos setores descontentes com as condições de vida de suas localidades de maneira geral, o que pode indicar um efetivo interesse em alterar a realidade a que estão circunscritos. No entanto, estas ações precisam ser pautadas por um projeto político fundado no enfrentamento dos reais determinantes destas condições e na busca por direitos e não na solidariedade individual e no imediatismo que, quando muito, solucionam apenas temporariamente determinados

problemas. Já as organizações que têm especificamente o esporte como foco de ação (podemos chama-las de “ONGs esportivas”), ocuparam a quarta posição no *ranking* dos recursos transferidos, o que demonstra que as entidades que supostamente detêm o saber específico na lida com o tema não protagonizaram o papel de executoras das políticas financiadas pelo governo federal no período estudado.

O grupo com o maior valor transferido foi o das organizações de administração esportiva, mesmo não tendo sido abordados os financiamentos oriundos, por exemplo, da Lei de Incentivo ao Esporte. Segundo Castelan (2011), no período compreendido entre 2007 e 2009 a grande fatia desses recursos ficou para a dimensão do esporte de rendimento (76%), que de forma historicamente estabelecida, é administrado pelos clubes, federações e confederações. Sendo assim, também por meio das parcerias constatamos o peso do investimento público nesta dimensão do esporte, que ainda conta com grandes volumes de recursos públicos por meio do patrocínio das empresas estatais.

Por fim, os dados levantados tendem a incrementar a defesa de que a “proposta de um terceiro setor” não atende às necessidades de superação das desigualdades de acesso ao esporte e lazer, além de alertarem para o fato de que ações privadas das mais diversas naturezas têm sido financiadas com recursos públicos sem que os trabalhadores e trabalhadoras que pagam a conta tenham condições de optar por aquilo que financiam. Os espaços públicos duramente conquistados, como os Conselhos Municipais e Estaduais e as Conferências Nacionais de Esporte e Lazer ainda não se concretizaram como arenas nas quais se efetive a possibilidade dos setores da sociedade civil que visam à construção democrática exercerem poder sobre as ações governamentais. É preciso que estes espaços sejam ocupados por movimentos sociais fortalecidos que questionem as condições vigentes das políticas públicas ligadas a esse campo, de forma a desconstruir a hegemonia de organizações conservadoras, sobretudo aquelas ligadas à administração esportiva, mas também de entidades que veem nas práticas esportivas e de lazer apenas um “*plus*” a suas ações assistenciais ou um meio para seu fortalecimento político-partidário.

Constata-se assim que o financiamento estatal do setor privado sem fins lucrativos não caminha rumo à busca pela democracia-condição social e sequer auxilia a expansão da democracia-método, na medida em que não fortalece os direitos sociais, no caso, o direito ao esporte e ao lazer. Pelo contrário, os descontrói alocando-os no terreno do assistencialismo de

ações privadas pontuais financiadas com recursos que poderiam ser investidos na consolidação e ampliação desses direitos.

A luta pelo estabelecimento e manutenção de direitos sociais como forma de consolidação da democracia-método é, como afirma Netto (1990), um pressuposto para que se viabilize a organização popular com vistas ao alcance da possibilidade histórica da democracia-condição social. O caminho do setor privado sem fins lucrativos representa um retrocesso, contribuindo para que se reconfigure nos dias atuais a cidadania concedida e a cultura política da dádiva, semelhantes às relações estabelecidas entre os senhores de terra e os homens livres, porém pobres, do Brasil ao final do século XIX e início do século XX (SALES, 1994). Nestas relações os direitos básicos à vida do indivíduo lhe chegavam como favores advindos de alguém com *status* hierarquicamente superior. Porém, se no Brasil do início do século XX a cidadania era concedida por quem detinha a propriedade sobre a terra, podemos dizer que hoje quem busca ideologicamente “concedê-la” são ONGs, fundações, empresários, artistas e, no campo esportivo especialmente, atletas e ex-atletas. A imagem adiante exemplifica este tipo de posicionamento. Trata-se da organização denominada “Atletas pela Cidadania”⁵⁵.



Figura 9 – Atletas pela Cidadania. Fonte: <http://www.atletas.org.br/quem-somos/atletas-pela-cidadania.htm>
Consulta em 20/04/2012.

⁵⁵ O grupo é composto pelos seguintes atletas e ex-atletas: Ana Beatriz Moser (Vôlei), André Domingos (Atletismo), Branca (Basquete), Cafú (Futebol), Carmem Oliveira (Atletismo), Clodoaldo Silva (Natação paraolímpica), Daniel Alves (Futebol), Deco (Futebol), Dunga (Futebol), Edmilson Moraes (Futebol), Edu Gaspar (Futebol), Fernanda Keller (Triatlon), Fernando Meligeni (Tênis), Fernando Scherer (Natação), Flávio Canto (Judô), Gustavo Borges (Natação), Henrique Guimarães (Judô), Hortência Marcari (Basquete), Ida (Vôlei), João Vianna Pipoka (Basquete), Joaquim Cruz (Atletismo), Jorginho (Futebol), José Montanaro (Vôlei), Kaká (Futebol), Kelly Silva (Basquete), Lars Grael (Vela), Leandro Guilherme (Judô), Leonardo (Futebol), Luciano Correa (Judô), Luisa Parente (Ginástica Olímpica), Mariana Ohata (Triatlon), Maurício Lima (Vôlei), Mauro Silva (Futebol), Oscar Schmidt (Basquete), Patricia Medrado (Tênis), Magic Paula (Basquete), Nelson Aerts (Tênis), Raí de Oliveira (Futebol), Ricarda Lima (Vôlei), Ricardo Gomes (Futebol), Ricardo Vidal (Atletismo), Rogério Ceni (Futebol), Rogério Sampaio (Judô), Roseane Santos (Lançamento de disco Paraolímpico), Rubinho Barrichello (Automobilismo), Rui Campos (Vôlei), Sócrates (Futebol), Vanessa Menga (Tênis) e Zetti (Futebol).

O “manifesto” divulgado pelos esportistas em sua página na internet demonstra que essas personalidades apostam nitidamente no grau de reconhecimento que juntos, supostamente, detêm e o quanto acreditam ser capazes de exercer influência sobre o conjunto da sociedade. Segue um trecho do referido texto:

Nenhum de nós chegou aonde chegou por acaso. Agora, não vamos ficar aqui apenas torcendo. Nosso papel é chamar à atenção. *Todos escutam quando a gente fala*. Nosso papel é informar. Todos entendem quando a gente explica. Nosso papel é sensibilizar. Todos respeitam os sentimentos que a gente tem. Nosso papel é conscientizar. *Todos param e pensam no que a gente acredita*. Nosso papel é mobilizar. *Todos sempre nos seguiram* (ATLETAS, 2012, grifo nosso) ⁵⁶.

Resta então questionarmos se de fato os setores que defendem a democratização do acesso ao esporte e ao lazer se veem representados por esse tipo de entidade, que por deter “notoriedade” tem acesso direto a diversas instâncias governamentais. Além disso, serão os valores defendidos por essa e por outras entidades aqueles nos quais “*a gente acredita*”? Será essa a fala que “*todos desejam escutar*”? Não temos essas respostas, porém buscamos evidenciar em nosso estudo que as ações empreendidas pelo setor privado sem fins lucrativos têm contribuído para a manutenção de uma cultura política da dádiva e não para o aprofundamento da noção de cidadania como *o direito a ter direitos* (DAGNINO, 2004).

Diante disso, ao invés de medidas com impacto apenas simbólico⁵⁷ é necessário que se desconstrua o modelo de política baseado no desmonte do Estado enquanto instância garantidora de direitos. Em seu lugar, devem se estabelecer canais efetivos de participação das organizações da sociedade civil, que não impute a elas o papel de prestadoras de serviços no processo de terceirização estatal e retirada dos direitos sociais. É igualmente necessário que as classes e grupos sociais que visam à superação do capitalismo se coloquem firmemente na luta pela universalização dos direitos como uma forma de reconstruir as instâncias de universalização e totalização sócio-políticas que foram desmanteladas pelas ações das classes que visam à manutenção das desigualdades sociais tão necessárias à vigência desse sistema.

⁵⁶ Disponível em <http://www.atletas.org.br/quem-somos/manifesto.htm>. Consulta em 20/04/2012.

⁵⁷ Como, por exemplo, o veto aos repasses para entidades privadas sem fins lucrativos após a crise do Ministério do Esporte em 2011 por meio do Decreto nº 7.592 de 28/10/2011.

Referências

- AMARAL, S.C. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (Org). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, n.51, p.7-9, fevereiro, 2003.
- ATLETAS pela cidadania. **Manifesto**. Disponível em <http://www.atletas.org.br/quem-somos/manifesto.htm>. Acesso em: 20/04/2012.
- AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. Subsídios para elaboração de propostas metodológicas críticas para o ensino de esportes em projetos sociais. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador, 2009. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/1210/736> Acesso em: 24/09/2011.
- BATISTA, P.N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: Barbosa Lima Sobrinho et al. **Em Defesa do Interesse Nacional**: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf Acesso em: 24/09/2011.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.
- BELLO, M. **Atividade Física para Idosos em Porto Alegre**: um estudo dos programas da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC e da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – SME. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.
- BOSCHETTI, I. [Org.] **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Gerência do Cadastro Central de Empresas. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil 2002**. Rio de Janeiro, 2004.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Gerência do Cadastro Central de Empresas. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil 2005**. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa de Esporte 2003**. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos Municípios Brasileiros: Esporte 2003**. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento Federal ao Alcance de Todos: Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2012**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte Educacional. **Relatório de gestão: exercício 2010**. Brasília, 2011.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34, 1998 apud MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

CARDOSO, F. H. **Discurso durante a cerimônia de sanção da lei do voluntariado**. Brasília, 1998 apud FRANCO, A. **A reforma do Estado e o Terceiro Setor: cinco perguntas preliminares, uma pergunta fundamental e uma nota**. Seminário Sociedade e a Reforma do Estado. Brasília, 1998. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20Reforma%20do%20Estado%20e%20o%20Terceiro%20Setor.pdf> Acesso em: 20/09/2011.

CASTELLAN, L. P. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

CORREIA, J. **O lugar da ACM na história da educação física brasileira: refletindo sobre o esporte e a calistenia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

CORREIA, M. M. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.29, n.3, p.91-105, maio, 2008.

COSTA, S. La esfera publica e las mediaciones entre cultura y política: el caso de Brasil. In: **Revista Metapolítica**, vol.3, n.9, p.95-107, março, 2009.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova concepção de cidadania. In: _____. [org.] **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: _____. [org.] **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAMASCENO, L. G. **30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**: educação física e a construção de uma hegemonia. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

D'AVILA, M. 10 anos extraordinários para o esporte. In: **Revista Em Contato**. Florianópolis, Ano 3, n.8, p.13, abril/maio, 2010. Disponível em: <http://www.institutocontato.org.br/wp-content/uploads/2011/06/revista08.pdf>

DUARTE, C. P. Inclusão social das crianças da periferia de Juiz de Fora através de projetos de extensão do Colégio de Aplicação João XXIII. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador, 2009. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/1024/728>
Acesso em: 24/09/2009.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRANCO, A. **A reforma do Estado e o terceiro setor**: cinco perguntas preliminares, uma pergunta fundamental e uma nota. Seminário Sociedade e a Reforma do Estado. Brasília, 1998. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20Reforma%20do%20Estado%20e%20o%20Terceiro%20Setor.pdf> Acesso em: 20/09/2011.

FRASER, N. **Iustitia interrupta**: reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”. Santafé de Bogotá: Siglo de Hombres Editores, Universidad de los Andes – Faculdade de Derecho, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRUPO de Estudos Sobre a Construção Democrática. **Sociedade civil e democracia**: reflexões sobre a realidade brasileira. In: Revista Ideias, Campinas, v. 5 n.2, v.6 n.1, p.13-42, 1998-1999.

HIRAMA, L. K. **Algo para além de tirar as crianças da rua**: a pedagogia do esporte em projetos sócio-educativos. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, n.55, p.30-41, novembro, 2001.

LEUPRECHT, J. C. O papel do profissional de educação física nos projetos sociais. In: **Revista Em Contato**, Florianópolis, Ano 3, n.8, p.18, abril/maio, 2010.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Revista Motrivivência**, Ano X, n. 11, p.71-81, julho, 1998.

MARCASSA, L. A animação cultural e a nova “identidade” política da sociedade civil no Brasil. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador, 2009. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/1522/762>

MARTINES, I. C. **As relações entre as organizações não governamentais e o Governo do Estado do Paraná no campo esportivo**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MARX, K. O método da economia política. In: **Revista Crítica Marxista**, n.30, p. 103-125, (1857) 2010.

MARTUSCELLI, D. E. A crise do governo Collor e a tática do PT. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MATTOS, D. C. et al. O esporte náutico e a dinâmica da tripla hélice no projeto Graiel: um estudo de caso. In: **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n.03, p.221-239, julho/setembro, 2010.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: **O que ler na ciência social brasileira**. Sergio Miceli [Org.]. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: Capes, 1999.

MELO, M. P. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

MELLO, A. S.; NETO, A. F.; VOTRE, S. J. Intervenção da Educação Física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha (ES). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.31, n.1, p.75-91, setembro, 2009.

MODESTO, P. E. G. Reforma administrativa e marco legal das organizações sociais no Brasil: as dúvidas dos juristas sobre o modelo das organizações sociais. **Revista do Serviço Público**, ano 48, n.2, mai./ago. 1997. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/97-Modesto,Paulo48\(2\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/97-Modesto,Paulo48(2).pdf) Acesso em: 14/08/2011.

MOLINA, R. K. Políticas de esporte e projetos sociais: impactos nos processos de subjetivação dos jovens. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife, 2007. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/278.pdf>

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria política. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

_____. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: **Política Social**: alternativas ao neoliberalismo. BOSCHETTI, I. et al. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

OLIVEIRA, P. de S. [org.]. **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

NUNES JUNIOR, P. C.; AMARAL, S.C.F. Esporte e política pública: o caso do Segundo Tempo em Campinas. In: 1º Encontro da Alesde – Esporte e América Latina: atualidade e perspectivas. Curitiba, 2008. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/62.pdf>

OLIVEIRA, B. A. **O chamado “terceiro setor”**: implicações no esporte e lazer de um novo padrão de resposta a “questão social”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Saúde, Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, 2007.

OLIVEIRA, B. A.; HUNGARO, E. M. O crescimento do “terceiro setor” no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife, 2007. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/273.pdf>

OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. SADER, E. ; GENTILI, P. [Org.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SOUSA SANTOS, B. [Org.] **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REZER, R. et al. Reflexões críticas a partir das experiências do programa Esporte Emancipação – Focos de ruptura frente ao paradigma da “inclusão social”. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife, 2007. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/246.pdf>

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.25, ano 9, p.26-51, junho, 1994.

SANTOS, B. S. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: **Sociedade e Estado em Transformação**. PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J. ; SOLA, L. [Org.]. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: ENAP, 1999.

SAVIANI, D. A pós-graduação em educação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, v.1, n.1, p.1-19, jan./jun. 2000.

SILVEIRA, J. **Desenvolvimento humano, responsabilidade social e educação no capitalismo**: investigando o programa “Educação pelo esporte” do Instituto Ayrton Senna. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, p.15-20, fevereiro, 2003.

_____. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. [Org.] **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TELLES, V. S. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. **Revista Pólis**, n.14, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VARGAS, L. S.; FERENCI, D. N. Políticas de Inclusão por meio do esporte: um estudo etnográfico do “Projeto Esporte Clube Cidadão”. In: XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador, 2009. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/814/638>

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

_____. **O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo**. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife, 2007. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/275.pdf>

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. Projetos de inclusão social através do esporte: notas sobre avaliação. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n.03, p.145-162, abril/junho de 2009.

ANEXOS

ANEXO A: Lista geral das entidades do setor privado sem fins lucrativos financiadas pelo governo federal no período 2008-2011 (classificação alfabética)

LISTA GERAL - ORDEM ALFABÉTICA

NOME DA ENTIDADE	MUNICÍPIO	UF	VALOR
ACAO FACA UMA FAMILIA SORRIR [AFFAS]	SABARA	M	R\$
		G	100.000,00
ARTICULACAO DOS POVOS INDIGENAS DO PANTANAL - ARPIPAN [ARPIPAN]	CAMPO GRANDE	M	R\$
		S	99.995,00
ASSOCIACAO ACAO SOLIDARIA E INCLUSAO SOCIAL [ASSHREC]	BRASÍLIA	DF	R\$
			176.740,00
ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA [UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS]	SÃO LEOPOLDO	RS	R\$
			497.116,97
ASSOCIACAO APOIO COLEGIO ESTADUAL FREDERICO AZEVEDO	SÃO GONÇALO	RJ	R\$
			13.510,10
ASSOCIACAO BENEFICENTE FIRMO ANTONIO CHAVES	PAU DOS FERROS	R	R\$
		N	97.979,58
ASSOCIACAO BOM SAMARITANO	SALVADOR	BA	R\$
			985.514,00
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA DEFICIENTES INTELECTUAIS [ABDEM]	BRASÍLIA	DF	R\$
			571.058,76
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS E COMBATE AO DOPING [ABECD]	SUZANO	SP	R\$
			100.000,00
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MEDICINA DO EXERCICIO E DO ESPORTE	SÃO PAULO	SP	R\$
			122.200,00
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE SURF UNIVERSITARIO [ABRASU]	FORTALEZA	CE	R\$
			311.040,00
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL PARAOLIMPICO [ABVP]	NITEROI	RJ	R\$
			784.670,00
ASSOCIAÇÃO CARUARENSE DE ENSINO SUPERIOR	CARUARU	PE	R\$
			2.552.599,70
ASSOCIACAO CENTRO CULTURAL MOACYR BASTOS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$
			2.428.485,00
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DE SAMAMBAIA [ATIVA FM]	BRASÍLIA	DF	R\$
			154.284,00
ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL STELLAGREICE	SALVADOR	BA	R\$
			1.183.334,00
ASSOCIACAO CULTURAL DE CAPACITACAO E INCLUSAO SOCIAL - ASCAPIS [ASCAPIS]	BRASÍLIA	DF	R\$
			559.610,00
ASSOCIACAO CULTURAL JACUIPENSE	CONCEIÇÃO DO JACUIPE	BA	R\$
			10.077.780,52
ASSOCIACAO DA ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL ESPORTE SEM FRONTEIRAS	CAMPOS DOS GOITACAZES	RJ	R\$
			2.496.000,00
ASSOCIACAO DAS MULHERES ARTESAS E DE ECONOMIA SOLIDARIA [ASMAES]	BRASÍLIA	DF	R\$
			223.802,00
ASSOCIACAO DE AGRICULTORES E FAMILIARES DO NUCLEO FLORESTAN FERNANDES [AGRINFER]	PONTA PORA	M	R\$
		S	94.682,00
ASSOCIACAO DE CAPOEIRA LADAINHA [FAMA]	BRASÍLIA	DF	R\$
			230.039,00
ASSOCIACAO DE CULTURA POPULAR	NOVA PRATA	RS	R\$
			100.000,00
ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS PELO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO [AMDI]	CORONEL FABRICIANO	M	R\$
		G	504.783,30
ASSOCIACAO DE PAES E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE/ DE APUCARANA	APUCARANA	PR	R\$
			183.957,50
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE] DE LOANDA	LOANDA	PR	R\$
			30.000,00
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE] DE SÃO JOÃO	SÃO JOÃO	PR	R\$
			30.000,00
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE] DE VOTUPORANGA	VOTUPORANGA	SP	R\$
			75.086,00
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO MOURAO [APAEAM]	CAMPO MOURÃO	PR	R\$
			100.000,00

ASSOCIACAO DE PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE, PATRIMONIO HISTORICO E DIFUSAO DA CULTURA E EDUCACAO [APRECED]	SANTO ANDRÉ	SP	R\$ 100.000,00
ASSOCIACAO DE PROMOCAO DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL - APROTUR - DF [APROTUR - DF]	BRASÍLIA	DF	R\$ 160.000,00
ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E JORNALISMO COMUNITARIO DE SANTA MARIA	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.469.485,29
ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E JORNALISMO COMUNITARIO POPULAR DE SAMAMBAIA [POPULAR FM]	BRASÍLIA	DF	R\$ 240.000,00
ASSOCIACAO DE RODEIO COMPLETO - OS TROPEIROS [OS TROPEIROS]	TACIBA	SP	R\$ 750.000,00
ASSOCIACAO DE SERTANEJOS DE BARRA MANSA E REGIAO [ASBMR]	BARRA MANSA	RJ	R\$ 1.810.000,00
ASSOCIACAO DESPORTIVA FENIX	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	R\$ 131.996,64
ASSOCIACAO DO VERDE E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE [AVEPEM]	SÃO PAULO	SP	R\$ 842.370,00
ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DE DESPORTOS AMADORES DE PERNAMBUCO [ADAPE]	RECIFE	PE	R\$ 315.984,00
ASSOCIACAO DOS ESTUDANTES DO ESTADO DO CEARA [ASESC]	FORTALEZA	CE	R\$ 100.000,00
ASSOCIACAO DOS GRUPOS FOLCLORICOS E CULTURAIS DE ITAITUBA	ITAITUBA	PA	R\$ 210.000,00
ASSOCIACAO DOS IDOSOS DA CEILANDIA DF [AIC]	BRASÍLIA	DF	R\$ 120.000,00
ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA REGIAO 11 AMERIOS	UMUARAMA	PR	R\$ 1.743.450,00
ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA ZONA DA PRODUCAO [AMZOP]	PASSO FUNDO	RS	R\$ 186.559,00
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO OL	BRASÍLIA	DF	R\$ 110.000,00
ASSOCIACAO DOS POVOS INDIGENAS DO MAPUERA [APIM - (KETAKRONOMACHO)]	ORIXIMINA	PA	R\$ 176.574,60
ASSOCIACAO ECOLOGICA PIRATINGAUNA [OSCIP PIRATINGAUNA]	BARRA MANSA	RJ	R\$ 395.000,00
ASSOCIACAO EDUCACIONAL BOA VONTADE [INSTITUTO DE EDUCACAO JOSE DE PAIVA NETTO - UNIDADE 02]	SÃO PAULO	SP	R\$ 6.383.489,72
ASSOCIACAO EDUCACIONAL VEIGA DE ALMEIDA [AEVA]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 24.887,50
ASSOCIACAO EMIVAL DE APOIO A COMUNIDADE	BRASÍLIA	DF	R\$ 100.000,00
ASSOCIACAO ESCOLA BRASILEIRA DE FUTEBOL	CURITIBA	PR	R\$ 280.056,00
ASSOCIACAO ESPORTE ABRACA CAMPINAS [SEAC CAMPINAS]	CAMPINAS	SP	R\$ 213.600,00
ASSOCIACAO ESPORTIVA E CULTURAL HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.045.475,20
ASSOCIAÇÃO FAZENDO ACONTECER	ITABORAÍ	RJ	R\$ 1.482.699,90
ASSOCIACAO FLORESTA PROTEGIDA [CENTRO KWYRERE]	BELÉM	PA	R\$ 81.036,07
ASSOCIACAO GOIANA DE ATUALIZACAO E REALIZACAO DO CIDADAO-AGARC	GOIÂNIA	G O	R\$ 1.025.300,00
ASSOCIACAO HOSPITAL CENTENARIO DE PAU DOS FERROS	PAU DOS FERROS	R N	R\$ 30.607,00
ASSOCIACAO LAR DOS IDOSOS MADRE TEREZA DE CALCUTA	CORUMBA DE GOIÁS	G O	R\$ 31.125,40
ASSOCIACAO MINEIRA DE REABILITACAO	BELO HORIZONTE	M G	R\$ 1.455.067,33
ASSOCIACAO MUTUARIOS E MORADORES CJ SANTA ETELVINA [ACETEL]	SÃO PAULO	SP	R\$ 11.012.893,14

ASSOCIACAO NACIONAL DE APOIO AOS MUNICIPIOS	TIMÓTEO	M	R\$
		G	843.400,00
ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUANDOS	SÃO PAULO	SP	R\$
			250.000,00
ASSOCIACAO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FISICOS	NITERÓI	RJ	R\$
			625.491,50
ASSOCIACAO PAULISTA DE SURF UNIVERSITARIO	SÃO PAULO	SP	R\$
			120.000,00
ASSOCIACAO PEQUENOS PASSOS	BRASÍLIA	DF	R\$
			55.000,00
ASSOCIACAO PESTALOZZI DE GOIANIA	GOIÂNIA	G	R\$
		O	130.000,00
ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	BRASÍLIA	DF	R\$
			299.700,00
ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	RS	R\$
			117.538,00
ASSOCIACAO PRO MELHORAMENTOS DE VILA ALIANCA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$
			1.043.009,80
ASSOCIACAO PRO VIVENCIA -APV	JUIZ DE FORA	M	R\$
		G	36.286,74
ASSOCIACAO RECREATIVA UNIDOS DO CRUZEIRO	BRASÍLIA	DF	R\$
			99.856,20
ASSOCIACAO RECREATIVA, DESPORTIVA E CULTURAL DO RECANTO DAS EMAS [ARUREMAS]	BRASÍLIA	DF	R\$
			240.000,00
ASSOCIACAO REGISTRENSE DE JUDO [ARJU]	REGISTRO	SP	R\$
			60.000,00
ASSOCIACAO RELVADENSE DE SENHORAS	RELVADO	RS	R\$
			30.000,00
ASSOCIACAO TOLEDENSE DOS ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS [ATACAR]	TOLEDO	PR	R\$
			26.795,78
BOLA PRA FRENTE ONG [ONG BOLA PRA FRENTE BRASIL]	JAGUARIÚNA	SP	R\$
			21.653.258,90
BRIGADA MIRIM	BRASÍLIA	DF	R\$
			140.000,00
CASA DA CULTURA CENTRO DE FORM ART E CUL DA BAIXADA FLUMINENSE	SÃO JOÃO DE MERITI	RJ	R\$
			891.840,00
CENTRAL DE ACESSORIA SOCIAL [CAS]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$
			2.240.000,00
CENTRAL UNICA DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO [CUFA]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$
			490.000,00
CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTACIA DA CAP N SRA DO MONT SERRAT	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$
			200.000,00
CENTRO CULTURAL ILE DE BAMBA	PONTA GROSSA	PR	R\$
			240.000,00
CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE [CASPIEDADE]	SÃO PAULO	SP	R\$
			93.216,02
CENTRO DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO PARANOA [CEDEP]	BRASÍLIA	DF	R\$
			199.999,44
CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE BETIM	BETIM	M	R\$
		G	559.035,00
CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA POPULAR [CECUP]	SALVADOR	BA	R\$
			2.255.610,00
CENTRO DE ESTUDOS E MEMORIA DA JUVENTUDE - CEMJ	SÃO PAULO	SP	R\$
			390.160,00
CENTRO DE INTEGRACAO DA MULHER E DOS DESEMPREGADOS DALVA CAM	SÃO LUIS	M	R\$
		A	300.000,07
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIEE	BRASÍLIA	DF	R\$
			37.049,67
CENTRO DE INTEGRACAO ESPORTE E CULTURA [CIEC]	BRASÍLIA	DF	R\$
			413.802,00
CENTRO DE INTEGRACAO SOCIAL E CULTURAL - CISC [UMA CHANCE]	SÃO GONÇALO	RJ	R\$
			425.200,00
CENTRO INTEGRADO PARA FORMACAO DE EXECUTIVOS	NATAL	R	R\$
		N	125.999,10
CENTRO POPULAR DE FORMACAO DA JUVENTUDE [VIDA E JUVENTUDE]	BRASÍLIA	DF	R\$
			120.000,00

CENTRO SOCIAL ANGELINA BARRETO	MAGÉ	RJ	R\$ 2.797.620,0 0
CLUBE DE REGATAS ALDO LUZ	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$ 316.329,40
CLUBE ESCOLAR DO CENTRO INTERESCOLAR DE EDUCACAO FISICA	BRASÍLIA	DF	R\$ 350.000,00
CLUBE PALMARES	VOLTA REDONDA	RJ	R\$ 300.000,00
COLEGIO BRASILEIRO DE ATIVIDADE FISICA SAUDE E ESPORTE - COBRASE [COBRASE]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 256.056,60
COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$ 301.181,00
COMITE INTERTRIBAL - MEMORIA E CIENCIA INDIGENA	BRASÍLIA	DF	R\$ 2.292.955,1 5
COMITE OLIMPICO BRASILEIRO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 55.460.791, 59
COMITE PARAOLIMPICO BRASILEIRO	BRASÍLIA	DF	R\$ 7.623.236,9 1
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE AGUAS LINDAS DE GOIAS [CODEALGO]	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	G O	R\$ 472.138,40
COMPANHIA TEATRAL VEM VIVER [CIATEV]	VALPARAISO DE GOIÁS	G O	R\$ 200.000,00
COMUNIDADE EVANGELICA DE CONFISSAO LUTERANA DE BRASILIA [CASA DA ESPERANCA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 55.000,00
COMUNIDADE NOVA	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 1.654.300,0 0
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO	MANAUS	A M	R\$ 263.475,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BADMINTON	SÃO PAULO	SP	R\$ 1.931.981,4 4
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BALONISMO	SÃO PAULO	SP	R\$ 805.426,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BASKETBALL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.343.787,8 9
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOCHA E BOLAO	PORTO ALEGRE	RS	R\$ 191.630,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOXE	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 341.012,99
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CANOAGEM	CURITIBA	PR	R\$ 2.112.041,9 2
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CAPOEIRA	BRASÍLIA	DF	R\$ 267.450,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CICLISMO	SÃO PAULO	SP	R\$ 2.708.242,3 8
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CLUBES [CBC]	BRASÍLIA	DF	R\$ 400.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.136.693,0 4
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS CBDC	CAMPINAS	SP	R\$ 288.227,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESPORTES RADICAIS [CBER]	SÃO PAULO	SP	R\$ 653.450,68
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE AREIA	PORTO ALEGRE	RS	R\$ 102.022,78
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALAO	FORTALEZA	CE	R\$ 24.996.500, 00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEVOLEI	GOIÂNIA	G O	R\$ 648.000,00

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE GINASTICA	BRASÍLIA	DF	R\$ 7.214.804,4 6
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL	ARACAJU	SE	R\$ 4.631.335,2 0
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HIPISMO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 105.840,55
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HOQUEI E PATINACAO	SÃO PAULO	SP	R\$ 195.084,44
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HOQUEI NO GELO - CBHG	CAMPINAS	SP	R\$ 1.001.446,6 5
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HOQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR [CBHG]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 1.415.215,6 0
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE JUDO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.621.654,4 0
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE LUTA DE BRACO E HALTEROFILISMO [CBLB]	INDAIATUBA	SP	R\$ 362.345,60
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE LUTAS ASSOCIADAS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 1.697.800,6 7
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE LUTAS SUBMISSION ADCC	SÃO PAULO	SP	R\$ 60.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE MOTOCICLISMO [C B M]	BELO HORIZONTE	M G	R\$ 150.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE MUAY THAI BOXE TAILANDES	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 478.592,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO [CBPM]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.125.937,1 1
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE PESCA E DESPORTOS SUBAQUATICOS [CBPCS]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 40.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE SUMO	SÃO PAULO	SP	R\$ 42.800,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE SURF [CBS]	CURITIBA	PR	R\$ 64.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TENIS [CBT]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.622.229,0 0
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TENIS DE MESA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 3.400.110,5 8
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.502.327,0 1
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL [VOLEI BRASIL]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 6.904.145,4 2
CONFEDERACAO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR [CBDE]	BRASÍLIA	DF	R\$ 13.903.561, 97
CONFEDERACAO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITARIO	BRASÍLIA	DF	R\$ 9.263.496,1 2
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES [CONAM]	SÃO PAULO	SP	R\$ 4.303.815,5 4
CONFERENCIA DAS INSPETORIAS DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA [CIB/FMA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 2.542.243,4 0
CONFERENCIA DAS INSPETORIAS DOS SALESIANOS DE DOM BOSCO DO BRASIL	BRASÍLIA	DF	R\$ 4.181.086,4 0
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 120.000,00
CONSELHO NACIONAL DE MULHERES INDIGENAS [CONAMI]	BRASÍLIA	DF	R\$ 99.880,00

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL ALTO URUGUAI LTDA	ITATIBA DO SUL	RS	R\$ 1.750.500,00
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ESPORTE - COOPESPOR	SÃO PAULO	SP	R\$ 3.854.200,42
EDUCACAO EM FOCO [CENTRAL UNICA DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL]	BRASÍLIA	DF	R\$ 139.999,50
ENSINANDO ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 787.028,15
ESPACO CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS [E C O S]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 329.272,10
ETHOS INSTITUTO DE EDUCACAO	CORONEL FABRICIANO	M G	R\$ 849.650,00
FACULDADES UNIDAS DO NORTE DE MINAS FUNORTE	MONTES CLAROS	M G	R\$ 1.550.000,00
FEDERACAO BAHIANA DE CICLISMO [FBC]	SALVADOR	BA	R\$ 526.099,00
FEDERACAO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	PARA DE MINAS	M G	R\$ 150.000,00
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO PIAUÍ	TERESINA	PI	R\$ 4.210.800,00
FEDERACAO DE DANCA DO ESTADO DE SAO PAULO [FEDESP]	SÃO PAULO	SP	R\$ 92.132,82
FEDERACAO DE JUDO DO ESTADO DE ALAGOAS	MACEIO	AL	R\$ 153.974,00
FEDERACAO DE JUDO DO ESTADO DO RIO JANEIRO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 379.332,00
FEDERACAO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE RONDONIA	ESPIGÃO DOESTE	R O	R\$ 950.000,00
FEDERACAO PAULISTA DE SPORTS & FITNESS	SÃO PAULO	SP	R\$ 99.250,00
FEDERACAO PAULISTA DE XADREZ	SÃO PAULO	SP	R\$ 5.061.450,00
FEDERACAO SUL AMERICANA DE KRAV MAGA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 463.591,53
FEDERACAO TRABALHADORES AGRICULTURA ESTADO BAHIA	SALVADOR	BA	R\$ 1.143.960,00
FEDERERACAO DESPORTIVA DE CAPOEIRA DO DISTRITO FEDERAL [FDCDF]	BRASÍLIA	DF	R\$ 149.256,00
FUNDACAO BEATRIZ GAMA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.963.708,88
FUNDACAO DE APOIO A FACULDADE DE EDUCACAO FAFE	SÃO PAULO	SP	R\$ 80.688,48
FUNDACAO DE APOIO A TECNOLOGIA E CIENCIA [FATECIENS]	SANTA MARIA	RS	R\$ 112.800,00
FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDADE DE SAO PAULO [FUSP]	SÃO PAULO	SP	R\$ 122.318,00
FUNDACAO DE APOIO AO MENOR DE FEIRA DE SANTANA [FAMFS]	FEIRA DE SANTANA	BA	R\$ 11.590.336,82
FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS [FAURGS]	PORTO ALEGRE	RS	R\$ 35.097.095,68
FUNDACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR INHUMENSE FAM	INHUMAS	G O	R\$ 513.400,10
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	BELO HORIZONTE	M G	R\$ 112.800,00
FUNDACAO DE EDUCACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO [FUNDETEC]	TIMON	M A	R\$ 100.000,00
FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS [FESP]	PASSOS	M G	R\$ 70.000,00
FUNDACAO DELMIRO GOUVEIA [FUNDEG]	DELMIRO GOUVEIA	AL	R\$ 1.037.900,00

FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	FORTALEZA	CE	R\$ 2.978.315,4 4
FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	CRICIÚMA	SC	R\$ 100.000,00
FUNDAÇÃO JOSÉ AMÉRICO	JOÃO PESSOA	PB	R\$ 1.000.000,0 0
FUNDACAO MANOEL DE BARROS	CAMPO GRANDE	M S	R\$ 30.000,00
FUNDAÇÃO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT	NITEROI	RJ	R\$ 5.061.960,8 3
FUNDACAO ULBRA [FULBRA]	CANOAS	RS	R\$ 119.994,68
FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES	LAJEADO	RS	R\$ 35.917,97
GEAP FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL	BRASÍLIA	DF	R\$ 240.456,70
GRUPO CULTURAL AZULIM [GRUPO AZULIM]	BRASÍLIA	DF	R\$ 120.000,00
GRUPO DE APOIO AS COMUNIDADES CARENTES DO MARANHÃO [GACC - MA]	SÃO LUÍS	M A	R\$ 219.978,00
GRUPO DE CULTURA E ENTRETENIMENTO MAMULENGO DA BAHIA [MAMULENGO DA BAHIA]	SALVADOR	BA	R\$ 516.900,00
GRUPO DE ESTUDO E AÇÃO COMUNITARIA - GEAC	NITERÓI	RJ	R\$ 419.940,00
INSTITUICAO EDUCACIONAL SAO MIGUEL PAULISTA	SÃO PAULO	SP	R\$ 45.200,00
INSTITUICAO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUC E ASS SOCIAL	SUMARÉ	SP	R\$ 388.704,00
INSTITUTO 26 DE OUTUBRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	BRASÍLIA	DF	R\$ 59.983,50
INSTITUTO ADVENTISTA BRASIL CENTRAL	ANAPOLIS	G O	R\$ 87.783,50
INSTITUTO ARTE, CIA E CIDADANIA [SI BOBIA A GENTE PIMBA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 153.320,00
INSTITUTO ARY CARVALHO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 250.187,26
INSTITUTO BRASIL IGUALDADE SOCIAL [IBIS]	TIMOTEO	M G	R\$ 193.239,78
INSTITUTO BRASIL PRESERVACAO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	SALVADOR	BA	R\$ 806.400,00
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DESPORTIVO - IBDD	SÃO PAULO	SP	R\$ 356.210,80
INSTITUTO CARRARO [PROJETO MESTRE CARRARO]	IPATINGA	M G	R\$ 329.160,40
INSTITUTO CEARA ESPORTE TOTAL	FORTALEZA	CE	R\$ 350.000,00
INSTITUTO CIDADE	JUIZ DE FORA	M G	R\$ 6.759.939,6 4
INSTITUTO CIDADE SAUDAVEL [ICISA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 300.800,00
INSTITUTO COMUNIDADE PARTICIPATIVA ICP	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.615.710,0 0
INSTITUTO CONTATO [ASSOCIACAO CONTATO]	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$ 16.966.737, 50
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL BRASIL VIVO [BRASIL VIVO]	BRASÍLIA	DF	R\$ 220.000,00
INSTITUTO DAS APOSTOLAS DO SAGRADO CORACAO DE JESUS	BRASÍLIA	DF	R\$ 42.587,50
INSTITUTO DE APOIO COMUNITARIO	TIMBIRAS	M A	R\$ 40.000,00
INSTITUTO DE CULTURA AMBIENTAL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 3.287.747,1 0

INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS IDDEHA	CURITIBA	PR	R\$ 198.631,43
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E VIDA [IDAV]	BRASÍLIA	DF	R\$ 99.900,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE [IDEC]	NOVO GAMA	G O	R\$ 393.925,30
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL UNIVERSO	BRASÍLIA	DF	R\$ 127.798,74
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - INDES	FORTALEZA	CE	R\$ 368.600,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDESH	MACEIÓ	AL	R\$ 15.044.693,14
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E CULTURAL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 422.575,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO DOS TRABALHADORES DE BAIXA RENDA [IDESBRE]	VITÓRIA	ES	R\$ 585.000,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	PORTEIRINHA	M G	R\$ 180.000,00
INSTITUTO DE ECONOMIA SOLIDARIA DE BRAZLANDIA E ENTORNO [IESBE]	BRASÍLIA	DF	R\$ 110.000,00
INSTITUTO DE ESTUDO E DESENVOLVIMENTO GENTE & AMBIENTE	MACAPÁ	AP	R\$ 25.522,81
INSTITUTO DE PESQUISA EM SAÚDE ALUISIO CALIL MATHIAS - INPES	SÃO PAULO	SP	R\$ 1.897.699,78
INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS - IPA	SALVADOR	BA	R\$ 100.000,00
INSTITUTO DE QUALIDADE DE VIDA - IQUAVI	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 225.930,00
INSTITUTO DJALMA SANTOS [ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DJALMA SANTOS]	UBERABA	M G	R\$ 300.000,00
INSTITUTO ECO MILLENNIUM	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 120.000,00
INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO (REDE CEDES)	PIRACICABA	SP	R\$ 29.804,00
INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	PIRACICABA	SP	R\$ 19.998,40
INSTITUTO FILHOS DA ESPERANÇA - IFE	TANGARÁ	R N	R\$ 70.000,00
INSTITUTO ILLUMINATUS [BR-3]	SÃO PAULO	SP	R\$ 1.219.743,47
INSTITUTO MARIA QUITERIA [IMAQ]	FEIRA DE SANTANA	BA	R\$ 60.000,00
INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRACAS RAIOS DE LUZ - INSGRAL [PROJETOS RAIOS DE LUZ]	BRASÍLIA	DF	R\$ 94.352,57
INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PELA CULTURA E ESPORTE	ITAPEVI	SP	R\$ 273.330,00
INSTITUTO PRO AÇÃO [AMAP]	BRASÍLIA	DF	R\$ 12.181.575,14
INSTITUTO PROMUR - PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE REABILITAÇÃO	SÃO PAULO	SP	R\$ 2.700.000,24
INSTITUTO QUERO-QUERO	OSASCO	SP	R\$ 300.000,00
INSTITUTO REAÇÃO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 349.931,41
INSTITUTO RECORD DE RESPONSABILIDADE SOCIAL [INSTITUTO RESSOAR]	SÃO PAULO	SP	R\$ 147.181,60
INSTITUTO RUMO CERTO [RUMO CERTO]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.210.900,00
INSTITUTO S.O.S. PEQUENINOS [S.O.S. PEQUENINOS]	CAMPINAS	SP	R\$ 257.441,47
INSTITUTO SOCIAL SEMEAR	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 686.400,00
INSTITUTO SOCIOCULTURAL AMIGOS DO BEM (ISABEM)	BRASÍLIA	DF	R\$ 158.000,00

INSTITUTO TECNICO DE ESTUDOS AGRARIOS E COOPERATIVISMO - ITAC	BRASÍLIA	DF	R\$ 100.250,00
INSTITUTO VIA BR [VIA BR]	SÃO PAULO	SP	R\$ 272.000,00
INSTITUTO VITORIA REGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	BELÉM	PA	R\$ 120.000,00
INSTITUTO XOPOTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONOMICO E AMBIENTAL	BRAS PIRES	M	R\$ 368.680,40
JUDO COM TRANQUILLINI	BRASÍLIA	DF	R\$ 159.600,00
KIRKA - O SOM DAS ARVORES	CHAPECÓ	SC	R\$ 84.810,00
KOINONIA - PRESENÇA ECUMENICA E SERVICO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 400.000,00
LIGA ATLETICA CHAPECOENSE	CHAPECÓ	SC	R\$ 32.550,41
LIGA DE ARTES MARCIAIS DA REGIAO DOS LAGOS	CABO FRIO	RJ	R\$ 895.800,00
LIGA DE FUTEBOL AMADOR DO NUCLEO BANDEIRANTE	BRASÍLIA	DF	R\$ 239.963,60
LIGA ESP. DA REG. CANDANGOLANDIA, PARK WAY, VARGEM BONITA, NOVA DIVINEIA E NUCLEO BANDEIRANTE LIESCANB	BRASÍLIA	DF	R\$ 70.000,00
LIGA ESPORTIVA ARTE E CULTURAL BENEFICENTE - LEACB [LIGA ESPORTIVA DO SITIO CORREGO]	FORTALEZA	CE	R\$ 108.000,00
LIGA MUNICIPAL DE FUTEBOL SUICO E DESPORTOS DE PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	PR	R\$ 374.378,00
LIGA NACIONAL DE FUTEBOL SETE - SOCIETY	SÃO PAULO	SP	R\$ 48.286,22
MINAS TENIS CLUBE	BELO HORIZONTE	M	R\$ 298.651,26
MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 400.000,00
MOVIMENTO DE MULHERES EM SAO GONCALO	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 500.000,00
NUCLEO DE ORGANIZACAO E VALORIZACAO DA MULHER. [NOVA MULHER]	CERES	G	R\$ 119.977,12
ONG VIDA	LAJE DO MURIAE	RJ	R\$ 205.000,00
ORGANIZACAO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES SOCIAIS - OBRAS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 481.099,80
ORGANIZACAO DOURADENSE DE ASSOCIACOES COMUNITARIAS [ODAC]	DOURADOS	M	R\$ 148.800,00
OSCIP TERCON BRASIL [TERCON BRASIL]	SALVADOR	BA	R\$ 2.100.000,00
PLURAL BRASIL [PLURAL BRASIL]	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.250.000,00
PROJETO SOCIO-CULTURAL JOVEMBEL [RADIO JOVEMBEL]	BELFORD ROXO	RJ	R\$ 1.227.527,24
PROJETOS AMBIENTAIS SOCIAIS EDUCACIONAIS DOS MULTI PROFISSIONAIS REUNIDOS PRASEMPRE	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 1.227.430,24
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL	BRASÍLIA	DF	R\$ 596.570,80
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE.	FORTALEZA	CE	R\$ 5.369.200,00
SINDICATO DE CLUBES E ENTIDADES DE CLASSE PROM DE LAZER E DE ESPORTES DO DF	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.676.412,00
SINDICATO NACIONAL DAS ASSOCIACOES DE FUTEBOL PROFISSIONAL E SUAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ADMINISTRACAO E LIGAS [SINDICATO DO FUTEBOL]	SÃO PAULO	SP	R\$ 6.176.998,53
SOCIAL ESPORTIVA MARINGA [S E MARINGA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 70.000,00
SOCIEDADE DESPORTIVA INDEPENDENTE [INDEPENDENTE]	BRASÍLIA	DF	R\$ 239.992,84

SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA (PUC MINAS)	BELO HORIZONTE	M	R\$
		G	460.510,46
SOCIEDADE UBAENSE DE ARTES E OFICIOS	UBA	M	R\$
		G	290.000,00
TRANSFORME - ACOES SOCIAIS E HUMANITARIAS [TRANSFORME]	BRASÍLIA	DF	R\$
			69.999,60
UBERLANDIA ESPORTE CLUBE	UBERLÂNDIA	M	R\$
		G	92.000,00
UNESPORTE - UNIAO DE INSTITUICOES DO ESPORTE, EDUCACAO FISICA E LAZER DE SANTA CATARINA	SÃO JOSÉ	SC	R\$
			415.331,76
UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA [UNIVERSIDADE CATOLICA DE BRASILIA]	SÃO PAULO	SP	R\$
			368.224,00
UNIAO COMUNITARIA DE CHAPECÓ [UNICHAP]	CHAPECÓ	SC	R\$
			319.930,50
UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCACAO DE MATO GROSSO	CUIABÁ	M	R\$
		T	2.100.000,00
UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES [UNE]	SÃO PAULO	SP	R\$
			250.000,00
		To	R\$
		tal	465.209.102,09

ANEXO B: Lista geral das entidades do setor privado sem fins lucrativos financiadas pelo governo federal no período 2008-2011 (classificação por valores totais recebidos)

NOME DA ENTIDADE	MUNICÍPIO	UF	VALOR
COMITE OLIMPICO BRASILEIRO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 55.460.791,59
FUNDACAO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RGS [FAURGS]	PORTO ALEGRE	RS	R\$ 35.097.095,68
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALAO	FORTALEZA	CE	R\$ 24.996.500,00
BOLA PRA FRENTE ONG [ONG BOLA PRA FRENTE BRASIL]	JAGUARIUNA	SP	R\$ 21.653.258,90
INSTITUTO CONTATO [ASSOCIACAO CONTATO]	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$ 16.966.737,50
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDESH	MACEIÓ	AL	R\$ 15.044.693,14
CONFEDERACAO BRASILEIRA DO DESPORTO ESCOLAR [CBDE]	BRASÍLIA	DF	R\$ 13.903.561,97
INSTITUTO PRO ACAA [AMAP]	BRASÍLIA	DF	R\$ 12.181.575,14
FUNDACAO DE APOIO AO MENOR DE FEIRA DE SANTANA [FAMFS]	FEIRA DE SANTANA	BA	R\$ 11.590.336,82
ASSOCIACAO MUTUARIOS E MORADORES CJ SANTA ETELVINA [ACETEL]	SÃO PAULO	SP	R\$ 11.012.893,14
ASSOCIACAO CULTURAL JACUIPENSE	CONCEIÇÃO DO JACUIPE	BA	R\$ 10.077.780,52
CONFEDERACAO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITARIO	BRASÍLIA	DF	R\$ 9.263.496,12
COMITE PARAOLIMPICO BRASILEIRO	BRASÍLIA	DF	R\$ 7.623.236,91
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE GINASTICA	BRASÍLIA	DF	R\$ 7.214.804,46
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL [VOLEI BRASIL]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 6.904.145,42
INSTITUTO CIDADE	JUIZ DE FORA	MG	R\$ 6.759.939,64
ASSOCIACAO EDUCACIONAL BOA VONTADE [INSTITUTO DE EDUCACAO JOSE DE PAIVA NETTO - UNIDADE 02]	SÃO PAULO	SP	R\$ 6.383.489,72
SINDICATO NACIONAL DAS ASSOCIACOES DE FUTEBOL PROFISSIONAL E SUAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ADMINISTRACAO E LIGAS [SINDICATO DO FUTEBOL]	SÃO PAULO	SP	R\$ 6.176.998,53
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC - AR.CE.	FORTALEZA	CE	R\$ 5.369.200,00
FUNDAÇÃO PROFESSOR CARLOS AUGUSTO BITTENCOURT	NITEROI	RJ	R\$ 5.061.960,83
FEDERACAO PAULISTA DE XADREZ	SÃO PAULO	SP	R\$ 5.061.450,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HANDEBOL	ARACAJU	SE	R\$ 4.631.335,20
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES [CONAM]	SÃO PAULO	SP	R\$ 4.303.815,54
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO PIAUÍ	TERESINA	PI	R\$ 4.210.800,00
CONFERENCIA DAS INSPETORIAS DOS SALESIANOS DE DOM BOSCO DO BRASIL	BRASÍLIA	DF	R\$ 4.181.086,40
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ESPORTE - COOPESPOR	SÃO PAULO	SP	R\$ 3.854.200,42
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TENIS DE MESA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 3.400.110,58
INSTITUTO DE CULTURA AMBIENTAL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 3.287.747,10
FUNDACAO DEMOCRITO ROCHA	FORTALEZA	CE	R\$ 2.978.315,44
FUNDACAO BEATRIZ GAMA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.963.708,88
CENTRO SOCIAL ANGELINA BARRETO	MAGÉ	RJ	R\$ 2.797.620,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CICLISMO	SÃO PAULO	SP	R\$

			2.708.242,38
INSTITUTO PROMUR - PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE REABILITACAO	SÃO PAULO	SP	R\$ 2.700.000,24
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TENIS [CBT]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.622.229,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE JUDO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.621.654,40
ASSOCIAÇÃO CARUARENSE DE ENSINO SUPERIOR	CARUARU	PE	R\$ 2.552.599,70
CONFERENCIA DAS INSPETORIAS DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA [CIB/FMA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 2.542.243,40
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.502.327,01
ASSOCIACAO DA ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL ESPORTE SEM FRONTEIRAS	CAMPOS DOS GOITACAZES	RJ	R\$ 2.496.000,00
ASSOCIACAO CENTRO CULTURAL MOACYR BASTOS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.428.485,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BASKETBALL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.343.787,89
COMITE INTERTRIBAL - MEMORIA E CIENCIA INDIGENA	BRASÍLIA	DF	R\$ 2.292.955,15
CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA POPULAR [CECUP]	SALVADOR	BA	R\$ 2.255.610,00
CENTRAL DE ACESSORIA SOCIAL [CAS]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.240.000,00
INSTITUTO RUMO CERTO [RUMO CERTO]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.210.900,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE DESPORTOS AQUATICOS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.136.693,04
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE PENTATLO MODERNO [CBPM]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.125.937,11
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CANOAGEM	CURITIBA	PR	R\$ 2.112.041,92
OSCIP TERCON BRASIL [TERCON BRASIL]	SALVADOR	BA	R\$ 2.100.000,00
UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCACAO DE MATO GROSSO	CUIABÁ	MT	R\$ 2.100.000,00
ASSOCIACAO ESPORTIVA E CULTURAL HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 2.045.475,20
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BADMINTON	SÃO PAULO	SP	R\$ 1.931.981,44
INSTITUTO DE PESQUISA EM SAUDE ALUISIO CALIL MATHIAS - INPES	SÃO PAULO	SP	R\$ 1.897.699,78
ASSOCIACAO DE SERTANEJOS DE BARRA MANSA E REGIAO [ASBMR]	BARRA MANSA	RJ	R\$ 1.810.000,00
CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL ALTO URUGUAI LTDA	ITATIBA DO SUL	RS	R\$ 1.750.500,00
ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA REGIAO 11 AMERIOS	UMUARAMA	PR	R\$ 1.743.450,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE LUTAS ASSOCIADAS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 1.697.800,67
SINDICATO DE CLUBES E ENTIDADES DE CLASSE PROM DE LAZER E DE ESPORTES DO DF	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.676.412,00
COMUNIDADE NOVA	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 1.654.300,00
INSTITUTO COMUNIDADE PARTICIPATIVA ICP	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.615.710,00
FACULDADES UNIDAS DO NORTE DE MINAS FUNORTE	MONTES CLAROS	MG	R\$ 1.550.000,00
ASSOCIAÇÃO FAZENDO ACONTECER	ITABORAÍ	RJ	R\$ 1.482.699,90
ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E JORNALISMO COMUNITARIO DE SANTA MARIA	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.469.485,29
ASSOCIACAO MINEIRA DE REABILITACAO	BELO HORIZONTE	MG	R\$ 1.455.067,33
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HOQUEI SOBRE A GRAMA E INDOOR [CBHG]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 1.415.215,60
PLURAL BRASIL [PLURAL BRASIL]	BRASÍLIA	DF	R\$ 1.250.000,00

PROJETO SOCIO-CULTURAL JOVEMBEL [RADIO JOVEMBEL]	BELFORD ROXO	RJ	R\$ 1.227.527,24
PROJETOS AMBIENTAIS SOCIAIS EDUCACIONAIS DOS MULTI PROFISSIONAIS REUNIDOS PRASEMPRE	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 1.227.430,24
INSTITUTO ILLUMINATUS [BR-3]	SÃO PAULO	SP	R\$ 1.219.743,47
ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL STELLAGREICE	SALVADOR	BA	R\$ 1.183.334,00
FEDERACAO TRABALHADORES AGRICULTURA ESTADO BAHIA	SALVADOR	BA	R\$ 1.143.960,00
ASSOCIACAO PRO MELHORAMENTOS DE VILA ALIANCA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 1.043.009,80
FUNDACAO DELMIRO GOUVEIA [FUNDEG]	DELMIRO GOUVEIA	AL	R\$ 1.037.900,00
ASSOCIACAO GOIANA DE ATUALIZACAO E REALIZACAO DO CIDADAO-AGARC	GOIÂNIA	GO	R\$ 1.025.300,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HOQUEI NO GELO - CBHG	CAMPINAS	SP	R\$ 1.001.446,65
FUNDAÇÃO JOSÉ AMÉRICO	JOÃO PESSOA	PB	R\$ 1.000.000,00
ASSOCIACAO BOM SAMARITANO	SALVADOR	BA	R\$ 985.514,00
FEDERACAO DE MOTOCICLISMO DO ESTADO DE RONDONIA	ESPIGÃO DOESTE	RO	R\$ 950.000,00
LIGA DE ARTES MARCIAIS DA REGIAO DOS LAGOS	CABO FRIO	RJ	R\$ 895.800,00
CASA DA CULTURA CENTRO DE FORM ART E CUL DA BAIXADA FLUMINENSE	SÃO JOÃO DE MERITI	RJ	R\$ 891.840,00
ETHOS INSTITUTO DE EDUCACAO	CORONEL FABRICIANO	MG	R\$ 849.650,00
ASSOCIACAO NACIONAL DE APOIO AOS MUNICIPIOS	TIMÓTEO	MG	R\$ 843.400,00
ASSOCIACAO DO VERDE E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE [AVEPEM]	SÃO PAULO	SP	R\$ 842.370,00
INSTITUTO BRASIL PRESERVACAO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	SALVADOR	BA	R\$ 806.400,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BALONISMO	SÃO PAULO	SP	R\$ 805.426,00
ENSINANDO ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 787.028,15
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL PARAOLIMPICO [ABVP]	NITEROI	RJ	R\$ 784.670,00
ASSOCIACAO DE RODEIO COMPLETO - OS TROPEIROS [OS TROPEIROS]	TACIBA	SP	R\$ 750.000,00
INSTITUTO SOCIAL SEMEAR	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 686.400,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ESPORTES RADICAIS [CBER]	SÃO PAULO	SP	R\$ 653.450,68
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEVOLEI	GOIÂNIA	GO	R\$ 648.000,00
ASSOCIACAO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FISICOS	NITERÓI	RJ	R\$ 625.491,50
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL	BRASÍLIA	DF	R\$ 596.570,80
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO DOS TRABALHADORES DE BAIXA RENDA [IDESBRE]	VITÓRIA	ES	R\$ 585.000,00
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA DEFICIENTES INTELECTUAIS [ABDEM]	BRASÍLIA	DF	R\$ 571.058,76
ASSOCIACAO CULTURAL DE CAPACITACAO E INCLUSAO SOCIAL - ASCAPIS [ASCAPIS]	BRASÍLIA	DF	R\$ 559.610,00
CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE BETIM	BETIM	MG	R\$ 559.035,00
FEDERACAO BAHIANA DE CICLISMO [FBC]	SALVADOR	BA	R\$ 526.099,00
GRUPO DE CULTURA E ENTRETENIMENTO MAMULENGO DA BAHIA [MAMULENGO DA BAHIA]	SALVADOR	BA	R\$ 516.900,00
FUNDACAO DE ASSISTENCIA AO MENOR INHUMENSE FAMI	INHUMAS	GO	R\$ 513.400,10
ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS PELO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO [AMD]	CORONEL FABRICIANO	MG	R\$ 504.783,30

MOVIMENTO DE MULHERES EM SAO GONCALO	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 500.000,00
ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA [UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS]	SÃO LEOPOLDO	RS	R\$ 497.116,97
CENTRAL UNICA DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO [CUFA]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 490.000,00
ORGANIZACAO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES SOCIAIS - OBRAS	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 481.099,80
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE MUAY THAI BOXE TAILANDES	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 478.592,00
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE AGUAS LINDAS DE GOIAS [CODEALGO]	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	GO	R\$ 472.138,40
FEDERACAO SUL AMERICANA DE KRAV MAGA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 463.591,53
SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA (PUC MINAS)	BELO HORIZONTE	MG	R\$ 460.510,46
CENTRO DE INTEGRACAO SOCIAL E CULTURAL - CISC [UMA CHANCE]	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 425.200,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E CULTURAL	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 422.575,00
GRUPO DE ESTUDO E AÇÃO COMUNITARIA - GEAC	NITERÓI	RJ	R\$ 419.940,00
UNESPORTE - UNIAO DE INSTITUICOES DO ESPORTE, EDUCACAO FISICA E LAZER DE SANTA CATARINA	SÃO JOSÉ	SC	R\$ 415.331,76
CENTRO DE INTEGRACAO ESPORTE E CULTURA [CIEC]	BRASÍLIA	DF	R\$ 413.802,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CLUBES [CBC]	BRASÍLIA	DF	R\$ 400.000,00
KOINONIA - PRESENÇA ECUMENICA E SERVICO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 400.000,00
MITRA ARQUIEPISCOPAL DO RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 400.000,00
ASSOCIACAO ECOLOGICA PIRATINGAUNA [OSCIP PIRATINGAUNA]	BARRA MANSÁ	RJ	R\$ 395.000,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE [IDEC]	NOVO GAMA	GO	R\$ 393.925,30
CENTRO DE ESTUDOS E MEMORIA DA JUVENTUDE - CEMJ	SÃO PAULO	SP	R\$ 390.160,00
INSTITUICAO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUC E ASS SOCIAL	SUMARÉ	SP	R\$ 388.704,00
FEDERACAO DE JUDO DO ESTADO DO RIO JANEIRO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 379.332,00
LIGA MUNICIPAL DE FUTEBOL SUICO E DESPORTOS DE PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	PR	R\$ 374.378,00
INSTITUTO XOPOTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONOMICO E AMBIENTAL	BRAS PIRES	MG	R\$ 368.680,40
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - INDES	FORTALEZA	CE	R\$ 368.600,00
UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA [UNIVERSIDADE CATOLICA DE BRASILIA]	SÃO PAULO	SP	R\$ 368.224,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE LUTA DE BRACO E HALTEROFILISMO [CBLB]	INDAIATUBA	SP	R\$ 362.345,60
INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DESPORTIVO - IBDD	SÃO PAULO	SP	R\$ 356.210,80
CLUBE ESCOLAR DO CENTRO INTERESCOLAR DE EDUCACAO FISICA	BRASÍLIA	DF	R\$ 350.000,00
INSTITUTO CEARA ESPORTE TOTAL	FORTALEZA	CE	R\$ 350.000,00
INSTITUTO REACAO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 349.931,41
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOXE	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 341.012,99
ESPACO CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS [E C O S]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 329.272,10
INSTITUTO CARRARO [PROJETO MESTRE CARRARO]	IPATINGA	MG	R\$ 329.160,40
UNIAO COMUNITARIA DE CHAPECO [UNICHAP]	CHAPECÓ	SC	R\$ 319.930,50
CLUBE DE REGATAS ALDO LUZ	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$ 316.329,40

ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DE DESPORTOS AMADORES DE PERNAMBUCO [ADAPE]	RECIFE	PE	R\$ 315.984,00
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE SURF UNIVERSITARIO [ABRASU]	FORTALEZA	CE	R\$ 311.040,00
COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$ 301.181,00
INSTITUTO CIDADE SAUDAVEL [ICISA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 300.800,00
CENTRO DE INTEGRACAO DA MULHER E DOS DESEMPREGADOS DALVA CAM	SÃO LUIS	MA	R\$ 300.000,07
CLUBE PALMARES	VOLTA REDONDA	RJ	R\$ 300.000,00
INSTITUTO DJALMA SANTOS [ASSOCIACAO RECREATIVA DJALMA SANTOS]	UBERABA	MG	R\$ 300.000,00
INSTITUTO QUERO-QUERO	OSASCO	SP	R\$ 300.000,00
ASSOCIACAO PLANALTINENSE COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DA CIDADE SATELITE DE PLANALTINA DF	BRASÍLIA	DF	R\$ 299.700,00
MINAS TENIS CLUBE	BELO HORIZONTE	MG	R\$ 298.651,26
SOCIEDADE UBAENSE DE ARTES E OFICIOS	UBA	MG	R\$ 290.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA CEGOS CBDC	CAMPINAS	SP	R\$ 288.227,00
ASSOCIACAO ESCOLA BRASILEIRA DE FUTEBOL	CURITIBA	PR	R\$ 280.056,00
INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE PELA CULTURA E ESPORTE	ITAPEVI	SP	R\$ 273.330,00
INSTITUTO VIA BR [VIA BR]	SÃO PAULO	SP	R\$ 272.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE CAPOEIRA	BRASÍLIA	DF	R\$ 267.450,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO	MANAUS	AM	R\$ 263.475,00
INSTITUTO S.O.S. PEQUENINOS [S.O.S. PEQUENINOS]	CAMPINAS	SP	R\$ 257.441,47
COLEGIO BRASILEIRO DE ATIVIDADE FISICA SAUDE E ESPORTE - COBRASE [COBRASE]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 256.056,60
INSTITUTO ARY CARVALHO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 250.187,26
ASSOCIACAO NACIONAL DE POS-GRADUANDOS	SÃO PAULO	SP	R\$ 250.000,00
UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES [UNE]	SÃO PAULO	SP	R\$ 250.000,00
GEAP FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL	BRASÍLIA	DF	R\$ 240.456,70
ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO E JORNALISMO COMUNITARIO POPULAR DE SAMAMBAIA [POPULAR FM]	BRASÍLIA	DF	R\$ 240.000,00
ASSOCIACAO RECREATIVA, DESPORTIVA E CULTURAL DO RECANTO DAS EMAS [ARUREMAS]	BRASÍLIA	DF	R\$ 240.000,00
CENTRO CULTURAL ILE DE BAMBA	PONTA GROSSA	PR	R\$ 240.000,00
SOCIEDADE DESPORTIVA INDEPENDENTE [INDEPENDENTE]	BRASÍLIA	DF	R\$ 239.992,84
LIGA DE FUTEBOL AMADOR DO NUCLEO BANDEIRANTE	BRASÍLIA	DF	R\$ 239.963,60
ASSOCIACAO DE CAPOEIRA LADAINHA [FAMA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 230.039,00
INSTITUTO DE QUALIDADE DE VIDA - IQUAVI	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 225.930,00
ASSOCIACAO DAS MULHERES ARTESAS E DE ECONOMIA SOLIDARIA [ASMAES]	BRASÍLIA	DF	R\$ 223.802,00
INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL BRASIL VIVO [BRASIL VIVO]	BRASÍLIA	DF	R\$ 220.000,00
GRUPO DE APOIO AS COMUNIDADES CARENTES DO MARANHÃO [GACC - MA]	SÃO LUÍS	MA	R\$ 219.978,00
ASSOCIACAO ESPORTE ABRACA CAMPINAS [SEAC CAMPINAS]	CAMPINAS	SP	R\$ 213.600,00
ASSOCIACAO DOS GRUPOS FOLCLORICOS E CULTURAIS DE ITAITUBA	ITAITUBA	PA	R\$ 210.000,00

ONG VIDA	LAJE DO MURIAE	RJ	R\$ 205.000,00
CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTACIA DA CAP N SRA DO MONT SERRAT	FLORIANÓPOLIS	SC	R\$ 200.000,00
COMPANHIA TEATRAL VEM VIVER [CIATEV]	VALPARAISO DE GOIÁS	GO	R\$ 200.000,00
CENTRO DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO PARANOA [CEDEP]	BRASÍLIA	DF	R\$ 199.999,44
INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS IDDEHA	CURITIBA	PR	R\$ 198.631,43
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HOQUEI E PATINACAO	SÃO PAULO	SP	R\$ 195.084,44
INSTITUTO BRASIL IGUALDADE SOCIAL [IBIS]	TIMOTEO	MG	R\$ 193.239,78
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BOCHA E BOLAO	PORTO ALEGRE	RS	R\$ 191.630,00
ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DA ZONA DA PRODUCAO [AMZOP]	PASSO FUNDO	RS	R\$ 186.559,00
ASSOCIACAO DE PAES E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE/ DE APUCARANA	APUCARANA	PR	R\$ 183.957,50
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	PORTEIRINHA	MG	R\$ 180.000,00
ASSOCIACAO ACAO SOLIDARIA E INCLUSAO SOCIAL [ASSHREC]	BRASÍLIA	DF	R\$ 176.740,00
ASSOCIACAO DOS POVOS INDIGENAS DO MAPUERA [APIM - (KETAKRONOMACHO)]	ORIXIMINA	PA	R\$ 176.574,60
ASSOCIACAO DE PROMOCAO DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL - APROTUR - DF [APROTUR - DF]	BRASÍLIA	DF	R\$ 160.000,00
JUDO COM TRANQUILLINI	BRASÍLIA	DF	R\$ 159.600,00
INSTITUTO SOCIOCULTURAL AMIGOS DO BEM (ISABEM)	BRASÍLIA	DF	R\$ 158.000,00
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIODIFUSAO DE SAMAMBAIA [ATIVA FM]	BRASÍLIA	DF	R\$ 154.284,00
FEDERACAO DE JUDO DO ESTADO DE ALAGOAS	MACEIO	AL	R\$ 153.974,00
INSTITUTO ARTE, CIA E CIDADANIA [SI BOBIA A GENTE PIMBA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 153.320,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE MOTOCICLISMO [C B M]	BELO HORIZONTE	MG	R\$ 150.000,00
FEDERACAO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	PARA DE MINAS	MG	R\$ 150.000,00
FEDERERACAO DESPORTIVA DE CAPOEIRA DO DISTRITO FEDERAL [FDCDF]	BRASÍLIA	DF	R\$ 149.256,00
ORGANIZACAO DOURADENSE DE ASSOCIACOES COMUNITARIAS [ODAC]	DOURADOS	MS	R\$ 148.800,00
INSTITUTO RECORD DE RESPONSABILIDADE SOCIAL [INSTITUTO RESSOAR]	SÃO PAULO	SP	R\$ 147.181,60
BRIGADA MIRIM	BRASÍLIA	DF	R\$ 140.000,00
EDUCACAO EM FOCO [CENTRAL UNICA DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL]	BRASÍLIA	DF	R\$ 139.999,50
ASSOCIACAO DESPORTIVA FENIX	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	R\$ 131.996,64
ASSOCIACAO PESTALOZZI DE GOIANIA	GOIÂNIA	GO	R\$ 130.000,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZACAO PROFISSIONAL UNIVERSO	BRASÍLIA	DF	R\$ 127.798,74
CENTRO INTEGRADO PARA FORMACAO DE EXECUTIVOS	NATAL	RN	R\$ 125.999,10
FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDADE DE SAO PAULO [FUSP]	SÃO PAULO	SP	R\$ 122.318,00
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE MEDICINA DO EXERCICIO E DO ESPORTE	SÃO PAULO	SP	R\$ 122.200,00
ASSOCIACAO DOS IDOSOS DA CEILANDIA DF [AIC]	BRASÍLIA	DF	R\$ 120.000,00
ASSOCIACAO PAULISTA DE SURF UNIVERSITARIO	SÃO PAULO	SP	R\$ 120.000,00
CENTRO POPULAR DE FORMACAO DA JUVENTUDE [VIDA E JUVENTUDE]	BRASÍLIA	DF	R\$ 120.000,00

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 120.000,00
GRUPO CULTURAL AZULIM [GRUPO AZULIM]	BRASÍLIA	DF	R\$ 120.000,00
INSTITUTO ECO MILLENNIUM	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 120.000,00
INSTITUTO VITORIA REGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	BELÉM	PA	R\$ 120.000,00
FUNDACAO ULBRA [FULBRA]	CANOAS	RS	R\$ 119.994,68
NUCLEO DE ORGANIZACAO E VALORIZACAO DA MULHER. [NOVA MULHER]	CERES	GO	R\$ 119.977,12
ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	SANTA CRUZ DO SUL	RS	R\$ 117.538,00
FUNDACAO DE APOIO A TECNOLOGIA E CIENCIA [FATECIENS]	SANTA MARIA	RS	R\$ 112.800,00
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	BELO HORIZONTE	MG	R\$ 112.800,00
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO CÓRREGO OL	BRASÍLIA	DF	R\$ 110.000,00
INSTITUTO DE ECONOMIA SOLIDARIA DE BRAZLANDIA E ENTORNO [IESBE]	BRASÍLIA	DF	R\$ 110.000,00
LIGA ESPORTIVA ARTE E CULTURAL BENEFICENTE - LEACB [LIGA ESPORTIVA DO SÍTIO CORREGO]	FORTALEZA	CE	R\$ 108.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE HIPISMO	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 105.840,55
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE AREIA	PORTO ALEGRE	RS	R\$ 102.022,78
INSTITUTO TECNICO DE ESTUDOS AGRARIOS E COOPERATIVISMO - ITAC	BRASÍLIA	DF	R\$ 100.250,00
ACAO FACA UMA FAMILIA SORRIR [AFFAS]	SABARA	MG	R\$ 100.000,00
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS E COMBATE AO DOPING [ABECD]	SUZANO	SP	R\$ 100.000,00
ASSOCIACAO DE CULTURA POPULAR	NOVA PRATA	RS	R\$ 100.000,00
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO MOURAO [APAECAM]	CAMPO MOURÃO	PR	R\$ 100.000,00
ASSOCIACAO DE PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE, PATRIMONIO HISTORICO E DIFUSAO DA CULTURA E EDUCACAO [APRECED]	SANTO ANDRÉ	SP	R\$ 100.000,00
ASSOCIACAO DOS ESTUDANTES DO ESTADO DO CEARA [ASESC]	FORTALEZA	CE	R\$ 100.000,00
ASSOCIACAO EMIVAL DE APOIO A COMUNIDADE	BRASÍLIA	DF	R\$ 100.000,00
FUNDACAO DE EDUCACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO [FUNDETEC]	TIMON	MA	R\$ 100.000,00
FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	CRICIÚMA	SC	R\$ 100.000,00
INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS - IPA	SALVADOR	BA	R\$ 100.000,00
ARTICULACAO DOS POVOS INDIGENAS DO PANTANAL - ARPIPAN [ARPIPAN]	CAMPO GRANDE	MS	R\$ 99.995,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E VIDA [IDAV]	BRASÍLIA	DF	R\$ 99.900,00
CONSELHO NACIONAL DE MULHERES INDIGENAS [CONAMI]	BRASÍLIA	DF	R\$ 99.880,00
ASSOCIACAO RECREATIVA UNIDOS DO CRUZEIRO	BRASÍLIA	DF	R\$ 99.856,20
FEDERACAO PAULISTA DE SPORTS & FITNESS	SÃO PAULO	SP	R\$ 99.250,00
ASSOCIACAO BENEFICENTE FIRMO ANTONIO CHAVES	PAU DOS FERROS	RN	R\$ 97.979,58
ASSOCIACAO DE AGRICULTORES E FAMILIARES DO NUCLEO FLORESTAN FERNANDES [AGRINFER]	PONTA PORA	MS	R\$ 94.682,00
INSTITUTO NOSSA SENHORA DAS GRACAS RAO DE LUZ - INSGRAL [PROJETOS RAIOS DE LUZ]	BRASÍLIA	DF	R\$ 94.352,57
CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DA PIEDADE [CASPIEDADE]	SÃO PAULO	SP	R\$ 93.216,02
FEDERACAO DE DANCA DO ESTADO DE SAO PAULO [FEDESP]	SÃO PAULO	SP	R\$ 92.132,82

UBERLANDIA ESPORTE CLUBE	UBERLÂNDIA	MG	R\$ 92.000,00
INSTITUTO ADVENTISTA BRASIL CENTRAL	ANAPOLIS	GO	R\$ 87.783,50
KIRKA - O SOM DAS ARVORES	CHAPECÓ	SC	R\$ 84.810,00
ASSOCIACAO FLORESTA PROTEGIDA [CENTRO KWYRERE]	BELÉM	PA	R\$ 81.036,07
FUNDACAO DE APOIO A FACULDADE DE EDUCACAO FAFE	SÃO PAULO	SP	R\$ 80.688,48
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE] DE VOTUPORANGA	VOTUPORANGA	SP	R\$ 75.086,00
FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS [FESP]	PASSOS	MG	R\$ 70.000,00
INSTITUTO FILHOS DA ESPERANCA - IFE	TANGARÁ	RN	R\$ 70.000,00
LIGA ESP. DA REG. CANDANGOLANDIA, PARK WAY, VARGEM BONITA, NOVA DIVINEIA E NUCLEO BANDEIRANTE LIESCANB	BRASÍLIA	DF	R\$ 70.000,00
SOCIAL ESPORTIVA MARINGA [S E MARINGA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 70.000,00
TRANSFORME - ACOES SOCIAIS E HUMANITARIAS [TRANSFORME]	BRASÍLIA	DF	R\$ 69.999,60
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE SURF [CBS]	CURITIBA	PR	R\$ 64.000,00
ASSOCIACAO REGISTRENSE DE JUDO [ARJU]	REGISTRO	SP	R\$ 60.000,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE LUTAS SUBMISSION ADCC	SÃO PAULO	SP	R\$ 60.000,00
INSTITUTO MARIA QUITERIA [IMAQ]	FEIRA DE SANTANA	BA	R\$ 60.000,00
INSTITUTO 26 DE OUTUBRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	BRASÍLIA	DF	R\$ 59.983,50
ASSOCIACAO PEQUENOS PASSOS	BRASÍLIA	DF	R\$ 55.000,00
COMUNIDADE EVANGELICA DE CONFISSAO LUTERANA DE BRASILIA [CASA DA ESPERANCA]	BRASÍLIA	DF	R\$ 55.000,00
LIGA NACIONAL DE FUTEBOL SETE - SOCIETY	SÃO PAULO	SP	R\$ 48.286,22
INSTITUICAO EDUCACIONAL SAO MIGUEL PAULISTA	SÃO PAULO	SP	R\$ 45.200,00
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE SUMO	SÃO PAULO	SP	R\$ 42.800,00
INSTITUTO DAS APOSTOLAS DO SAGRADO CORACAO DE JESUS	BRASÍLIA	DF	R\$ 42.587,50
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE PESCA E DESPORTOS SUBAQUATICOS [CBPCS]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 40.000,00
INSTITUTO DE APOIO COMUNITARIO	TIMBIRAS	MA	R\$ 40.000,00
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIEE	BRASÍLIA	DF	R\$ 37.049,67
ASSOCIACAO PRO VIVENCIA -APV	JUIZ DE FORA	MG	R\$ 36.286,74
FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES	LAJEADO	RS	R\$ 35.917,97
LIGA ATLETICA CHAPECOENSE	CHAPECÓ	SC	R\$ 32.550,41
ASSOCIACAO LAR DOS IDOSOS MADRE TEREZA DE CALCUTA	CORUMBA DE GOIÁS	GO	R\$ 31.125,40
ASSOCIACAO HOSPITAL CENTENARIO DE PAU DOS FERROS	PAU DOS FERROS	RN	R\$ 30.607,00
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE] DE LOANDA	LOANDA	PR	R\$ 30.000,00
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS [APAE] DE SÃO JOÃO	SÃO JOÃO	PR	R\$ 30.000,00
ASSOCIACAO RELVADENSE DE SENHORAS	RELVADO	RS	R\$ 30.000,00
FUNDACAO MANOEL DE BARROS	CAMPO GRANDE	MS	R\$ 30.000,00
INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO (REDE CEDES)	PIRACICABA	SP	R\$ 29.804,00

ASSOCIACAO TOLEDENSE DOS ATLETAS EM CADEIRA DE RODAS [ATACAR]	TOLEDO	PR	R\$ 26.795,78
INSTITUTO DE ESTUDO E DESENVOLVIMENTO GENTE & AMBIENTE	MACAPÁ	AP	R\$ 25.522,81
ASSOCIACAO EDUCACIONAL VEIGA DE ALMEIDA [AEVA]	RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 24.887,50
INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	PIRACICABA	SP	R\$ 19.998,40
ASSOCIACAO APOIO COLEGIO ESTADUAL FREDERICO AZEVEDO	SÃO GONÇALO	RJ	R\$ 13.510,10
		TO TAL	R\$ 465.209.102,09